

A OPERAÇÃO DE SERRALVES

Uma proposta de Habitação Social



Ariana Manuela Faustino Pedro Ribeiro

Dissertação de Mestrado. FAUP. 2010-2011

A OPERAÇÃO DE SERRALVES

Uma proposta de Habitação Social



Ariana Manuela Faustino Pedro Ribeiro
Dissertação de Mestrado. FAUP. 2010-2011
Orientador: Mestre José Alberto Abreu Lage

Aos meus pais, por tudo.

Ao orientador, Alberto Lage, pela disponibilidade.

Ao meu irmão João pela força e paciência.

À Francisca, Maria e Rita pelos sorrisos e pelas conversas.

Aos meus amigos.

Ao Nuno, pelo apoio e presença.

Abstract

Housing shows the expression of society, culture and man. Both the house and the home are crucial and essential goods, where one expresses his own individuality and shares experiences.

The issues related to social needs, shelter and informal settlement are everlasting and widespread. Thus, men endless quest to achieve a better and more comfortable life is always present while searching for a better future.

This work aims at presenting a proposal to improve housing conditions for a portion of land consisting of three “islands” in Serralves area, selected from the SAAL process, 1976 - Serralves Operation, in which Alcino Soutinho was the architect in charge of the technical squad. Therefore, a practical project of social housing is presented according to SAAL's principles.

Moreover, a research has been made on how architecture responds to the lack of accommodation for a needing population, which is followed by an analysis of the solutions applied during the housing crisis in Europe between wars and after World War II. Contemporary examples of social housing in South America are also used as the basis of the practical project, namely within the Brazilian program Favela-Bairro and in Chile with the Elemental one.

The theme of housing for social ends is also considered, by studying men current needs and the subsequent new models of living, in order to address a prevailing, universal and timeless issue.

Keywords:

Social Housing | SAAL Process | Alcino Soutinho | Serralves Operation | “Islands” | Porto

Resumo

A habitação manifesta a expressão de uma sociedade, de uma cultura, do homem. A casa e o lar são, assim, bens essenciais e cruciais onde cada um manifesta a sua individualidade e partilha as suas vivências.

As questões das carências sociais, do abrigo e dos assentamentos informais são questões intemporais e universais. Assim sendo, também a *luta do homem* na procura incessante de alcançar uma vida e um dia-a-dia com mais qualidade e conforto são constantes na procura de um futuro melhor.

Esta dissertação pretende apresentar uma proposta de melhoria de condições de habitabilidade para uma parcela constituída por três ilhas na zona de Serralves, seleccionada do processo SAAL, 1976 - operação de Serralves, em que Alcino Soutinho era o arquitecto responsável da brigada técnica. É proposto, deste modo um projecto prático de habitação social com os princípios do SAAL. Nesse sentido, reflectir-se-á sobre de que forma a arquitectura dá resposta à carência de alojamento de uma população necessitada, seguindo-se a reflexão das soluções postas em prática aquando da crise habitacional na Europa entre guerras e após a Segunda Guerra Mundial. Recorrem-se ainda, como base do projecto prático a exemplos de estudo contemporâneos na América do Sul, mais concretamente no Brasil com o programa Favela-Bairro e no Chile com o programa ELEMENTAL. Reflecte-se, assim sobre o tema da habitação de interesse social, estudando as novas necessidades do homem e consequentes novos modos de habitar, para dar resposta a um problema de carácter universal, intemporal e actual.

Palavras-chave:

Habitação Social | Processo SAAL | Alcino Soutinho | Operação de Serralves | Ilhas | Porto

Sumário

Introdução

Objecto, Objectivos, Metodologia e Estrutura	10
--	----

Parte I. As questões Urbanas e a problemática do Alojamento

1. Da cidade tradicional à cidade Moderna	15
2. O Habitar Contemporâneo	31
3. Paradigmas da Habitação Informal	39
3.1. Brasil. Os aglomerados informais	39
3.1.1. O Programa Favela-Bairro. Rio de Janeiro	43
3.2. Chile. Os aglomerados informais	49
3.2.1. O Programa ELEMENTAL. Iquique	51
4. Habitação Social, Porto	57

Parte II. Uma proposta de Habitação Social

1. Serralves	75
1.1. O lugar	75
1.2. A operação de Serralves	77
1.3. Alcino Soutinho o arquitecto	79
2. O Projecto	87
2.1. Memória Descritiva	89
2.2. O Processo	101
2.3. Proposta Final	107

Considerações finais	128
----------------------	-----

Lista de abreviaturas	130
-----------------------	-----

Fontes

Bibliografia	131
Fontes das imagens	133

Anexos I, II, III e IV	137
------------------------	-----



1 Imagem representativa de um abrigo

“Construir es un concepto que puede ser directamente asociado a la historia del humano en toda a su intensidad evolutiva. La edificación de las ciudades ha sido considerado desde siempre, un hecho civilizador. Ha formado y forma parte de nuestro universo sociocultural, pero sus credenciales aumentan cada día en nuestra sociedad de cambio permanente y adquieren una renovada justificación. Y esto es así porque, desde sus orígenes, el hombre ha buscado en el agrupamiento colectivo el modo más propio de procurarse sustento, seguridad y alojamiento.”¹

¹ Carlos Martí Arís, *Las formas de la residència en la ciudad moderna. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, 2000, prólogo Josep Blanchart, p. 3

Introdução

Objecto, Objectivos, Metodologia e Estrutura

Objecto

O objecto de estudo desta dissertação é uma parcela composta por três ilhas na zona de Serralves, na Rua Professor Augusto Nobre. Esta parcela foi identificada com más condições durante o processo SAAL no Porto, 1976 pela brigada técnica da operação de Serralves, cujo arquitecto responsável era o Alcino Soutinho, mas nunca chegou a ter uma intervenção. Actualmente encontra-se debilitada e com más condições, as mesmas verificadas à 37 anos atrás.

Objectivos

O objectivo consiste na proposta da melhoria de condições de habitabilidade para essa parcela, pretendendo-se elaborar um projecto práctico de habitação social baseada nos princípios do SAAL. Pretende-se assim reflectir de que modo a arquitectura pode contribuir na melhoria dessas condições de habitabilidade e uma maior qualidade no quotidiano de uma população económica e socialmente carenciadas, bem como perceber como é que a arquitectura contemporânea dá resposta à falta de alojamento e de qualidade habitacional.

Para tal, reflecte-se sobre o tema da habitação de interesse social, estudando as novas necessidades do homem e consequentes alterações aos espaços da casa, para dar resposta a um problema de carácter universal, intemporal e actual.

As perguntas poderão resumir-se a: tendo sido feita habitação social num determinado contexto, com determinados objectivos e determinados destinatários, como seria agora projectar habitação de interesse social num novo contexto social e cultural? Ou seja, na habitação de interesse social o que mudou desde à 37 anos, após o fim do processo Saal? De que maneira são resolvidas as carências habitacionais nos diversos contextos sócio-culturais? Para onde caminha? Como evolui? Quais as perspectivas futuras? Com as novas necessidades do homem moderno, que soluções são aplicadas? Como é que a arquitectura contemporânea da resposta aos problemas de carências sociais actualmente? Quais as melhores soluções para este problema de desalojamento para hoje?

Metodologia

A metodologia adoptada para esta dissertação de mestrado, após escolhido o tema de trabalho, Habitação de Interesse Social, envolvendo concretamente o processo SAAL no Porto, começou pela investigação no Arquivo Distrital do Porto, ADP no FFH-SAAL/N.

Esta pesquisa teve como objectivo encontrar o caso de estudo práctico mais adequado para o trabalho. Inicialmente, partiu de uma lista elaborada por José António Bandeirinha, publicada na sua tese *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, sobre a Distribuição Das Operações inacabadas do SAAL, Porto. Restringiu-se, desde início, a pesquisa a projectos apenas desenvolvidos no concelho do Porto e a casos de estudo de processos inacabados, ou seja que

não possuíssem projecto na fase final, mas que reunissem condições ou estudos por parte dos arquitectos, das brigadas técnicas e colaboradores.

Após esta investigação encontrou-se o caso de estudo: zona de Serralves, do arquitecto Alcino Soutinho, destacando-se como tendo a informação necessária, mais interessante, dinâmica e com mais questões a resolver para poder ser alvo de um estudo mais aprofundado.

Em seguida, a pesquisa passou a ser feita na Biblioteca da FAUP e no centro de documentação da FAUP, recolhendo bibliografias referentes a Habitação de Interesse Social, ao processo SAAL. Paralelamente, desenvolveu-se a entrevista a Alcino Soutinho, arquitecto responsável da Brigada Técnica para o projecto do caso de estudo escolhido, com o intuito de esclarecer alguns pontos que não se encontravam claros na informação recolhida do ADP e acrescentar o seu conhecimento e experiência pessoal.

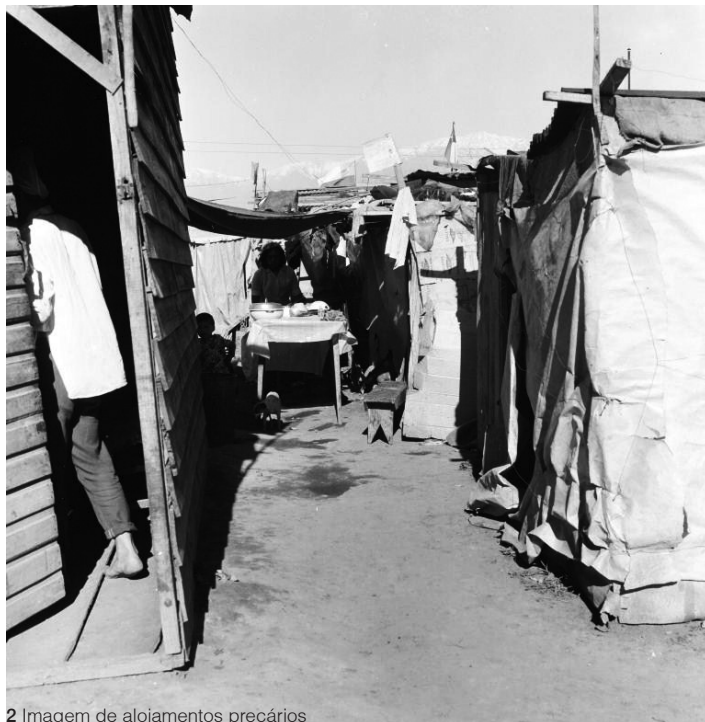
Após o trabalho de reflexão, análise e leitura, deu-se início ao cruzamento da informação recolhida importante a reter e de conclusões a retirar, à medida que o texto da dissertação evolui lado a lado, com o desenvolvimento do projecto prático.

Estrutura

Para esta dissertação responder aos objectivos propostos encontra-se dividida em duas partes. A primeira parte consiste numa reflexão teórica sobre as questões urbanas e a problemática do alojamento, a segunda parte resulta da reflexão e análise da primeira, construindo-se o que se entende como uma proposta de habitação social contemporânea.

Na Parte I analisa-se e reflecte-se temas que nos ajudarão a construir e justificar o projecto prático. É feita a reflexão sobre os problemas gerados pela expansão da cidade e as suas consequentes soluções - da cidade-jardim à cidade moderna. Para tal, recorre-se a soluções habitacionais postas em prática na Europa entre e após as guerras mundiais, analisando exemplos de J. J. Pieter Oud, Ernst May, Walter Gropius e Le Corbusier. Aborda-se o estudo do habitar contemporâneo e os novos conceitos de habitar do homem moderno, para o consequente entendimento da evolução dos espaços da casa. Recorre-se a exemplos contemporâneos de soluções de alojamentos ilegais, precários, no Brasil com o programa Favela-Bairro e no Chile com o programa ELEMENTAL que, apesar de representarem contextos culturais muito díspares, as soluções e metodologias se encontram e se assemelham com as necessidades da população carenciada em Portugal. A habitação social no Porto é também abordada, para contextualização do projecto prático e para o entendimento do que se tem feito na cidade para a resolução das carências habitacionais de uma população que não foi abrangida pelo processo SAAL.

Quanto à parte II, resulta num projecto prático de habitação social construído com base no trabalho teórico desenvolvido previamente, aplicando os princípios do processo SAAL.



2 Imagem de alojamentos precários

Parte I. As questões urbanas e a problemática do alojamento



3 Imagens de alojamento precário e ilegal, resultado do êxodo rural

1. Da cidade tradicional à Cidade Moderna

As questões sobre o alojamento aparecem pela primeira vez na cidade, onde são gravemente acentuadas com a grande abundância de multidões e a ausência de condições nesta para as receber (fig. 3).² Esta saturação da população na cidade encontra-se relacionada com vários factores, de ordem tanto económica como social. A melhoria dos meios de produção, novas técnicas e desenvolvimento científico leva a um aumento do crescimento da indústria, fomentando um êxodo rural relacionado com a procura de melhores condições de vida. Tal saturação é, assim, intensificada e agravada com a revolução industrial em todos os países, e com o aumento exponencial da população que se desloca para a cidade. Logo vários estudos são colocados em prática, por diversas pessoas, em diversos contextos sócio culturais, bem como diversas iniciativas para pôr fim às carências habitacionais desta nova população recém chegada. Neste contexto, surgem as condições que fomentam a expansão da cidade e a reformulação da mesma, iniciando um processo de reordenamento urbano e social.

Perante esta situação é pertinente perguntar, como e onde nascem estes problemas habitacionais? Será esta crise um fenómeno natural inerente à própria vida do homem? Que soluções o homem propõe para resolver estas carências habitacionais?

Da cidade tradicional à Cidade industrial.

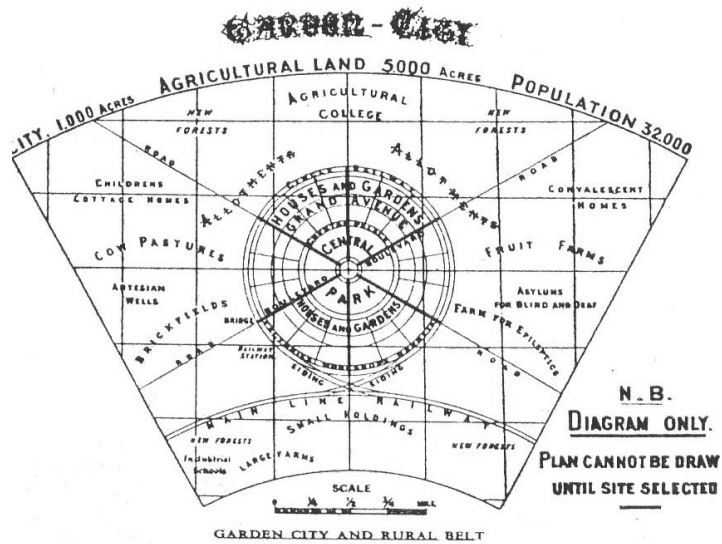
“Cuando hablamos de la ciudad tradicional nos referimos a un organismo urbano que se ha ido gestando a través de un largo proceso histórico, hasta quedar fijado en una forma que puede representarse en una imagen unitaria. Así, pues, la ciudad tradicional se nos muestra como un hecho perfectamente abarcable, homogéneo y cerrado, como un lugar delimitado y autónomo que contiene en su interior los elementos públicos y privados que garantizan su equilibrio. En la cultura tradicional, lo que no es ciudad, es campo: no existen territorios intermedios o indefinidos.”³

A forma urbana da cidade tradicional é definida por conceitos de delimitação, homogeneidade e equilíbrio. Tais características deixaram de estar presentes nas cidades europeias na segunda metade do século XIX.⁴ Assistimos assim, em inícios do século XX, a fortes mudanças na estrutura social trazidas pelas transformações económicas, políticas e sociais, e pela revolução no sector

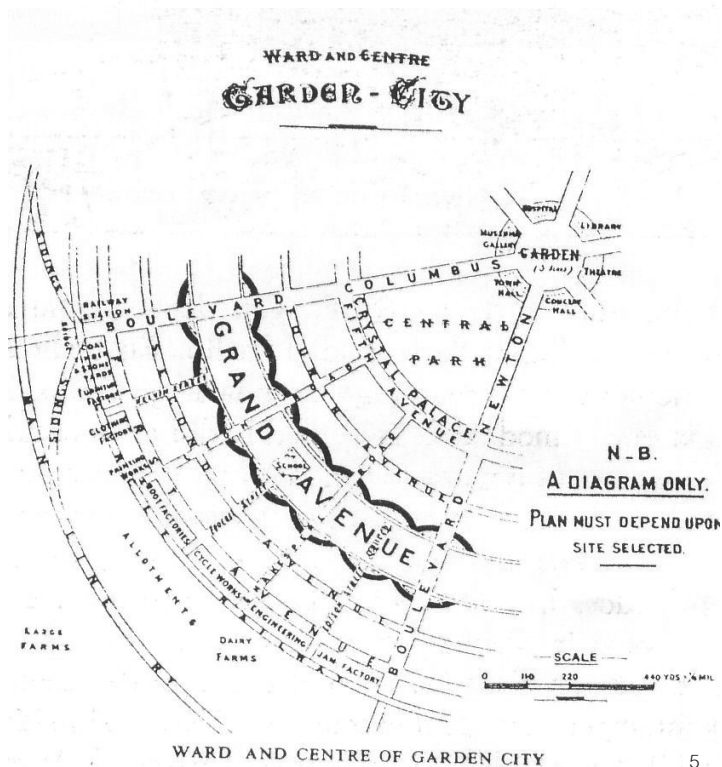
2 “ (...) a raiz do problema era sempre idêntica: a afluência de multidões às cidades e a escassez de oferta de alojamento em condições adequadas à procura, que provocavam incontroláveis acções de ocupação instantânea, frequentemente catastróficas sob o ponto de vista geográfico e ambiental.” in José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 2007, p. 24

3 Carlos Martí Arís, *Las formas de la residencia en la ciudad moderna. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, 2000, p. 14

4 Idem, p. 14



4



5

4 e 5 Esquemas do modelo de cidade jardim, 1902 de Ebenezer Howard

da indústria, devido aos avanços tecnológicos e científicos. Consequentemente altera-se a morfologia e fisionomia das cidades, trazendo novas escalas e novas relações entre os espaços públicos e privados, que se reflectem numa nova realidade urbana. Do mesmo modo, altera-se também a estrutura da sociedade, gerando assim novos modos de vida e uma nova forma de habitar.

O tecido urbano da cidade tradicional era formado por casas unifamiliares, onde estas constituíam a célula fundamental do mesmo, com a revolução industrial tal facto é alterado. Assim sendo, para responder ao aumento demográfico acentuado por esta revolução bem como ao rápido crescimento das cidades, dá-se a substituição desta tipologia unifamiliar por habitações plurifamiliares em edifícios de rendimento. Aqui se vê necessidade da redução desta habitação a uma célula mínima, de fácil repetição e standardização, próprias de uma cidade industrial em crescimento. A habitação colectiva e a densificação em altura passam a ser o elemento usado na expansão da cidade industrial, verificando-se também uma separação entre casa e trabalho.⁵

Na cidade tradicional, a rua nasce das relações estabelecidas com o edifício, onde estas se revelam como entidades inseparáveis, que não se podem conceber independentemente. No entanto, com o aparecimento da cidade industrial, e devido aos acelerados ritmos de crescimento da mesma, incorporação de novos sistemas de transporte e a produção massiva, verifica-se uma autonomização das redes viárias relativamente às novas construções.

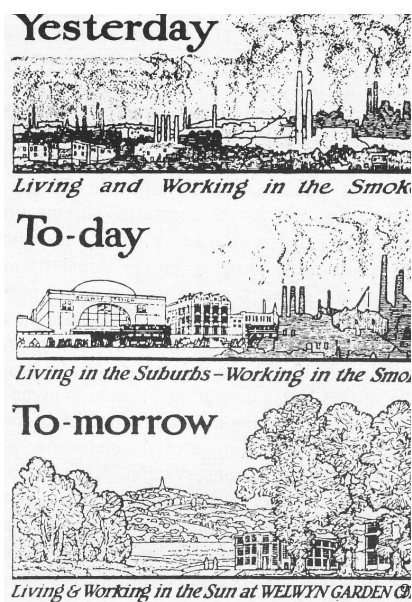
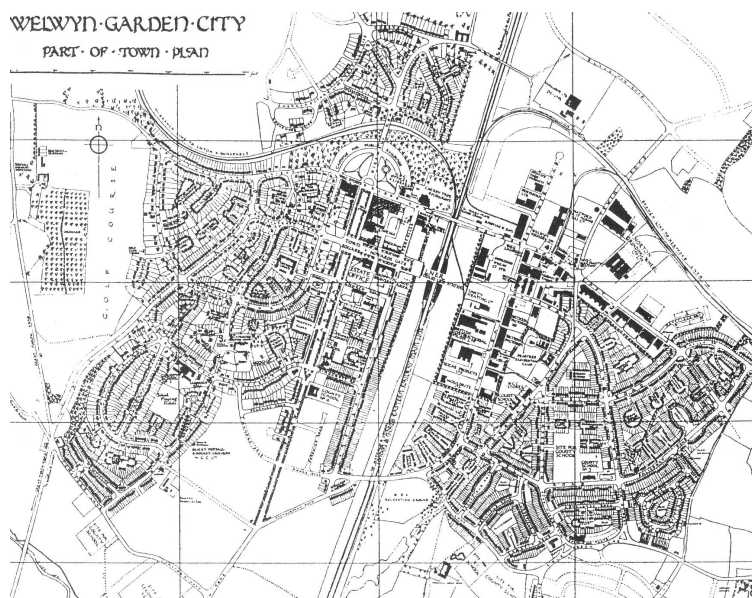
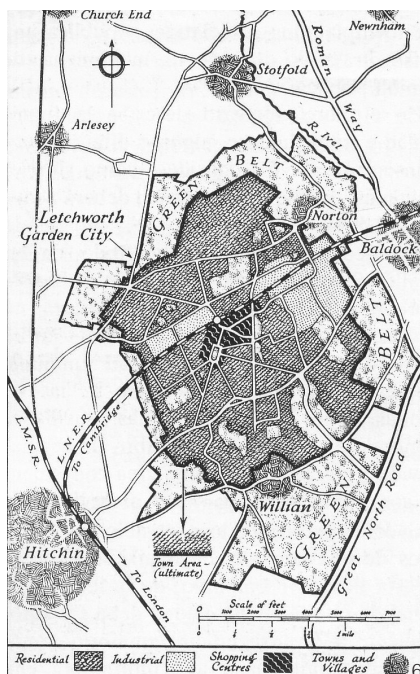
Sintetizando, a cidade industrial é formada por uma estrutura viária que servirá de suporte para as novas habitações colectivas e onde as novas expansões urbanas fomentam a separação da cidade com os espaços naturais. Por sua vez, as formas residenciais características da cidade tradicional vão sendo marginalizadas e cada vez mais se vão deteriorando as condições de habitabilidade. Esta é a ideia de cidade com que a arquitectura moderna se depara.⁶

Devido a estas alterações na realidade urbana e esta nova forma de ocupação do território, é fomentada na população, principalmente nas classes mais ricas, a procura de um refúgio, tranquilidade e integração nas suas vidas. Estas vão encontrar esse abrigo ao se deslocarem para o campo. As motivações dessa população encontram-se ligadas à vontade de retornar às relações de vizinhança, por uma sociedade mais integrada, encontrando no campo esse lugar.

Neste contexto, surge a ideia de cidade alternativa, que se desenvolve em duas vertentes: a cidade-jardim (fig. 4 e 5), que volta ao princípio da construção de baixa densidade e a cidade concentrada, que recorre à alta densidade e construção de edifícios colectivos. Esta revisão surge numa tentativa de controlar os impulsos gerados pelo desenvolvimento industrial, de forma a disciplinar a crescen-

5 Carlos Martí Arís, *Las formas de la residencia en la ciudad moderna. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, 2000, p. 15

6 Idem, p. 17



6 e 7 Planta e vista aérea de Letchworth, 1904 8 Planta de Welwyn, 1939 9 Imagem de divulgação do modelo da cidade-jardim

te dispersão das novas habitações, a desordem do esquema viário, a acumulação das habitações num só lugar, a mistura indiscriminada de usos. Restabelece-se, assim, uma relação equilibrada entre os espaços livres, naturais e o espaço construído, edificado, ou seja, entre o campo e a cidade. Logo, com estas vertentes, cidade-jardim, cidade concentrada e o Movimento Moderno, irão ser revistos os princípios da cidade industrial, para melhor responder à nova realidade social estabelecida.

As alternativas: a Cidade-Jardim e a cidade concentrada.

Ambos os modelos, cidade-jardim e cidade concentrada, surgem como uma alternativa à cidade industrial. Estes, aparecem assim como uma tentativa de restaurar algumas das condições urbanas degradadas, marcadas pelo rápido crescimento desta nova cidade industrializada.

Ebenezer Howard (1850-1928) propõe, a teoria de sistematização deste modelo, desenvolvendo soluções que contribuem para a melhoria das condições de habitação na cidade. É proposto, então, o modelo da cidade-jardim, para a resolução tanto das carências habitacionais como da melhoria das condições existentes na cidade. Assim sendo, para resolver o problema da cidade E. Howard propôs a organização de uma comunidade auto-suficiente, tanto em recursos económicos como em serviços e equipamentos.

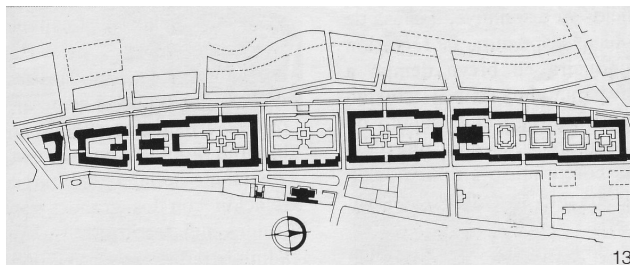
A sua proposta defendia a recuperação da ideia da habitação unifamiliar como elemento base, tornando-se na tipologia preferencial para a expansão e crescimento da nova cidade moderna. O objectivo é então proporcionar à população uma sociedade mais integrada, e assim conjugar o melhor de duas realidades, o que antes, com a cidade industrial, não foi possível conciliar: a cidade e o campo. Por um lado, obter o melhor da vida citadina, experienciando as relações sociais e culturais que esta possuía, por outro, alcançar a calma e o sossego que o campo proporcionava.

O conceito de E. Howard para este modelo de cidade apoiava-se num sistema de cidades satélite de baixa densidade, de carácter exclusivamente residencial, onde estas se relacionavam e dependiam de um centro metropolitano. Estas ligavam-se ao mesmo através de uma rede viária, composta por estradas rápidas e um sistema de vias-férreas que atravessariam os grandes espaços verdes e que por sua vez separariam estas cidade-jardim umas das outras.⁷ O centro era o lugar onde se reuniam alguns equipamentos, serviços e comércio fundamentais, que serviriam a envolvente. Prevvia-se que cada habitante demoraria 15 minutos a deslocar-se de sua casa ao centro e vice-versa. Esta condição traria problemas de tráfego discutíveis.

Podemos verificar estes princípios nos bairros residenciais de Letchworth, 1904 (fig. 6 e 7), Hamstead, 1909 e Welwyn, 1919 (fig. 8), projectos pensados em colaboração com Raymond Unwin e Barry Parker.⁸ Pretendia-se com este modelo de cidade voltar ao contacto com a natureza, fomentar as relações

7 Carlos Martí Arís, *Las formas de la residencia en la ciudad moderna. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, 2000, p. 20

8 Idem, p. 21



10 e 12 Vista aérea do Bairro Zuid, 1917, Amsterdão 11 e 13 Conjunto residencial e planta de Karl Marx Hof, 1927 de K. Ehn, Viena

de vizinhança em bairros residenciais, contactos e relações que se sentiam perdidos com o aparecimento e rápido crescimento da cidade industrial.

*“La teoría de la ciudad jardín nace impregnada por una concepción naturalista que se manifiesta en la predilección por los trazados curvilíneos, los ritmos discontinuos y la variedad de configuraciones espaciales.”*⁹As cidades-jardim apresentam-se, assim, como lugares onde a natureza predomina sobre a área construída, possuindo diversas zonas verdes e de vegetação. O lote da habitação aumenta, podendo esta possuir um espaço privado, onde poderá ter jardins ou hortas de cultivo próprio, retomando às origens perdidas, ao contacto com a natureza. A tipologia de habitação usada por este modelo de cidade manifestava preferência pela implantação baseado num traçado curvilíneo, com o objectivo de delimitar as perspectivas aumentando a noção de espaço público e de espaços verdes.

Por sua vez, o modelo de cidade concentrada recorre ao uso de alta densidade através da implantação de edifícios colectivos. Cidades como Amesterdão (fig. 10 e 12) e Viena baseiam a construção de novas áreas residenciais tendo como referência este modelo. No caso de Viena recorre-se à implantação da Hoff - bloco residencial que conjuga serviços comunitários possuindo um espaço urbano interior ajardinado, como expansão da cidade e resolução do problema de alojamento de grandes massas. Um exemplo da aplicação deste modelo é o complexo residencial Karl Marx - Hof, 1927, de Karl Ehn (fig. 11 e 13).¹⁰

Um novo conceito de cidade: Siedlung

As alterações urbanas levam à procura de novos planos. A cidade precisa de se expandir e organizar para superar as carências habitacionais e alojar a recém chegada população.

Existe uma procura de soluções que se relacionem com o novo contexto sócio-económico, para desenvolver propostas urbanas que solucionem essas carências geradas pelo êxodo rural para a cidade. O centro urbano encontra-se sobrelotado e carente de condições para receber essa população. Passa então a ser necessária a expansão da cidade e a reformulação do desenho urbano, das áreas de subúrbio, ou seja, a organização de uma cidade que se expande. A periferia passa então a ser uma das opções para solucionar este problema.

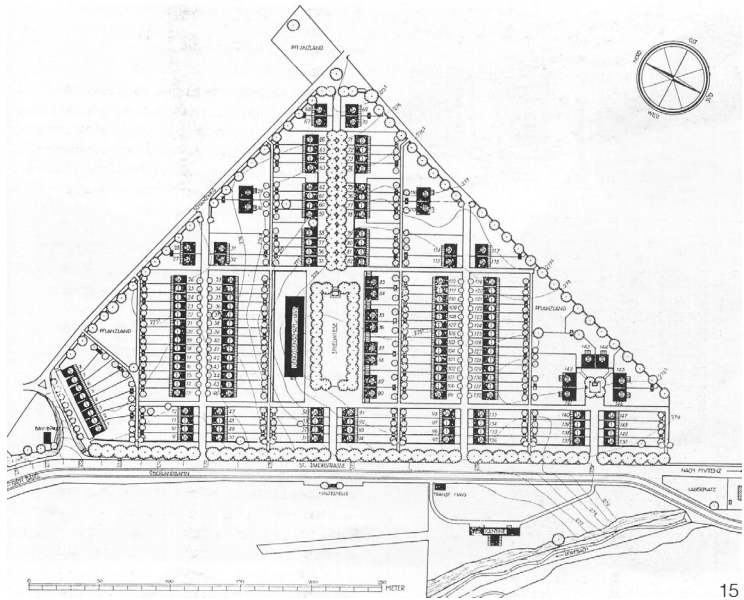
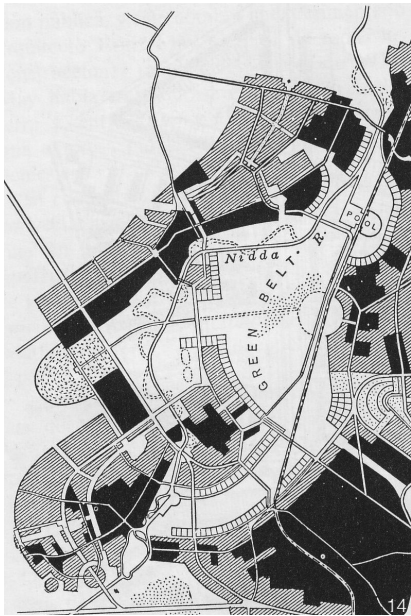
Pretendia-se, assim, encontrar de novo o equilíbrio entre o espaço livre e o espaço edificado, tentando solucionar a crescente dicotomia entre rural, campo e o urbano, cidade.

Neste contexto surgem novos conceitos como: *Siedlung*.

Este novo conceito de cidade do moderno deve muito ao modelo previamente abordado. Surge, assim, após uma grande reflexão sobre o modelo da cidade-jardim, onde está patente um grande processo de ajuste e de depuração deste mesmo modelo. Tais ajustes são realizados em

9 Carlos Martí Arís, *Las formas de la residencia en la ciudad moderna. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, 2000, p. 35

10 Idem, p. 31



14 Planta de Frankfurt, 15 Siedlung Freidorf, 1919. Hannes Meyer.

relação a temas como: hierarquia das condições de espaços públicos ou privados, bem como a reformulação da estrutura viária.¹¹

A maior introdução feita pela *Siedlung* em relação à teoria inicial da cidade-jardim refere-se à sua integração como parte de cidade, à estrutura urbana geral que as engloba. Apesar da próxima relação com os princípios desse modelo, pela concepção e visão que possui da realidade urbana em que se insere, vai tentar complementá-la e diversificá-la, ou seja, não se procura afastar mas ao mesmo tempo torna-se independente da mesma, pois *"mientras que en la teoría de Howard la ciudad jardín, en tanto que sistema dispersivo, se presenta como alternativa excluyente respecto a la ciudad compacta, la Siedlung centroeuropea de los años 20 se define como una parte de ciudad que se incorpora a la estructura urbana preexistente tratando de complementarla e diversificarla."*¹²

Anteriormente foi referido que as *Siedlung* surgem como tentativas de resolução do problema da habitação acessível a todos. Elaboradas pelos arquitectos do moderno, apresentam-se como complemento e não de recusa na cidade. Este novo conceito de cidade recorre à racionalização do uso e da standardização dos elementos construtivos, para alcançar a ligação com o tempo moderno. A aplicação destes princípios podem-se verificar na proposta de Ernst May, com a *Siedlung* para Frankfurt (fig. 14), onde as novas áreas residenciais e as zonas livres encontram-se articuladas com a estrutura da cidade preexistente. Deste modo, estas intervenções apresentam assim uma leitura de conjunto ao se integrarem como partes num todo.

A organização dos bairros procura fomentar uma continuidade com a cidade preexistente, reformulando o desenho da mesma, uma renovação urbana, *" (...) o projecto prevê grande atenção à estrutura viária como à volumetria do espaço que lhe é adjacente. Procura-se, (...) urbanizar a cidade segundo o ponto de vista das vivências e não de uma organização a duas dimensões. Com estas normativas, algumas unidades espaciais como ruas e espaços privados começam a ser tidos em conta na organização geral da cidade de forma a garantir maior coerência nessa organização com o novo contexto social. Articula novos elementos do espaço urbano, tais como, as vias, o tráfego e o caminho-de-ferro, todos eles determinantes no desenvolvimento da cidade."*¹³

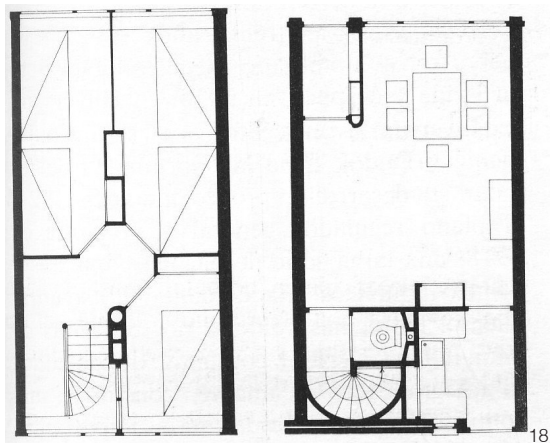
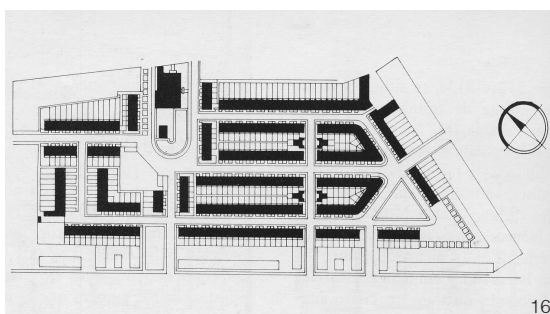
Quanto à implantação, a *Siedlung* recorre ao uso da linearidade. Esta forma de implantação representa a aspiração igualitária da sociedade moderna e tornara-se num dos fundamentos da arquitectura residencial do movimento moderno.¹⁴ Podemos verificar tais características na *Siedlung* Freidorf, Basileia de Hannes Meyer, 1919. (fig. 15)

11 Carlos Martí Arís, *Las formas de la residencia en la ciudad moderna. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, 2000, p. 21

12 Idem, p. 23

13 Andreia Baltazar Martins, *Siedlungen do Moderno. Berlim. 1924-1933*, 2009-2010, p. 29

14 Carlos Martí Arís, op. cit., p. 33



16 a 19 Planta, Vista aérea, planta do módulo e imagem do Bairro de Kiefhoeh em Roterdão, J. J. Pieter Oud, 1925

Prevalece ainda um traçado geométrico e uma grande regularidade da edificação, o que permite recorrer ao princípio da repetição. Este aspecto é inerente ao desenvolvimento industrial e produção massiva, patente numa sociedade em crescimento. Pretende-se contrariar a evolução de acontecimentos e tendências negativas trazidas pela cidade industrial, de forma a recuperar uma relação equilibrada entre a nova ordem social e a paisagem. Este modelo de cidade tenta, assim, reflectir sobre os novos problemas trazidos por uma sociedade em mutação, que acompanham o desenvolvimento da cidade industrial.

Movimento Moderno

Interessa-nos o estudo do Movimento Moderno para o entendimento da cidade moderna. Para tal, focaremos esta abordagem no módulo habitacional como unidade de composição do edifício e consequente concepção da cidade, ou seja, partindo da parte para chegar ao todo.

O conceptualismo da intervenção deste movimento assenta em soluções de racionalismo do uso, standardização dos elementos construtivos e repetição da célula habitacional, próprios de uma era industrial. Assim, o movimento moderno “*estabeleceu uma série de conceitos, atitudes e formas, uma defesa funcionalista do protagonismo do homem, a utilização de um sistema projectual no qual o método e a razão São primordiais, a confiança de que os meios tecnológicos está transformando positivamente o cenário humano e a insistência no valor social da arquitectura e do urbanismo.*”¹⁵

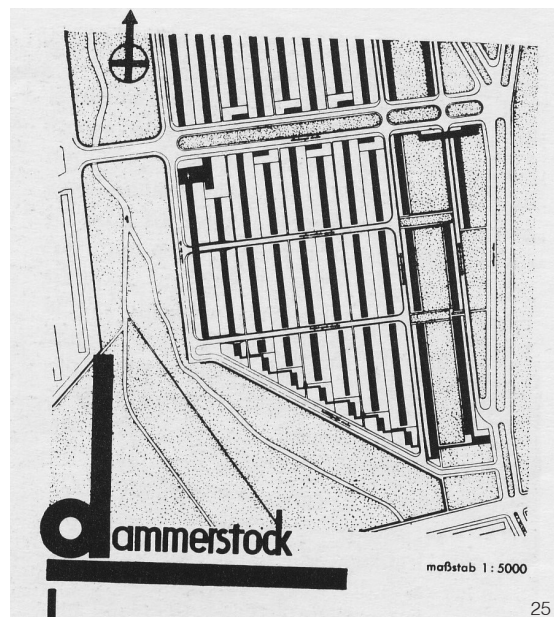
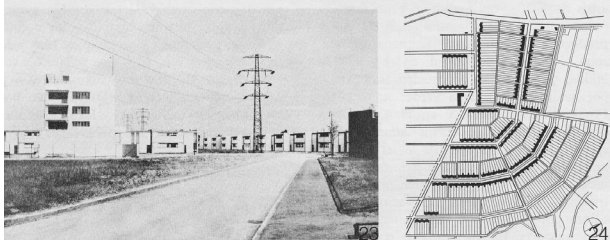
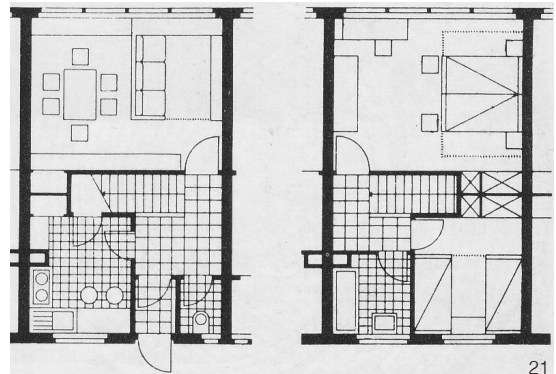
Novos conceitos como Siedlungs e Hoffs utilizam o módulo como unidade de construção da cidade moderna. Estas intervenções surgem como resposta à resolução do problema da habitação económica para grandes massas, contando com o contributo dos arquitectos do moderno. Para tal, estes exploraram e aprofundaram o estudo do módulo habitacional e os seus padrões mínimos.

Os padrões mínimos assumem uma importância acrescida no campo da habitação social, pois a procura de economia de meios possibilita uma maior capacidade de resposta ao problema habitacional. Assim sendo, o estudo da dimensão, proporção, medida, relação e outros componentes da célula habitacional, tornam-se o campo preferencial de estudo destes arquitectos.

Para alcançarem estes padrões mínimos são estudadas ainda as relações sociais do homem, de forma a encontrar uma relação íntima entre o uso dos espaços e as suas acções. Após perceberem qual a capacidade mínima-tipo para compartimentos específico, era possível uma standardização, através da qual a indústria poderia produzir a um baixo custo e em série. Assim, iria-se desenvolver uma nova concepção espacial.

J. J. Pieter Oud (1890- 1963) é o pioneiro no estudo de padrões mínimos, da célula mínima, na tentativa de encontrar um equilíbrio entre esses padrões e as funções essenciais desenvolvidas pelo homem. Em 1925, Pieter Oud concretiza estes estudos na vivenda-tipo do bairro de Kiefhoeh em Roterdão, Holanda (fig. 16 a 19), desenvolvendo habitações com apenas 4,1m de largura, de dois

15 Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa*, 1997, p. 70



20 Exposição de Estugarda, Weissenhof, 1926. Vários arquitectos participam como, Mies Van Der Rohe, Ernst May, J. J. Pieter Oud, W. Gropius, Le Corbusier, entre outros. **21** Módulo Existenzminimum, 1929 discutido nos CIAM **22 a 24** Imagens e planta da Siedlung Dessau-Törte, 1926, W. Gropius. **25** Bairro Dammerstock em Karlsruhe, 1927, W. Gropius

pisos, capaz de albergar uma família de cinco pessoas. A organização da casa é estruturada em dois tipos de espaços: no primeiro encontram-se os espaços de estar|comer e no segundo de dormir.¹⁶ A vivenda-tipo é utilizada como unidade de repetição, criando blocos habitacionais que transparecem a ideia de unidade do conjunto, "*los bloques de viviendas adquieren así el aspecto de edificios unitarios*".¹⁷ Tratava-se de encontrar níveis mínimos de habitabilidade standard, sem comprometer o bem estar do homem e a capacidade de flexibilidade dos espaços, assegurando a qualidade da célula habitacional. Para tal, era necessária uma análise de articulações, dimensionamentos e proporcionamento para chegar a valores concretos de áreas mínimas.

Em 1927, para a Exposição de Estugarda, (fig. 20) J. J. Pieter Oud projecta também um grupo de cinco casas alinhadas, aplicando novamente dimensões mínimas nas habitações. Estas são tratadas e pensadas com a mesma sensibilidade e cuidado, sendo que uma das vivendas foi completamente mobilada revelando uma harmonia de conjunto.¹⁸

Ernst May utiliza o conceito de standardização ao extremo, aspecto verificado nos conjuntos habitacionais de Frankfurt, 1920, onde a tipologia dos edifícios se encontra amplamente standardizada, facilitando a produção em série dos elementos construtivos e de algumas instalações fixas, como a cozinha. Neste conjunto, o projecto da cozinha de Frankfurt ganha importância pelo uso de mobiliário fixo e de fácil standardização - esteve na exposição de Weissenhof em Estugarda

O II congresso dos CIAM em 1929, Frankfurt, dirigido por Ernst May (publicado em 1930 com o título "*Die Wohnung fur das Existenzminimum*"), foi dedicado ao tema da habitação mínima - *Existenzminimum* (fig. 21), marcando um importante passo neste campo, até aqui pouco desenvolvido.¹⁹

O problema da habitação mínima, segundo Walter Gropius consiste em "*establecer el mínimo elemental de espacio, aire, luz y calor que el hombre necesita para poder desarrollar plena, emte sus funciones vitales, sin limitaciones debidas a la vivienda misma*".²⁰

Walter Gropius foi também um grande impulsionador nestes estudos. Pretendia alcançar as satisfações das novas necessidades do sujeito da época aplicando a standardização e a racionalização das novas tecnologias e materiais, tudo isto de forma a reproduzir uma boa forma standard. Para tal, parte do princípio de que "*la nueva metodología abarca todo el ciclo del proyecto, desde el mobiliario hasta la planificación territorial, y un elemento cualquiera - una silla, una casa, un barrio - es válido como modelo repetible a escala superior*".²¹

Em 1926, Walter Gropius utiliza materiais pré-fabricados de forma a racionalizar os métodos de construção, Siedlung Dessau- Torte (fig. 22 a 24). No entanto, é na exposição em Estugarda que aplica na tota-

16 Leonardo Benevolo, *História de la Arquitectura Moderna*, 1982, p. 507

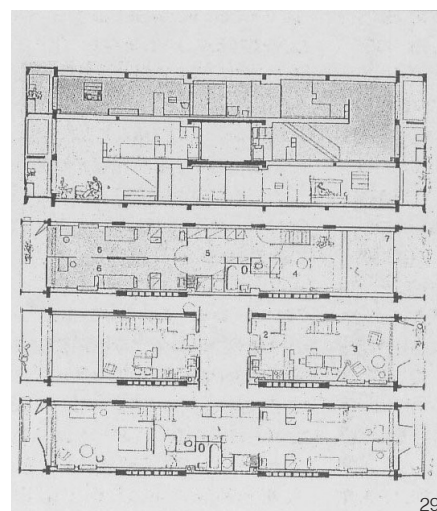
17 Idem, p. 508

18 Ibidem, p. 528

19 Josep M. Montaner, *Depois do movimento moderno. Arquitectura da segunda metade do século XX*, 2001, p. 28

20 Leonardo Benevolo, op. cit, p. 567

21 Idem, p. 560



26 a 29 Imagens, plantas e cortes, «Unité d'habitation» em Marselha, 1945-1952, Le Corbusier.

lidade elementos pré-fabricados, construindo vivendas unifamiliares com um esqueleto metálico de placas de fibrocimento e apoios metálicos.²² Em 1927, projecta o bairro Dammerstock (fig. 25), Karlsruhe.

A casa do movimento moderno resulta, deste modo, da resposta a novos problemas. Verifica-se, então, a procura de uma solução estruturada e económica, de uma nova concepção espacial adaptada aos novos modos de vida, *“as contribuições da ideologia radical e socialista dos arquitectos alemães desenvolvidas nos finais dos anos 20, que dominam os três congressos dos CIAM, com a da «Neue Sachlichkeit», a «Nova objectividade», concretizada nas diversas cooperativas de habitação onde são ensaiados novos esquemas distributivos de acessos e racionalizados espaços, funções e percursos do fogo da habitação mínima, foram certamente determinantes na evolução dos conceitos de habitar do nosso século.”*²³

Le Corbusier

*“Le Corbusier tipificou idealmente o Homem universal e moderno estudando a casa-tipo, a função-tipo, a emoção-tipo, de acordo com a necessidade-tipo, procurando a solução do verdadeiro problema: a casa moderna. Reclamava «a casa como máquina de habitar» para corresponder ao «Esprit Nouveau» da época moderna, da era da máquina.”*²⁴

O ponto de partida para as experiências de Le Corbusier parte de uma ideia muito precisa sobre a casa do homem na cidade moderna, e não de ideias abstractas. O melhor exemplo de Le Corbusier para traduzir as suas ideias de cidade moderna encontra-se no Pavilhão do Esprit Nouveau para a exposição em Paris, 1925, quando este converte o próprio pavilhão à escala natural de célula base, Immeuble-villa.

De forma a encontrar uma solução ao tema da habitação, Le Corbusier desenvolve células residenciais a partir das casas em Dominó. Foi na «Unité d'habitation» em Marselha (fig. 26 a 29), 1945-1952 que Le Corbusier aplica a síntese das suas experiências e conhecimentos. Esta estava pensada como um edifício residencial com uma série de serviços que o tornavam relativamente autónomo, um edifício - cidade. Aqui, a arquitectura e urbanismo resolviam-se numa peça, onde por repetição do edifício se resolvia a cidade. A célula era composta por casas duplex em que, apesar das dimensões mínimas, lhes eram garantidas dinâmica e riqueza espacial.

*“Tratava-se de um modelo arquitectónico que resumia as principais contribuições de sua arquitectura e planeamento urbano: grandes edifícios colectivos, com formas próximas aos modelos do universo da máquina, rodeados de grandes espaços verdes, que configuravam a cidade essencialmente a partir da sua própria repetição.”*²⁵

22 Leonardo Benévolo, *História de la Arquitectura Moderna*, 1982, p. 570

23 Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa*, 1997, p. 70

24 Idem, p. 133

25 Josep M. Montaner, *Depois do movimento moderno. Arquitectura da segunda metade do século XX*, 2001, p. 48



30 Imagem de uma família tradicional. 31 Imagem de uma família moderna, reflexo da alteração da estrutura familiar.

2. O Habitar Contemporâneo

*“A casa funciona como uma segunda pele, um reflexo do indivíduo que mostra a sua identidade e como tal adapta-se às mutantes mentalidades de uma sociedade em movimento.”*²⁶

Será importante, para o posterior desenvolvimento do trabalho prático na Parte II desta dissertação, abordar as transformações na organização da casa, do espaço doméstico, ou seja, as suas principais mudanças resultantes dos novos modos de vida. Assim, uma vez que se partiu de um projecto iniciado no processo SAAL, vivido numa altura de revolução do país, onde a sociedade portuguesa se encontrava em constante mutação, será necessário perceber como esta evoluiu, bem como as novas necessidades do homem moderno.

Evolução estilos de vida e da estrutura familiar

A revolução industrial, com a introdução de novas tecnologias de construção e de novos materiais, faz com que o habitat natural do homem se altere, ao mesmo tempo que a evolução da estrutura familiar acontece. Sendo que, *“o núcleo do conceito de habitar é a família que habita a casa, que por sua vez se encontra inserida numa sociedade. A análise e definição do conceito de família assume especial importância na investigação e tentativa de compreensão dos diferentes modos de habitar, pois a esta é a génese e a principal condicionadora, educadora, transformadora, dos comportamentos e formação de cada indivíduo que a constitui, consoante a posição que este ocupa nela e na sociedade.”*²⁷ De forma a entendermos estas mudanças é necessário entender as transformações na estrutura familiar.

A família tradicional e os valores defendidos por esta estão em mutação devido ao novo pensamento do homem moderno, às mudanças na sociedade, às novas rotinas, aos novos valores instaurados e à transformação do papel da mulher perante a sociedade (fig. 30 e 31)²⁸. Assim sendo, o habitar contemporâneo já não se encontra ligado ao conceito de família tradicional, mas sim ao conceito de família moderna e ao que esta respectivamente representa.

A questão da habitação está intimamente ligada aos modos de vida de cada sujeito, sendo que se estes se alteram também a mesma se deverá alterar, *“ a habitação actual não existe”*.²⁹ Pe-

²⁶ Luciana Rocha, *Inovação e continuidade na casa burguesa portuense - oito casos de estudo*. 2006-07, p. 3

²⁷ Nuno Silva. *O habitar Contemporâneo. Cinco casas em cabeceira de basto*, 2006-07, p. 13

²⁸ *“No decorrer do séc. XX a mulher conquista um lugar lado a lado com o homem. Frequenta as mesmas instituições. Hoje em dia tem a formação que deseja, e é capaz de exercer quase todo o tipo de profissão. Os pais deixam de ter influência do parceiro. O casamento passa de uma conveniência de interesses mútuos para uma aliança de amor. Este facto vai influenciar muito o modo de viver e ocupar o espaço. Vai transformar o espaço quotidiano a forma como este é gerido e como são distribuídas as tarefas domésticas.”* Joana Carvalho. *O espaço na cozinha na habitação Holandesa do séc. XX. O comportamento social e a organização do espaço doméstico*, FAUP, 2000, p. 55

²⁹ Mies Van der Rohe citado por Nuno Silva in *O habitar Contemporâneo. Cinco casas em cabeceira de basto*, 2006-07, p. 19



32 e 33 Anos 50, imagem mulher. 34 Emancipação da Mulher.

rante tais factos, a casa deixou de ser “o *objecto receptor de um modo de habitar específico e normalizado*” e passou a ser pensada perante as diversas formas de habitar desenvolvidas ao longo do tempo. Estas pretendiam alcançar uma ponderada mediação entre o espaço e o uso por parte do seu usuário. “*Entendia-se a necessidade de assumir uma postura sincronizada com a arquitectura presente, recusando a cristalização das construções, como que se de meros objectos se tratassem. Se a cultura, os usos e as tecnologias mudam, também os espaços habitáveis tem de se adaptar as novas exigências.*”³⁰

As evoluções na sociedade que se destacam, abaixo, fomentam as mudanças na organização do espaço doméstico nas últimas décadas e relacionam-se directamente com a transformação social bem como crescimento urbano das cidades³¹. São elas:

- Emancipação da mulher (fig. 34) e a sua integração no mercado de trabalho, o que fez com que a casa deixasse de estar habitada durante 24h por dia³²;
- O aumento da longevidade do homem coloca, por vezes, o problema da coabitação entre várias gerações;
- Os jovens adultos emancipam-se muito tarde devido à crise económica, mas também por causa da tolerância dos pais em relação a sua vida sexual, fazendo com que estes abandonem tardiamente a casa dos pais;
- A coabitação juvenil ou prematrimonial converteu-se em algo corrente;
- Diminuição de matrimónios, que consequentemente retardou a compra de casa própria e que gerou uma queda na natalidade e um declínio na compra de grandes casas para famílias numerosas;
- Os divórcios aumentaram, bem como o número de “single-parent”, gerando uma procura de casa específica pois as necessidades são diferentes em relação ao tradicional;
- Nas grandes cidades, os membros da mesma família vivem a ritmos diferentes dentro do mesmo espaço.³³

Relativamente ao segundo ponto, este encontra-se associado à necessidade de criar alojamento para a classe trabalhadora, onde a introdução de novas condições espaciais na habitação, “*as-sentes na passagem redutora da casa a célula habitacional*”³⁴, resultaria em grandes implicações no modo de vida dos seus habitantes.

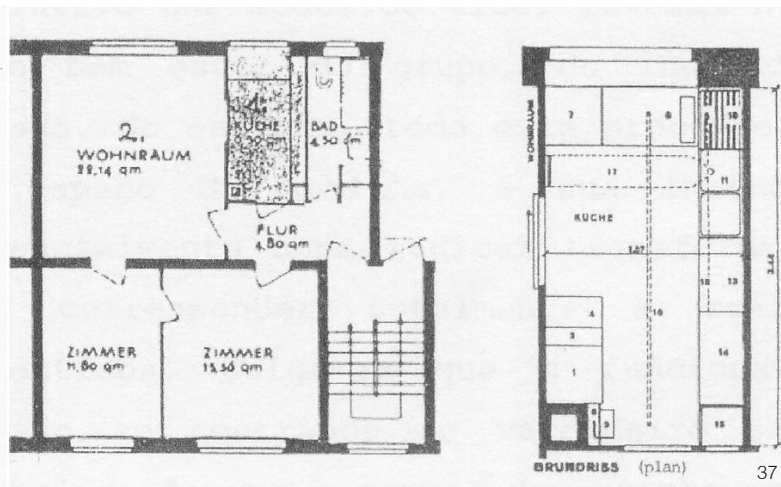
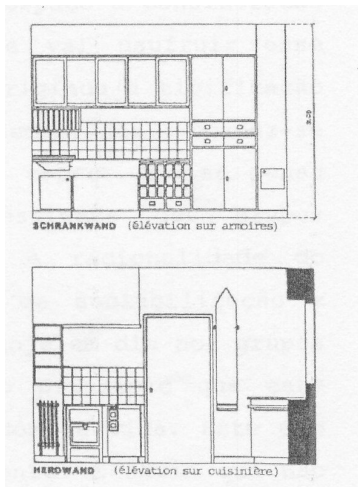
30 Paulo Silvestre, Alcino Soutinho. *Uma cartografia*, 1998.1999, p. 39

31 Rui Ramos, *A Casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX Português*, 2010, p. 58

32 “*Nos anos 60/70 com a libertação sexual a mulher começa realmente a ganhar uma posição próxima do homem. Ela agora é formada, trabalha fora de casa e tem direitos sociais equivalentes aos do homem. (...) Agora que a mulher trabalha fora de casa a reorganização dos trabalhos domésticos não é uma utopia, mas sim uma necessidade.*” Joana Carvalho, *O espaço da cozinha na habitação Holandesa do séc. XX. O comportamento social e a organização do espaço doméstico*, 2000, p. 63

33 Segundo Monique Eleb em *Nuevos modos de habitar. New ways of housing*, 1996, p. 46

34 Rui Ramos. *A Casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX Português*, 2010, p. 70



35 a 37 Imagens, planta e cortes cozinha Frankfurt ,1926. Margarete Schütte Lihotzky e Ernst May.

Transformações no espaço doméstico | espaço da casa.

As principais transformações no espaço da casa, descritas como revolução nos estilos de vida do homem, resultam de mudanças profundas na actividade humana, associada a novas organizações na estrutura familiar bem como à alteração dos padrões espaciais que conformam a habitação.

Tais revoluções nos estilos de vida relacionam-se por exemplo com a aproximação do trabalho ao espaço doméstico. Através dos novos estilos de vida, onde o trabalho pode ser realizado a partir da própria habitação, a casa passa a estar mais tempo habitada.

Outra transformação encontra-se ligada, como já foi referido, à introdução de novas condições espaciais na habitação, verificada por exemplo nas soluções europeias da década de vinte previamente estudadas, com a experiências habitacionais na construção de novos bairros para solucionar a falta de alojamento da classe trabalhadora pelos arquitectos do moderno.³⁵ A cozinha Frankfurt (fig. 35 a 37) revela-se assim inovadora para a época. Esta Cozinha modular, pré-fabricada, vai utilizar elementos castrados na sua execução, recorrendo a dimensões mínimas. No entanto, esta não parte da observação do estilo de vida dos seus habitantes, é construída como unidade base para uma repetição em série. Pretende ainda reduzir o tempo na execução de tarefas domésticas, rentabilizando o tempo da mulher, deixando-a disponível para outras tarefas, como o trabalho, a família e o lazer.

Assiste-se também a um reorganizar da habitação do ponto de vista privado e público, *“hoy en día se puede percibir una tendendencia a la organización de la vivienda desde el punto de vista de las zonas privadas y las públicas.”*³⁶ Devido à transformação do papel da mulher, das relações entre adultos e crianças bem como a uma maior permanência dos usuários na casa, tais transformações tornaram imprescindível a necessidade de distinguir e caracterizar estes dois tipos de espaços na casa. Assim sendo, para permitir uma melhor apropriação do usuário, propõe-se a divisão do espaço que permite a família estar *“junta pero de manera separada, miembros de una familia pêro individuos autónomos”*³⁷, permitindo assim que cada membro da família habite a casa a ritmos diferentes, *“en las familias donde, actualmente, el encuentro en torno a la mesa o en el estar tiene su valor pero donde cada uno también vive a su ritmo, una habitación personal que permita múltiples actividades, incluidas las ruidosas, es una aspiración.”*³⁸

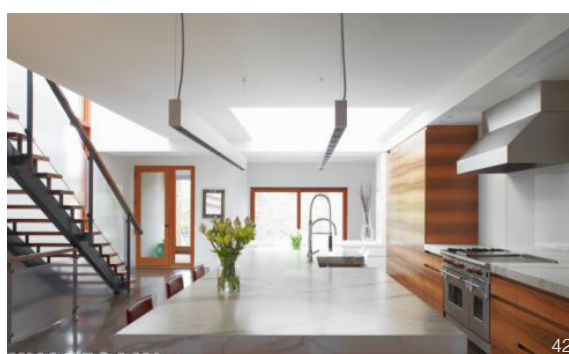
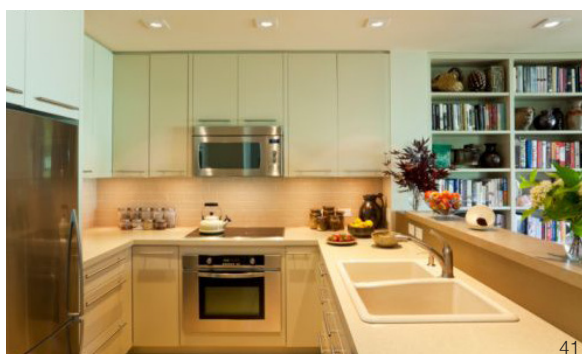
“Se hace cada vez más necesario trabajar sobre la distribución para proponer espacios más adaptados a nuevas formas de grupo doméstico (las cohabitaciones por ejemplo), a modo de interacción entre las personas que están en evolución. Hay que reflexionar también, para adaptar la

35 Rui Ramos. *A Casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX Português*, 2010, p. 70

36 Monique Eleb. *Nuevos modos de habitar. New ways of housing*, 1996, p. 50

37 Rui Ramos, op. cit., p. 50

38 Monique Eleb. *Nuevos modos de habitar. New ways of housing*, 1996, p. 50



38 Imagem kitchenet habitação Bouça, Siza Vieira. A cozinha abre-se para os espaços à sua volta 39 a 40 Imagens cozinhas modernas, abertas, móveis embutidos 41 Imagem kitchenet

vivienda a los ritmos actuales de la vida cotidiana, sobre formas de ocio, de trabajo y de consumo en mutación."³⁹

Assim sendo, para responder às novas necessidades e aos novos modos de vida, seria necessário explorar novas possibilidades espaciais, novas formas de organização do espaço aptas para responder às novas exigências do homem contemporâneo, da família contemporânea. Das novas necessidades referidas em cima, destacam-se:

- O estabelecimento de uma nova forma de como os compartimentos são ocupados pelo mobiliário, como o computador no quarto ou a televisão na sala, resultando numa reorganização funcional no espaço da casa;⁴⁰
- O espaço de estar e o espaço doméstico começam a fundir-se, por vezes a cozinha - kitchenet encontra-se aberta para a sala (fig. 38, 41 e 42);
- Os espaços de transição e articulação são revistos e atribuídas novas concepções (fig. 39 e 40);⁴¹
- Assiste-se a um economizar do espaço que se traduz numa redução de programa, bem como à racionalização de circulações e também de organização interna.

A casa surge-nos assim como suporte do espaço doméstico e tradução dos estilos de vida⁴².

Neste contexto, conceitos como flexibilidade e módulos evolutivos surgem como solução a estas novas mudanças. "*La flexibilidad, (...) es una de las soluciones propuestas para tener en cuenta los cambios de los modos de vida o de las estructuras de la familia*"⁴³. A atribuição de flexibilidade e adaptabilidade de uma divisão será benéfico para responder às necessidades dos utentes.

O carácter evolutivo e flexível da habitação, ou dos próprios espaços, tema a explorar com o programa ELEMENTAL, Chile, apresenta-se como uma resposta para solucionar o problema dos diferentes modos de habitar bem como para responder aos diferentes ritmos que uma família possui.

39 Monique Eleb. *Nuevos modos de habitar. New ways of housing*, 1996, p. 46

40 Rui Ramos. *A Casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX Português*, 2010, p. 71

41 Idem, p. 71

42 Ibidem, p. 60

43 Monique Eleb, op. cit., p. 48



43



44

43 Imagem Rio de Janeiro. 44 Planta do Plano de Agache, de Alfred Agache, entre 1928-1930.

3. Paradigmas da Habitação Informal

Como exemplos de estudo de habitação social, seleccionamos o Brasil com o Favela-Bairro e o Chile com o programa ELEMENTAL, pelas semelhanças nos processos que ambos desenvolvem para com o processo do SAAL no Porto, com se verá mais à frente neste trabalho.

Todos estes processos e programas valorizam a permanência da população nos locais onde possuem os seus lares, raízes e onde mantêm os seus empregos bem como a vontade de atribuição de condições de habitabilidade para uma população carenciada e muitas vezes socialmente excluída. Estes são princípios defendidos pelo SAAL, dos quais pretendo uma aplicação directa no trabalho prático desenvolvido na parte II deste trabalho.

Pretende-se, ainda, perceber o que foi feito e como foi resolvido o problema da habitação de génese ilegal, precária e da sobreocupação para melhorar as condições de vida dessas pessoas.

3.1. Brasil. Os Aglomerados Informais.

O Rio de Janeiro (fig. 43) do século XIX caracteriza-se como uma cidade poluída, onde as ruas se tornaram no habitat de muitos. Considera-se também uma cidade cheia de contrastes, quer pelas singularidades naturais, quer pela pobreza abundante.

Ao longo do mesmo século o problema habitacional foi agravado com a libertação dos escravos, uma população economicamente carenciada e sem condições de possuir uma boa habitação. Esta população vai-se estabelecer nas áreas centrais da cidade, na procura de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho, construindo assim diversos tipos de habitações de génese ilegal, precárias e de baixa qualidade.

No entanto, por questões de higienização é iniciado um processo de demolição das mesmas.⁴⁴ Ao mesmo tempo e como resposta a estas demolições iniciou-se um processo de recolocação dessa população em localizações diferentes. Assim ocorreu a ocupação dos morros, nascendo uma nova forma de habitação popular, a «favela».⁴⁵

Os aglomerados informais, a «Favela».

As primeiras tentativas.

No Brasil, assim como na maioria dos países em desenvolvimento, o problema habitacional é uma das questões urbanas mais preocupantes, reflectindo-se na formação de aglomerados precários, pobres, sem infra-estruturas e socialmente excluídos, a «Favela». *“As favelas são aglomerados*

44 Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, *O Rio de Janeiro e o Favela-Bairro*, publicado em RIO ESTUDOS nº 120, Setembro de 2003, p. 2

45 www.vitruvios.com.br, a primeira favela surgiu no Morro de Favela, onde as primeiras ocupações clandestinas registadas pela polícia ocorreram em 1890.



45



46



47



48

45 Imagem aérea da favela do Complexo do Alemão 46 Imagem favela do Vidigal 47 e 48 Imagens favela Rocinha

informais definidas pela prevalência do privado sobre o público, em que são as habitações, normalmente marcados por puxadinhos,⁴⁶ e a variável topografia são as definidoras da morfologia e das características urbanas.”⁴⁷

A migração da população, bem como o empobrecimento da mesma, fomentam o aumento de favelas preexistentes e o aparecimento de novas. Este fenómeno é considerado um grande desafio urbano, expressando populações socialmente excluídas, onde *“a exclusão social se expressa através da segregação espacial, configurando pontos de pobreza ou grandes regiões onde a miséria é disseminada.”*⁴⁸

As Favelas começam a ser vistas pelos moradores da cidade como “aglomerados invasores” ou “doenças sociais”, onde políticas de controle, repressão e remoção são postas em prática pelo governo.⁴⁹

Assim sendo, na década de 30, é formulado o Plano Agache⁵⁰ (fig. 44), programa de reurbanização do Distrito Federal do Rio de Janeiro pelo urbanista Alfred Agache. Este tinha como objectivo erradicar as favelas, realojando a população na periferia e consequentemente afastá-las do lugar onde se situavam os seus empregos.

Nos anos 40, o presidente Getúlio Vargas propôs a edificação de parques proletários provisórios, para o realojamento da população que vivia em barracas. Nos seguintes anos, foram incluídos ainda vários tipos de programas de assistência, muitos deles implementados pela Igreja Católica.

*Apesar das tentativas, “no final da década, as favelas já são parte notável da paisagem do Rio de Janeiro. De um lado, discursos populistas, em que tudo pode; do outro, os favelados personificam a ameaça à ordem e à saúde urbana. É preciso ordenar a cidade. A tese da remodelação volta ao debate e entram em cena as velhas questões sanitárias e legais”*⁵¹

A necessidade de solucionar a questão do alojamento ilegal, como as favelas (fig. 45 a 48), era crucial. Perante esta situação, o governo, após verificar o fracasso das suas intervenções anteriores, inicia um debate sobre a integração da favela ao Bairro, reconhecendo-as como uma realidade própria e característica da cidade.⁵²

46 Puxadinho é o processo de auto-construção típico dos favelados, em que estes amplificam as suas construções com outras divisões, dependendo dos materiais e técnicas que existiam.

47 Vitorio Leite, *Arquitectura da participação. O debate sobre o Habitat Participado entre o Primeiro e o Terceiro mundo. 1960-2010*, 2009-2010, p. 109

48 Érico Costa, *Favela: retrato da exclusão social*, informação disponível em www.vitruvios.com.br, Fevereiro de 2004

49 Idem

50 Este plano nunca chegou a ser posto em prática, devido a mudanças políticas. No entanto, algumas referências que deixou foram aplicadas como a construção da avenida Presidente Vargas, que expulsou muitas pessoas pobres da área central da cidade, 1928-1930

51 Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, *O Rio de Janeiro e o Favela-Bairro*, publicado em RIO ESTUDOS nº 120, Setembro de 2003, p. 5

52 Érico Costa, *Favela: retrato da exclusão social*, informação disponível em www.vitruvios.com.br, Fevereiro de 2004



49 e 50 Imagem do antes e depois, favela Fernão-Cardim, Mário Jaurégui-programa Favela-Bairro 51 e 52 Imagem do antes e depois, favela do Salgueiro, M. Jaurégui-programa Favela-Bairro 53 e 54 Imagem do antes e depois, favela do Salgueiro, M. Jaurégui-programa Favela-Bairro

A primeira experiência de urbanização de favelas é concretizada em 1968, com a experiência de Brás de Pina, pelo arquitecto Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Esta considera-se uma referência no contexto brasileiro pois, em tempos de ditadura, este defendeu o envolvimento e participação activa da comunidade na construção das suas casas. Assim surgem neste contexto programas de urbanização, como o Favela-Bairro e posteriormente o Morar Carioca.

3.1.1. O Programa Favela-Bairro

Fase I 1993-2000, Fase II 2000-20...

*“Os aglomerados suburbanos não formais, que proliferavam a uma velocidade alucinante na América Latina, começavam, também pela via da sociologia urbana, a perder o estatuto de “clandestinidade” escondida, que a ideologia urbana dominante lhes fora conferindo, e a adquirir um valor laboratorial, de ponto de partida para análises mais objectivas a propósito do problema do habitat e, mais tarde, como solução possível e inevitável para o próprio crescimento urbano dessas cidades.”*⁵³

O programa favela-bairro constitui uma forma diferente de intervenção a estes problemas habitacionais. O debate de urbanização das favelas começa pelo pensar à escala do indivíduo e das suas necessidades.

Constatou-se que a população não queria ser realojada na periferia, longe do seu trabalho e das suas raízes. Visto isto, o problema habitacional é mais do que a falta de casas, mas antes carência social conjugada com a ausência de um alojamento digno, um lar.

A solução passaria então por manter a população no local, revitalizando essas zonas (fig. 49 a 54) e estimulando a renovação urbana, onde a “*«resolução»*: bastava não condenar nem virar costas e enfrentá-los como uma via possível e realista, desde que «tecnicamente» acompanhada.”⁵⁴

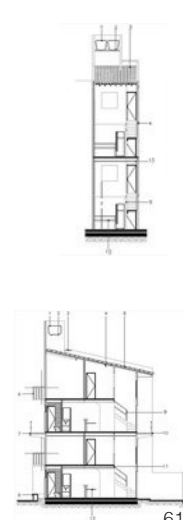
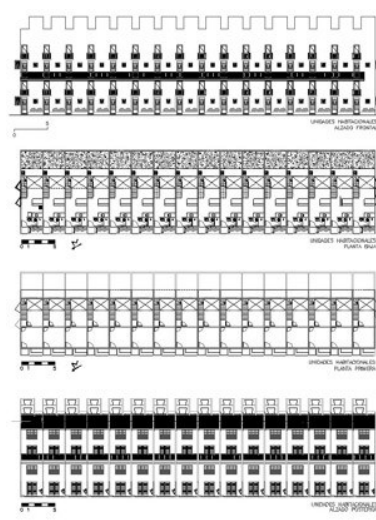
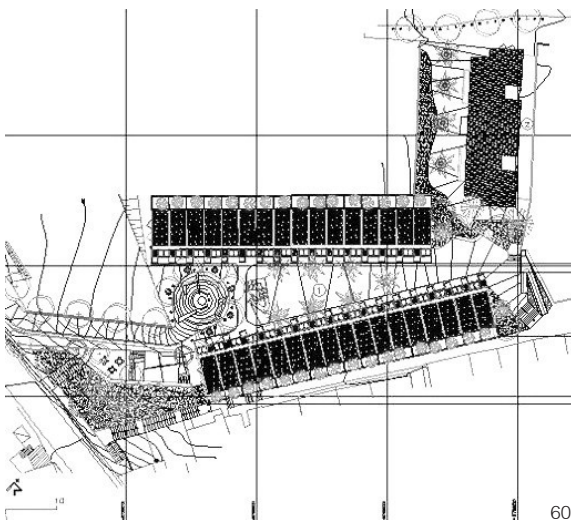
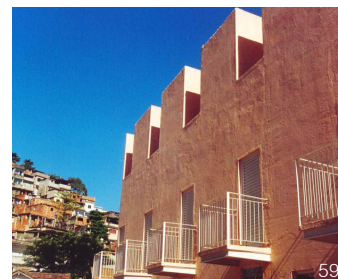
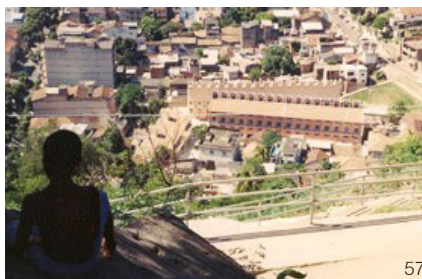
Este programa tinha assim como objectivo integrar a Favela na cidade, de forma a complementar ou a construir a estrutura urbana, pois seria uma melhoria física, do investimento das infra-estruturas, dos serviços e dos bens públicos. *“O programa Favela-Bairro, no Rio de Janeiro, busca, de modo amplo e consistente, não mais a remoção compulsória das ocupações inadequadas visando simplesmente à erradicação dos assentamentos precários, onde vivem milhares de famílias, mas a sua integração urbanística como suporte básico para o desenvolvimento social e para a melhoria das condições de habitabilidade destas comunidades. Como resultado essas áreas, antes degradadas, são integradas à cidade na forma de novos bairros.”*⁵⁵

Para tal, teria que se solucionar os problemas de acessos, circulação viária, construção e ma-

⁵³ José António Bandeirinha. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 2007, p. 44

⁵⁴ Idem, p. 44

⁵⁵ Elisabete França e Gloria Bayeux, *Favelas upgrading. A cidade como integração dos bairros e espaço de habitação*, informação disponível em www.vitruvios.com.br, 2002



55 Esquema de leitura da estrutura do lugar - Macacos **56 a 59** Imagens da intervenção no Morro dos Macacos, Mário Jaurégui **60**
Planta de intervenção, Morro dos Macacos **61** Plantas, cortes e alçados dos novos volumes

nutrição de serviços de abastecimento de água, drenagem pluvial, saneamento, estabilização de encostas, limpeza e iluminação pública. Somente assim seria possível o acesso a serviços públicos, bem como a criação de espaços públicos, como parques, praças e jardins que proporcionassem a convivência. De forma a complementar este processo realizaram-se construções de equipamentos comunitários, como creches, postos de saúde e escolas.⁵⁶ Os moradores tinham um papel activo neste processo, tanto no planeamento como na construção, conservação das intervenções nas favelas.⁵⁷

Na primeira fase, 1993 até 2000, esta intervenção envolveu cerca de 62 comunidades. Posteriormente, numa segunda fase, o Favela-Bairro II, propunha mais de 100 intervenções em favelas⁵⁸. Após os resultados positivos da primeira fase, verificou-se que, para garantir a continuação de verdadeiras mudanças na vida dos moradores, eram necessários programas de integração social, serviços de acção social e ainda programas de geração de trabalho e renda.

Rio de Janeiro, Morro dos Macacos, 1994-1995

*"Como organismo vivo, a favela proliferou pelo território urbana apropriando-se de áreas livres e zonas consideradas de risco, em um processo movido pela necessidade imediata de abrigo. (...) Não existe projecto prévio, nem restrições formais. (...) É uma realidade em contínuo movimento, cuja aleatoriedade dos processos de transformação impede uma cartografia definitiva. A instantaneidade é o retrato mais fiel que se pode ter destas comunidades num dado momento."*⁵⁹

A integração da favela na cidade tornou-se a ideia central para resolver estes aglomerados de génese ilegal. Assim sendo, Jorge Mário Jáuregui⁶⁰ ficaria responsável pela integração do Morro dos Macacos na cidade.

Esta, consistia numa favela de 12 mil habitantes, onde era necessária a introdução de novos espaços públicos, praças, tratamento de ruas, vielas e espaços residuais, bem como a reabilitação de alguns espaços preexistentes. Seria ainda necessária construção de instalações comunitárias tais como uma lavandaria. Este programa tenta primeiramente reabilitar as casas existentes, pois a falta de espaço para construir é um factor condicionante. No entanto, no morro dos macacos foi necessária a implantação de novas unidades residenciais (fig. 55 a 61), pois a abertura de novas ruas e consequentemente a demolição de alguns barracos exigia a recolocação de 66 famílias.

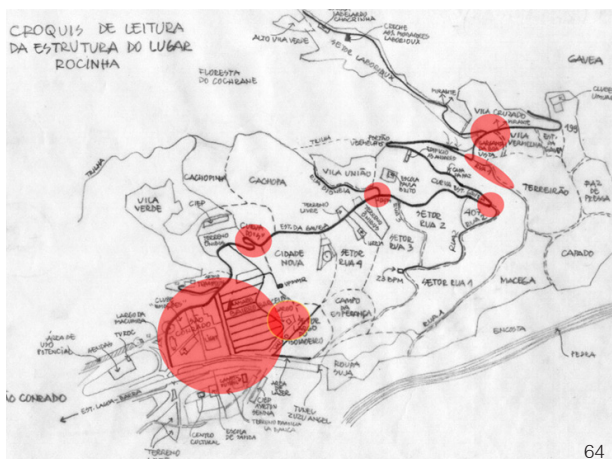
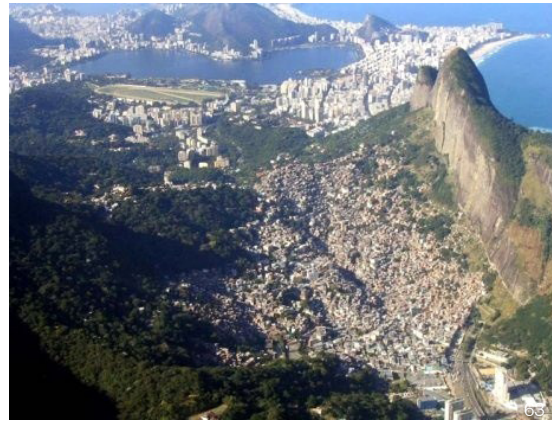
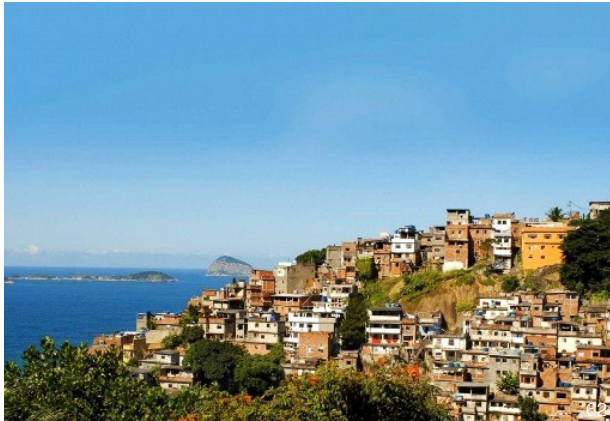
56 Maria Helena Salomon, *Programa Favela-Bairro: construir cidade onde havia casa. O caso de Vila Canoa (1)*, informação disponível em www.vitruvios.com.br, Setembro de 2005.

57 Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, *O Rio de Janeiro e o Favela-Bairro*, publicado em RIO ESTUDOS n.º 120, Setembro de 2003, p. 9

58 Idem, p. 9

59 Informação disponível em www.jauregui.arq.br

60 Mário Jáuregui é formado pela Faculdade de Arquitectura Nacional de Rosário, Argentina. Actualmente vive no Rio de Janeiro onde tem o seu escritório. Urbanizou 20 favelas com o programa Favela-Bairro. Em 1999 ganhou o "Grande Prémio de Urbanismo" da IV Bienal Internacional de Arquitectura de São Paulo, e em 2000 ganha o "Sixth Veronica Rudge Green Prize" da GSD Harvard.



62 Imagem de divulgação do programa Morar Carioca 63 Foto aérea da favela da Rocinha 64 Esquema de leitura da estrutura, Rocinha, programa Morar Carioca- uma das 260 intervenções seleccionadas 65 Esquema de luzes da favela - Rocinha 66 e 67 Imagens do antes e depois da intervenção na Rocinha, programa Morar Carioca-concurso

Estes dois novos volumes de quatro pisos em galeria são constituídos por fogos duplex. As habitações que estivessem em contacto com o solo teriam ainda um espaço verde ligado a elas, enquanto que as habitações acedidas pela galeria de distribuição possuíam pequenas varandas. A partir destas, os utentes poderiam usufruir da vista para a cidade e para o morro. Um novo espaço exterior é conformado pelos novos volumes, um pátio. Este, abre-se para a cidade e dá a esta população um novo local de convívio e de encontro.

Mauro Jáuregui pretende assim, ao projectar estes novos edifícios residenciais e espaços de estar, proporcionar o convívio da população e valorizar o sentimento de permanência,⁶¹ atribuindo condições de habitabilidade a uma população carenciada. *“Para os arquitectos e urbanistas brasileiros trabalhar para esse segmento da população significa, cada vez mais, construir um projeto de futuro vinculado não só à construção de novas e dignas moradias, mas também à superação de um conjunto de déficits relacionados à infra-estrutura, acessibilidade, equipamentos e serviços públicos. Para a população de excluídos o significado de pertencer à cidade torna-se condição básica para a conquista do direito primordial à cidadania.”*⁶²

Actualmente, decorre o programa “Morar Carioca”⁶³ (fig. 62), 2010-2020. Surgindo na continuação do programa Favela-Bairro, tem como objectivo urbanizar 378 favelas, *“urbanizar é tornar cidade”*⁶⁴. Um dos primeiros passos foi quando este foi lançado a concurso público, que pretendia seleccionar equipas para as primeiras 260 intervenções (fig. 63 a 67).⁶⁵ *“O Morar Carioca aproveita as diversas experiências das últimas décadas, seus erros, acertos e desvios de rumo, buscando ampliá-las, no objectivo da superação plena desse enorme desafio de integração social e urbanística.”*⁶⁶ Pretende-se com este programa reflectir sobre as experiências anteriores, reformulando novos caminhos para alcançar a melhor resposta.

61 Informação disponível em www.jauregui.arq.br

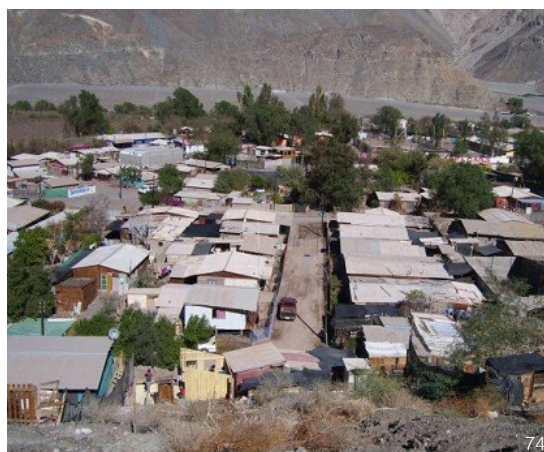
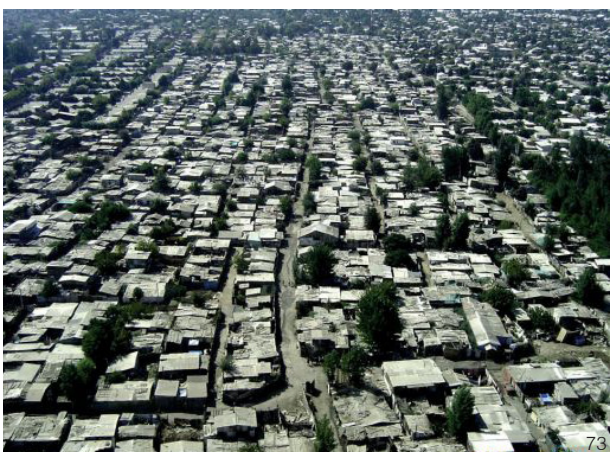
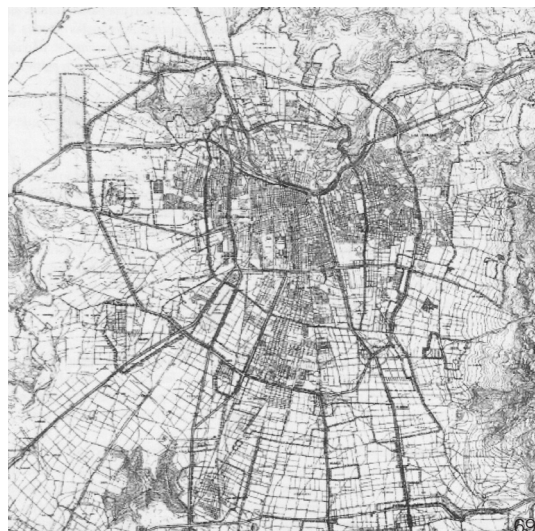
62 Elisabete França e Gloria Bayeux, *Favelas upgrading. A cidade como integração dos bairros e espaço de habitação*, informação disponível em www.vitruvios.com.br, 2002

63 Programa lançado em Julho de 2010, promovido pelo Instituto de Arquitectos do Brasil - Rio de Janeiro

64 Sérgio Magalhães, *Morar carioca, informação disponível em* www.vitruvios.com.br, Novembro 2010.

65 Idem.

66 Ibidem.



68 Foto aérea Santiago do Chile 69 Planta de St. Chile 70 a 72 Imagem de barracos, campamento 73 Foto campamento Penalolen antes de ser erradicado 74 Imagem de um Campamento, Chile.

3.2. Chile. Os Aglomerados Informais

No Chile, no século XIX, era vivido um tempo marcado pela crise das minas, pelo desemprego, pela pobreza extrema, falta de habitações, salubridade e higiene urbana. Tudo isto veio ser agravado pelo êxodo rural.

Assim sendo, e à semelhança do que aconteceu no Brasil, surge neste contexto de pobreza uma nova forma de ocupação informal, as «tomas». Estas não possuem condições de habitabilidade, vindo a agravar o problema de segregação urbana e social da população mais pobre.

No entanto, e por questões de higienização, são iniciados diversos processos de intervenção, modernos e controladores urbanisticamente, que vão desde a cidade jardim até ao racionalismo corbusiano⁶⁷. O objectivo seria integrar e unificar a cidade segregada, mas com o passar do tempo revelaram-se um fracasso.

Os aglomerados informais, as tomas.

Primeiras tentativas.

As «tomas» surgem como uma manifestação da população à falta de habitações para os receber na cidade. Estas são consideradas ocupações informais, que se revelam ausentes do mínimo de condições de habitabilidade, implantadas em terrenos agrícolas à volta dos centros urbanos, principalmente em Santiago do Chile (fig. 68 a 69).

Quando consolidadas e de grande escala denominam-se de «Campamentos» (fig. 70 a 74). Somente nestas circunstâncias é que o governo ganha noção das más condições, até precárias, em que vive a sua população e daí intervêm.

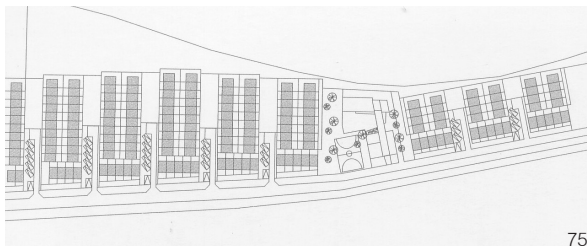
Surgem assim, na década de 50, as “*viviendas progresivas*”⁶⁸, tendo como objectivo controlar as «tomas», unificando a cidade e eliminando a segregação social estabelecida. A primeira intervenção realiza-se na toma de Victoria, em 1957-58. Esta, consistia na urbanização da mesma tornando-a assim numa povoação, através da adaptação do traçado agrícola, da integração de infra-estruturas e regras urbanas, e incentivando o uso de materiais locais bem como a autoconstrução. Logo, o objectivo seria a integração das tomas na cidade.⁶⁹

Posteriormente, nos anos 90, assiste-se à construção massiva e dispersa de habitações, seguida da criação do programa Chile-Barrio, em 1997. Este programa surge por iniciativa do governo para superar a pobreza, tendo como objectivo o realojamento da população que ainda vivia em campamentos e atribuindo à população uma habitação digna e serviços básicos. No entanto, apesar de estas soluções resolverem grande parte da falta de habitações a longo prazo, revelam-se de

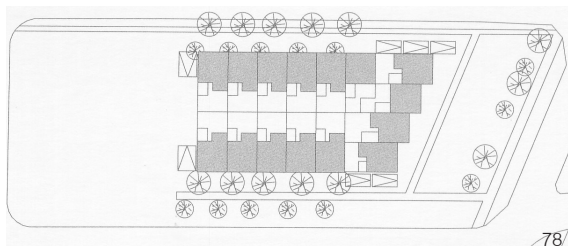
67 Vitório Leite, *Arquitectura da participação. O debate sobre o habitat participativo entre o Primeiro e o Terceiro Mundo. 1960-2010*, 2009-2010, p. 129

68 Termo utilizado no Chile, que caracteriza a habitação evolutiva ou de auto-construção

69 Vitório Leite, op. cit. p. 133



75



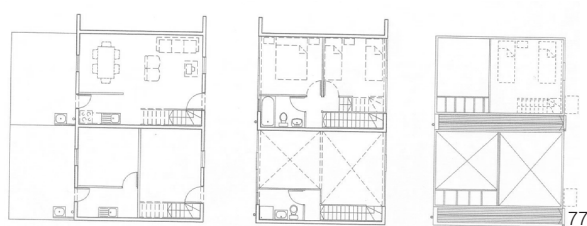
78



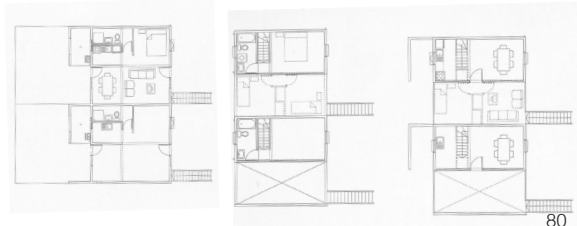
76



79



77



80

75 a 77 Plantas e imagem, intervenção Elemental, Renca, Chile 78 a 80 Plantas e imagem, intervenção Elemental, Lo Espejo, Chile

fraca qualidade. Os meios construtivos e materiais usados eram importantes pois os meios económicos eram débeis, bem como o espaço urbano que se verificou pouco pensado e trabalhado.

3.2.1. O programa ELEMENTAL (2000) ⁷⁰

Perante isto, era necessário, mais uma vez, controlar um problema gerado pelo abundante fluxo de pessoas que se fixam em construções precárias e ilegais, neste caso as tomas ou campamentos, agravando o problema de estratificação e segregação social. Neste contexto surge então o programa ELEMENTAL, do qual Alejandro Aravena⁷¹ é o director executivo.

Este programa tinha como objectivo desenvolver uma nova estratégia no desenho de uma habitação de baixo custo, projectando e construindo assim, uma vivienda social de qualidade, mantendo a população no mesmo local, centro da cidade, usando o mesmo financiamento de uma habitação construída na periferia. Para tal, era preciso conjugar três diferentes factores, a optimização do desenho arquitectónico e urbano, o trabalho comunitário e social e os sistemas construtivos. Intervenções como em Renca (fig. 75 a 77) ou Lo Espejo (fig. 78 a 80), são bons exemplos que respondem a estes princípios desenvolvidos pelo ELEMENTAL.

Deste modo, a sua principal conquista seria, *“a oportunidade de mudar a abordagem do problema, de criar um tipo de residência que, inserida na lógica da propriedade, fosse usada pela família como capital com valor crescente, integrada na rede económica e social da cidade”*⁷². Ou seja, Aravena pretendia que a habitação passasse a ser encarada como um investimento e não como uma despesa social, ganhando valor com o decorrer do tempo. *“Perguntamo-nos se era possível usar a casa como investimento mais do que como recurso social e acabamos por reformular a noção de qualidade. Ela seria, então, indicativa do aumento de valor da habitação ao longo do tempo. Passamos à identificação de um conjunto de condições de desenho que possibilitassem essa valorização, assim como dos mecanismos que permitissem a passagem dos subsídios públicos ao património das famílias mais pobres. Essa foi a sequência do nosso trabalho e da criação do Elemental.”*⁷³ Para tal, Aravena construía metade da habitação, 40m² de 80m², permitindo a evolução da casa por parte dos usuários. Garantia ainda as premissas principais do projecto que não estavam ao alcance da mesma, ou seja, o que as famílias não poderiam fazer sem o auxilio do arquitecto, como o desenho da estrutura urbana, a posição da casa no terreno, o desenho das

⁷⁰ Este programa, no início, partiu de uma iniciativa académica, que utilizou fundos governamentais desde 2001. Segundo Aravena, como arquitecto, nunca tinha trabalhado habitação de interesse social, até ter ido estudar em Harvard, quando conheceu o engenheiro de transportes Andrés Lacobelli e pensaram em algo novo para essa área. O importante era pensar numa pergunta para o tema, mais do que numa resposta imediata. Criaram organismos que lhes permitissem levar adiante o projecto, primeiro como iniciativa académica, depois como investigação, entre 2003 e 2005, e em seguida já como uma companhia, com aporte de capital público.

⁷¹ Aravena nasceu no Chile em 1967, formou-se em Arquitectura pela Universidade Católica de Santiago em 1992, onde lecciona desde 1994. Foi Professor visitante na Universidade de Harvard, 2000 - 2005.

⁷² Segundo Aravena na entrevista publicada em www.arcoweb.com.br.

⁷³ Idem



81 a 84 Plantas e fotos do antes e depois, intervenção ELEMENTAL, Iquique, Chile

infra-estruturas e a distribuição das diferentes funções do habitar.

Para valorizar a habitação, o programa ELEMENTAL iria basear-se em cinco princípios⁷⁴:

- Pensar e projectar melhores bairros e habitações para promover o desenvolvimento social de forma a superar o círculo de pobreza e da desigualdade das nossas cidades, mantendo a sua localização e assegurando e fortalecendo a estrutura social estabelecida;
- Estrutura urbana;
- Possuir as características de uma casa de classe média;
- Possuir um bom desenho estrutural, com o máximo de flexibilidade, usando o mínimo de tecnologias bem como recorrer ao uso de materiais pré-fabricados;
- Permitir a evolução da habitação.

Iquique, Quinta Monroy, 2003-2004

Um bom exemplo de aplicação deste programa é a intervenção urbana realizada no centro da cidade, na Quinta Monroy, Iquique (fig. 81 a 84), local ocupado ilegalmente por 97 famílias desde os anos 60, numa área de 5.000 m². Há mais de 30 anos que os seus moradores não tinham uma residência digna, vivendo em condições precárias até à intervenção do programa.⁷⁵

O arquitecto pretendia encontrar uma solução habitacional de qualidade, mantendo as pessoas no local e gastando 7500 dólares em cada habitação.⁷⁶ Desta forma, ao garantir que a população permanecesse no mesmo local, iria conservar a estrutura social já existente e criar condições de estabilidade na família, no emprego, permitindo um contínuo e futuro investimento na sua habitação. Pretendia ainda a construção de um bairro, mantendo o carácter de comunidade.

Para tal, Aravena cria uma estrutura de três pisos, com a capacidade expansiva em todos eles, resultando num edifício composto por duas unidades sobrepostas, onde inicialmente metade das unidades se encontram por construir, para as famílias o fazerem posteriormente.

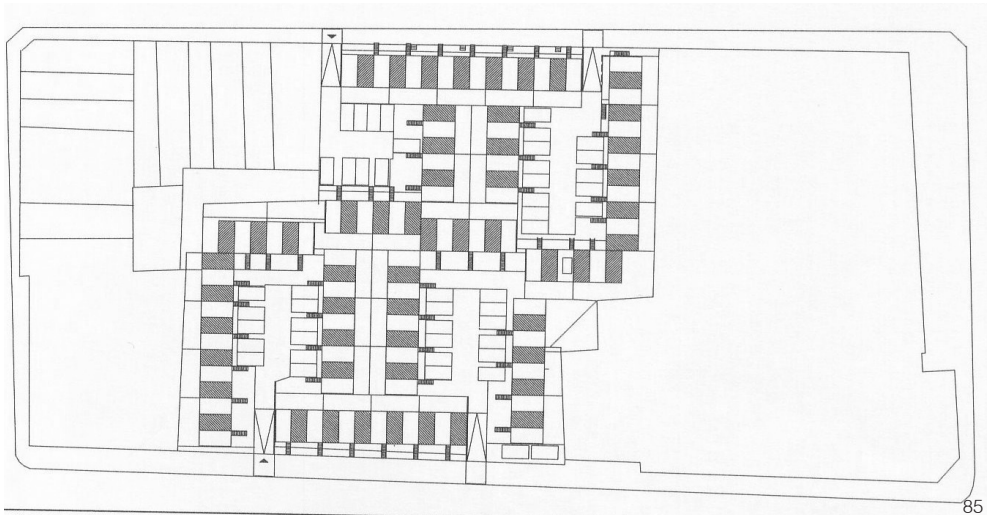
A unidade desenhada no rés-do-chão teria 36m² de 6x6 metros num lote de 9x9 metros e poderia ser expandida para trás até aos 81m², enquanto a segunda unidade sobreposta ao piso térreo, acedida por escadas exteriores, é composta por dois pisos, duplex, cada um de 3x6 metros, resultando também em 36m² da habitação construída inicialmente. Esta tinha a possibilidade de se expandir lateralmente até 72m².

Ao mesmo tempo que a estrutura permitia a evolução da casa, impedia que esta se extravasasse

⁷⁴ Informação disponível em www.dezeen.com/2008/11/12/quinta-monroy-by-alejandro-aravena/

⁷⁵ ELEMENTAL. Informação disponível em www.monolitho.labin.pro.br

⁷⁶ Até 2001, o governo subsidiava por cada casa 3700 dólares norte-americanos, aplicavam-se 300 dólares em poupanças familiares e fazia-se um empréstimo de 7000 dólares -esta solução acarretava problemas de má qualidade construtiva e a população mais carenciada não era abrangida. Em 2001 o governo chileno alterou as políticas de habitação. De 2001 a 2006, o subsídio do governo aumentou para 7200 por habitação, mantendo o investimento de 300 dólares pelas famílias e o restante investimento era feito a longo prazo pelas mesmas. Este financiamento daria para construir 30 m², ou seja, metade da casa – objectivo de Aravena (o mercado chileno conseguia construir uma habitação unifamiliar, de reduzidas dimensões a 45 m da cidade com 7500 dólares). Em 2006, o subsídio aumentou para 15500 dólares. Hugo Silvestre. *Casa para todos. Habitação para populações carenciadas*, 2008-2009, p. 139 e 140.



85



86



87



88



89



90

85 Planta intervenção ELEMENTAL, Iquique, Chile **86 a 89** Fotos da intervenção em Iquique **90** Plantas e cortes da intervenção em Iquique

para além dos limites estabelecidos. Assim, as pessoas não podiam construir nem mais alto nem para trás, nos pátios colectivos, impedindo deste modo a destruição da configuração da intervenção e fomentando um carácter comunitário e de respeito entre a população.

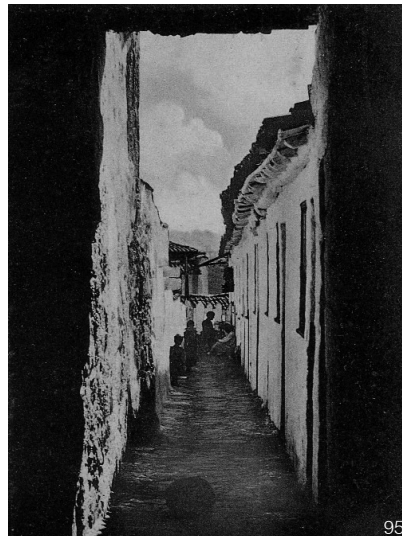
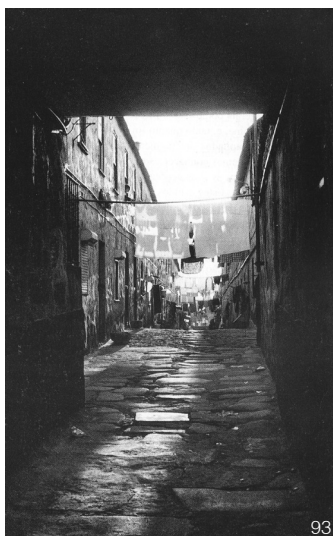
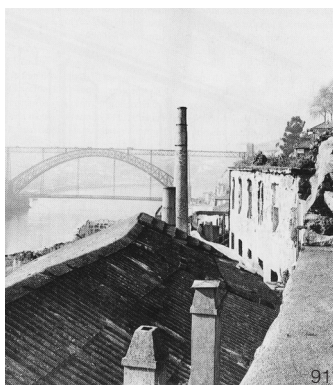
O espaço exterior de convívio é também pensado da melhor maneira para que cada habitação pudesse usufruir dele. Assim sendo, criam-se vários pátios comuns, de acesso e estar dos habitantes, onde cada um deles se encontra delimitado por um máximo de vinte habitações (fig. 85).

A casa, após as famílias completarem a sua construção ao longo do tempo e de se apropriarem das mesmas, iria possuir características de uma casa de classe média, com divisões e tamanhos correspondentes a essa mesma tipologia⁷⁷ (fig. 86 a 89).

Desta forma, este programa é inovador e viável, pois ao atribuírem um carácter evolutivo na habitação (fig. 90), ao fomentarem a personalização bem como a participação do usuário na sua própria casa, trará um sentimento de seu e uma apropriação muito grande. Deste modo, a especulação imobiliária acabaria. No programa Favela-Bairro faltou um pouco esta componente, para que as pessoas depois de estarem integradas no programa não alugassem o seu espaço e fossem para outro lugar mais barato. Tendo estes programas em comum a vontade de criar uma casa acessível e condigna a todos, o ELEMENTAL surge como a compilação de diversas experiências e metodologias adoptadas por diversos países ao longo do tempo, mas inovando.

Após estas reflexões, encontramos premissas que nos ajudarão a construir e desenvolver o projecto prático na segunda parte deste trabalho. Verificamos a importância da revitalização do sítio, do lugar marcado pelos vínculos das famílias que aí permanecem durante anos, bem como a participação dos próprios utentes no processo, no entendimento das suas maiores necessidades. Encontramos ainda a necessidade de pátios comuns onde fomentarão o carácter comunitário da população, configurados através da implantação do conjunto habitacional. Permanecendo assim, as vontades e desejos da população.

77 Até este programa, não existia nenhuma habitação social, onde um quarto tivesse espaço para possuir uma cama de casal, ou que possuísse um banheiro com banheiro ou até mesmo uma sala com lugar para sofás. Vitório Leite, *Arquitectura da participação. O debate sobre o habitat participativo entre o Primeiro e o Terceiro Mundo. 1960-2010, 2009-2010*, p. 145



91 Ambiente Industrial, séc. XIX, Porto 92 Vista da cidade do Porto 93 a 95 Imagens ilhas

4. Habitação Social, Porto

A cidade do Porto.

No século XVIII, a cidade medieval do Porto sofreu fortes alterações, facto este agravado pelo incremento do comércio do Vinho do Porto. Aliás, é com estes acontecimentos que o Porto conhece a sua primeira mutação de fundo, trazendo consigo um período de grande prosperidade para a cidade, que se traduziu numa nova expansão espacial. Consequentemente provoca um incremento demográfico, levando a população para fora das muralhas.⁷⁸ A cidade medieval⁷⁹ como era conhecida, iria mudar.

O avanço e o desenvolvimento no processo de industrialização no século XIX (fig. 91), resultam numa forte necessidade de mão-de-obra como resposta a empregos criados com os estabelecimentos industriais. Foi então gerado um drástico aumento de fluxo da população do campo para a cidade, em busca de uma vida melhor.

A cidade não estava preparada para receber esta nova classe de trabalhadores que se deslocavam do campo. Assim sendo, seria necessário construir novas habitações para os alojar, pois os edifícios existentes nas zonas mais antigas da cidade rapidamente ficaram sobreocupados.

No entanto, os recursos económicos desta nova e recente população chegada à grande cidade são limitados e fomentam, assim, a exploração e o subalugamento de habitações denominadas de «ilhas» (fig. 93 a 95), agravando deste modo o problema da habitação no Porto.

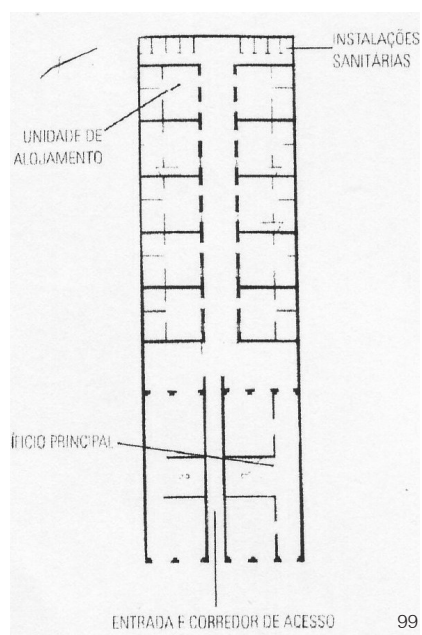
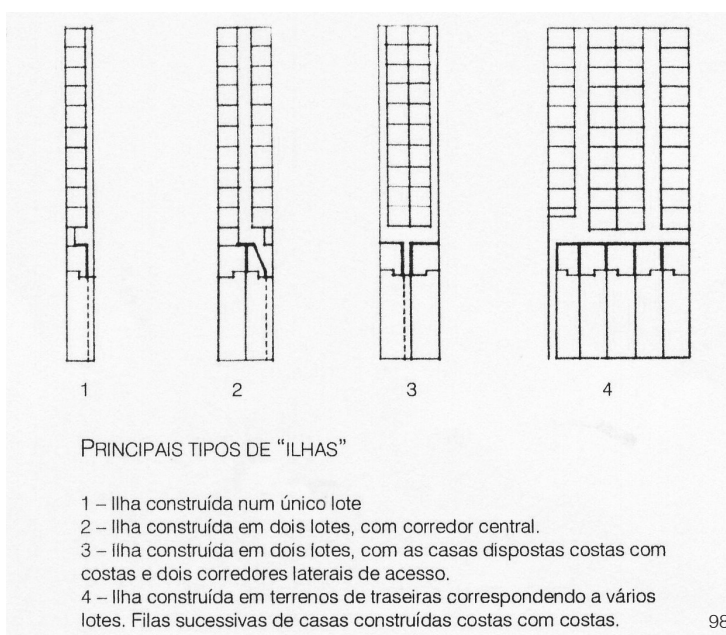
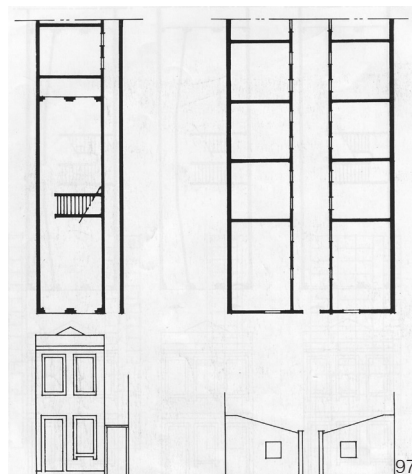
O crescimento da indústria tem como consequência o aumento da imigração que por sua vez contribui para a expansão de áreas urbanas. A implementação de todos estes novos requisitos provoca a alteração da estrutura e expansão urbana da cidade.

“A crise do alojamento, em torno da qual se intensificam cada vez mais as contradições, tem vindo a revelar-se, em Portugal, um problema endémico, aparentemente insolúvel. A partir de 1950, período em que se assiste a aceleração do processo de industrialização, o problema atinge contornos extremamente preocupantes - mais de 90% da população dificilmente tem acesso a uma casa.”⁸⁰

78 Manuel Pimenta, *As ilhas do Porto. Estudo socioeconómico*, 2001, p. 18

79 Os seus governadores, os almadás, João de Almada e posteriormente o seu filho Francisco de Almada e Mendonça, planearam a expansão da cidade, em 1760, através de novas ruas. Estas iriam gerar uma nova área urbana, expandindo o antigo núcleo medieval e alterando a malha urbana. Foram assim construídas as ruas de St. Catarina, St. Ildefonso, Cedofeita, Clérigos e de St. António. *As ilhas do Porto. Estudo socioeconómico*, 2001, p. 18

80 Alcino Soutinho, *Construir para quem. Em que circunstâncias, como(s)*, 1985, p. 58.



96 Foto ilha. 97 Entrada para a ilha pela casa burguesa, corte e planta ilha. 98 Principais tipos de ilha. 99 Morfologia básica das ilhas.

As Ilhas.

Anteriormente foi referido que o alojamento para a nova classe operária se revela insuficiente, então, as «ilhas» (fig. 96 e 97) surgem e proliferam rapidamente. Somente na segunda metade do século XIX é que estas construções crescem exponencialmente na cidade do Porto, sendo que *“nos centros urbanos, por sua vez, os imóveis expectantes, cujo destino era, na maior parte das vezes, a demolição, estavam degradados e sobreocupados, dando origem, em especial no Porto, a imbricados negócios de sublocação. Nesse mercado, cujos principais operadores eram as conhecidas “subalugas”, a total ausência de instrumentos reguladores e a incessante vitalidade da procura determinavam condições miseráveis de alojamento, suportadas por uma relação de subserviência dos inquilinos completamente anómala e inumana.”*⁸¹

Esta forma de habitação iria implantar-se nas proximidades das principais áreas industriais, que se desenvolviam na cidade e que empregavam esta população recém chegada.

Será importante referir que existem dois tipos principais de localização das ilhas: em zonas urbanas consolidadas e em terrenos vagos pela cidade, que por algum motivo ainda não tinham sido urbanizadas na segunda metade do século XIX.⁸²

Os proprietários de casas burguesas são normalmente pequenos comerciantes, de recursos financeiros limitados e com investimentos baixos. Estes iriam prescindir dos profundos logradouros das suas habitações, para neles implantar de uma até quatro alas de pequenas construções, sem infra-estruturas, de baixa qualidade, correspondendo assim à procura de habitação barata pelos trabalhadores, as «ilhas».

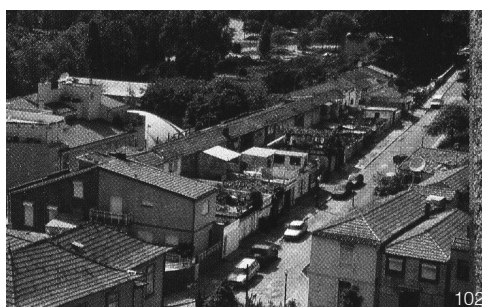
As «ilhas» desenvolvem-se nestes lotes em filas de pequenas casas, compostas por dez a doze, de um andar, com uma área máxima de 16m² (fig. 98 e 99). As instalações sanitárias eram comuns e localizavam-se no exterior das casas, no fundo do lote sem o mínimo de condições de higiene. Para além do tipo de investidores, os factores espaciais - dimensão do lote (5,5 m por 100 m) - foram decisivos para a morfologia da ilha típica, sendo um dos principais factores que fomentou a construção das «ilhas» nas traseiras do prédio burguês. A profundidade deste permitia a existência de uma extensa área livre à disposição do investimento do seu proprietário, os «subalugas».⁸³ Como tal, a sobreocupação do espaço e a insalubridade das ilhas contribuíam para a proliferação de doenças como a peste bubónica, tuberculose, tornando-as numa ameaça para a saúde pública.⁸⁴ Estas tornam-se responsáveis por um dos mais graves problemas relativamente à ocupação do solo urbano.

81 José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 2007, p. 83

82 O caso de estudo prático que iremos desenvolver na segunda parte do trabalho identifica-se com esta última localização.

83 Manuel Teixeira, *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*, 1996, p. 2

84 Manuel Pimenta, *As ilhas do Porto. Estudo Socioeconómico*, 2001, p. 9



100 e 101 Fotos do Bairro Pedral **102 e 103** Fotos do Bairro Lordelo do Ouro **104 e 105** Fotos do Bairro Marechal Gomes da Costa

Faremos assim, uma breve abordagem do que foi feito no Porto para resolver as carências habitacionais. Onde o processo SAAL se caracteriza por ser um movimento que alterou este tipo de intervenções, pela sua atitude revolucionária e nova maneira de abordar o problema, até aos dias de hoje.

É perante este panorama que, no início do século XX, na tentativa de solucionar o problema da habitação informal, são construídas as primeiras experiências de habitação social destinados à população operária: o Bairro ligado à Cia Industrial de Salgueiros, o Bairro ligado à fábrica da Areosa, empresa Azevedo Soares e Cia, o Bairro da Torrinha, ligado à fábrica Jacinto, bem como os Bairros Operários construídos pelo jornal “O comércio do Porto” juntamente com a Câmara Municipal, entre 1899 e 1905, como Monte Pedral (fig. 100 e 101)⁸⁵, Lordelo do Ouro (fig. 102 e 103), Campanhã - Antas | Bonfim.⁸⁶ Entre 1915 e 1919, foram ainda construídas quatro colónias operárias, Antero de Quental, Dr. Manuel Laranjeira, Estêvão de Vasconcelos e Viterbo de Campos.

Primeiras Tentativas.

Habitações unifamiliares. Bairros de Casas Económicas, 1935-1965

“A nova unidade política e social - a família - há-de possuir, além do braço ou do cérebro que lhe dá o pão, a casa própria que a abrigue, que a defenda, que lhe dê o bem-estar e com ele o sentido da conservação e da responsabilidade social de contribuir para o bem comum. (...) O velho problema da casa económica é, sob muitos aspectos, essenciais ou de detalhe, uma solução nova, construída sobre princípios da economia, da justiça social e da moral que dão a nossa casa económica características muito próprias, que hão-de fazer dela uma aglutinante social forte, estável e duradoura.”⁸⁷

De forma a combater o elevado número de habitações informais que proliferavam o espaço urbano do Porto, as autoridades Portuguesas, em 1933, criam uma legislação que estabelece o Programa das “Casas Económicas”. Nesta são visíveis avanços na construção de habitações, equilibrando os custos económicos e os benefícios sociais.⁸⁸

As casas económicas eram uma tipologia de pequenas casas térreas geminadas, de um ou dois pisos possuindo espaços exteriores, sendo que assim existiria uma preocupação no que diz respeito ao espaço urbano. Este modelo de habitação *“promove o reforço da ordem social através do acesso a propriedades e pela consolidação da família; permite a manutenção dos salários baixos*

85 Da autoria de Marquês da Silva em parceria com o arquitecto Tomás Pereira Lopes

86 Manuel Pimenta, *As ilhas do Porto. Estudo Socioeconómico*, 2001, p. 3

87 Discurso Duarte Pacheco, em 1934 in Marta Louro, *Um exemplo das repercussões do fascismo na Habitação Social*, 1987-1988, p. 20

88 Manuel Pimenta, *As ilhas do Porto. Estudo socioeconómico*, 2001, p. 10



106 Bloco Duque Saldanha, 1937-1940. A ser construído. **107** Vista do pátio interior, Bloco Duque Saldanha

graças a existência de um pequeno jardim onde os residentes possam cultivar alguns legumes."⁸⁹

O primeiro destes bairros foi construído em Campanhã, em 1935, o Ilhéu. Foram também construídos o Bairro Marechal Gomes da Costa (fig. 104 e 105), em 1950, Condominhas e o último no Viso, em 1965. No entanto, verificou-se que esta tipologia é muito dispendiosa e que estas construções destinavam-se a alojar estratos sociais economicamente estáveis, para as classes economicamente mais desfavorecidas pouco foi feito e a sua situação manteve-se sem fortes renovações⁹⁰, permanecendo o problema do alojamento gerado pelas ilhas.

Habitações em altura. Bairros Camarários, 1956-1966

Na sequência da resolução do problema do alojamento, isto é, na eliminação das «ilhas», a Câmara Municipal intervém com o Plano de melhoramentos para a Cidade do Porto, com a construção de novos bairros. A primeira construção é feita no Bonfim, com o Bloco de habitação Duque de Saldanha (fig. 106 e 107), em 1940, sendo esta intervenção a primeira habitação colectiva edificada. Estes bairros abandonaram a tipologia de casas unifamiliares⁹¹, optando por blocos plurifamiliares, esquerdo-direito de quatro pisos no máximo, pois *“só nos anos 60 é que o regime constatou a impossibilidade prática de continuar a insistir naquela ideia mítica de habitação unifamiliar para todos os portugueses.”*⁹². No entanto, continuam a localizar-se na periferia, zonas com acessos deficientes.

Os bairros construídos durante o plano de melhoramento estavam a tornar-se focos de uma crescente insatisfação por parte das populações, devido à baixa qualidade construtiva e espacial das habitações, privadas de água quente e de paredes simples de tijolo, o que promovia a sua rápida degradação. O que também contribuiu para a essa insatisfação foi o regulamento a que as pessoas se tinham que sujeitar para usufruir das habitações. Este era composto por regras que privavam os moradores da sua liberdade de expressão e privacidade, fiscalizado pela Câmara Municipal, através de um grupo de vigilantes, *“cada bairro terá a presença de um fiscal -normalmente um morador do bairro, que se prestava a esse papel a troco de umas regalia -para evitar cenas que maculem a moralidade e decência”*.⁹³

No entanto, devido às soluções adoptadas, ao realojarem as populações na periferia removendo-as de áreas centrais, vão originar um vasto processo de segregação social, com consequências a vários níveis, desde *“a perda do sentimento de pertença a uma comunidade, que se desagregou e dispersou, até ao acréscimo de vulnerabilidade social”*⁹⁴. Esta lógica é contestada no processo

89 Carlos Machado Moura citado por Maria Souto Moura. *Ensaio de uma ilha: um estudo sobre a habitação social contemporânea.*, 2007-2008, p. 27

90 Manuel Pimenta, *As ilhas do Porto. Estudo socioeconómico*, 2001, p. 10

91 O bairro S. João de Deus na 1ª fase ainda vai recorrer a tipologia da casa unifamiliar defendida pelo estado novo. Posteriormente a tipologia de habitação colectiva é a que vai ser mais utilizada.

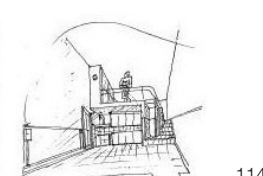
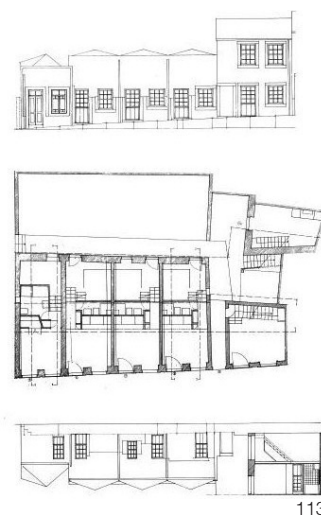
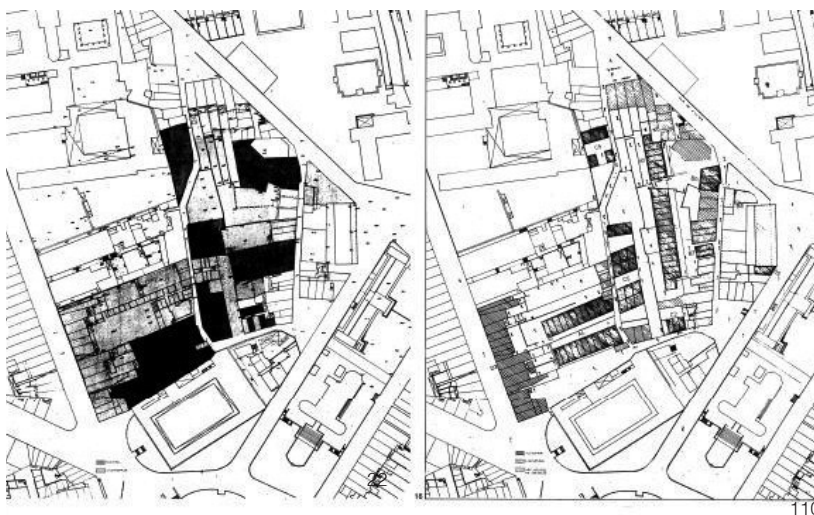
92 Entrevista a Alexandre Alves Costa feita por Margarida Leitão. *O Bairro da Bouça. Um contributo para o entendimento do SAAL no debate da habitação Social*, FCTUC, 2009-2010, anexo v

93 Maria Souto Moura. *Ensaio de uma ilha: um estudo sobre a habitação social contemporânea*, 2007-2008, p. 29

94 Manuel Pimenta, *As ilhas do Porto. Estudo socioeconómico*, 2001, p. 22



108 e 109 Imagem do ambiente vivido no SAAL.



110 e 111 Plantas do antes e depois da intervenção de A. Siza em Sra. das Dores e esboços 112 Reunião de Moradores, S. Victor. 114 Plantas, cortes e alçados de casas a recuperar, Sra das Dores 114 Esboço do interior de uma habitação a recuperar.

SAAL e no programa Favela-Bairro, quando optam por manter as pessoas nos locais onde habitam, procurando a sua integração na cidade.

O Processo SAAL, Porto.

Serviço de Apoio Ambulatório Local. (Agosto de 1974 a Outubro de 1976)

“Sob um ponto de vista meramente técnico, a situação da habitação em Portugal, quando se dá golpe militar do 25 de Abril de 1974, era preocupante. A carência cifrava-se em 600 000 fogos, com tendência para um vertiginoso agravamento. Cerca de 25% da população do território continental estava alojada em habitações sem qualquer espécie de indicadores de segurança, conforto, salubridade e privacidade, ou seja em edifícios degradados, em espaços sobrelotados, em «ilhas», em barracas, enfim, em casas sem qualquer tipo de condições de habitabilidade.”⁹⁵

No final da década de sessenta, vivia-se em Portugal uma forte luta anti-fascista, que só em 25 de Abril de 1974 termina, derrubando o regime de ditadura e censura imposto por Salazar, que durava há mais de 40 anos, instaurando assim a democracia e a liberdade de expressão.

A revolução do 25 de Abril permite finalmente que seja reconhecido ao homem o direito a uma casa, a um lar (fig. 108 e 109), sendo isto é um dos direitos fundamentais da vida, *“Direito à cidade e ao lugar”⁹⁶*. As populações começaram a reunir-se livremente e a ter um papel activo na sua comunidade, com mais direitos, mais liberdade, devido à urgência em ter expressão, voz, criando a capacidade de reivindicar a igualdade, isto é, melhores condições de vida.⁹⁷

É neste contexto sociopolítico que surge o processo SAAL, quando Nuno Portas cria o despacho publicado a 6 de Agosto de 1974 que o institui. Este nasce juntamente com a vontade de mudança do povo e o apoio das brigadas técnicas, que vem servir como alternativa às escassas políticas de habitação criadas pelo governo até então.

Surge assim uma solução para responder à falta de habitação, às más condições em que vivia grande parte da classe trabalhadora. Assim, é *“criado com o intuito de dar apoio às populações que se encontravam alojadas em situações precárias, o SAAL, surgiu como um serviço descentralizado que, através do suporte projectual e técnico dado pelas brigadas que actuavam nos bairros degradados, foi construindo novas casas e novas infra-estruturas, foi oferecendo melhores condições habitacionais às populações mais carentes.”⁹⁸*

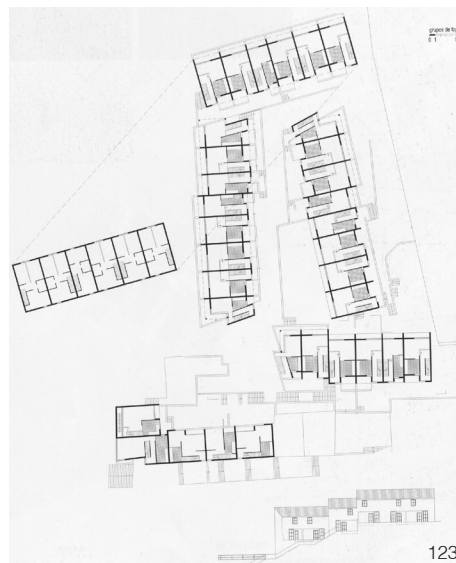
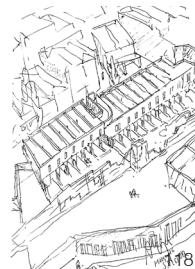
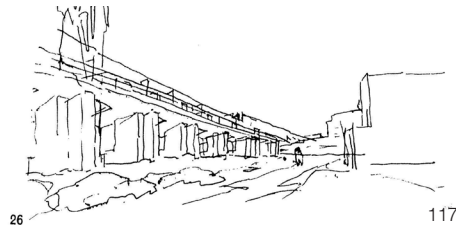
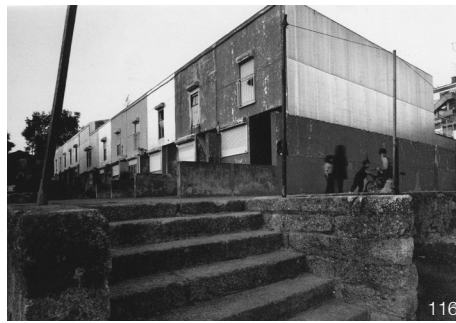
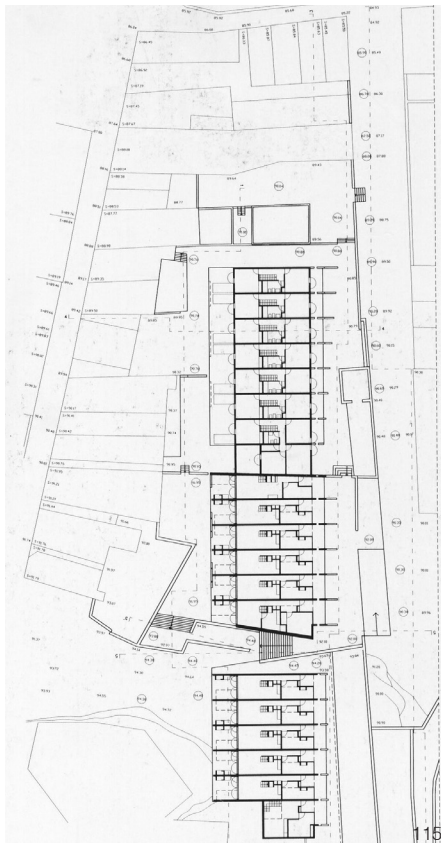
O SAAL é, deste modo, considerado um momento sem paralelo na arquitectura portuguesa, pois foi neste período, com este processo, que se deu um dos momentos mais interessante de partici-

95 José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 2007, p. 68.

96 Prefácio de Alexandre Alves Costa In José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 2007, p. 10

97 Idem, p. 109

98 José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 2007, p. 109



115 a 119 Planta, imagens e esboços do novo volume de A. Siza, S. Víctor. 120 a 123 Plantas e imagens da intervenção no Bairro do Leal, Sérgio Fernandez

pação, em que se concilia o entusiasmo e vontade do povo com o suporte técnico das brigadas e com o apoio do governo. *“Foi no entanto, essa experiência, quando, com o SAAL, construir para o povo se transformou em construir com o povo, que fundamentou as bases formais dos primeiros e únicos projectos da revolução de Abril”*.⁹⁹ Estabelece-se, assim, um método de intervenção inovador, apoiando o espírito democrático que se começava a sentir.

Uma das grandes inovações do processo SAAL consiste no trabalho conjunto, brigadas técnicas e população, isto é Associação de Moradores. Desde o início do projecto, o intuito era realojar a população nas mesmas zonas em que habitavam ou proximidades, sem as deslocar dos seus habitats geográficos, algo que até este momento nunca tinha acontecido. Desta forma, o arquitecto enquanto projecta habitação social, ao conhecer o seu cliente, as suas necessidades e vontades, consegue responder mais prontamente, de uma forma mais realista e objectiva às mesmas. Assim, tem em conta o lugar onde os habitantes estavam radicados, onde mantinham as suas relações pessoais, os seus vínculos, as suas raízes, os seus empregos, o seu dia-a-dia. Podemos concluir que este processo tratou-se também de uma renovação urbana.¹⁰⁰

As experiências realizadas no âmbito do SAAL, como S. Victor de Álvaro Siza (fig. 110 a 119), Leal de Sérgio Fernandez (fig. 120 a 123) ou Antas de Pedro Ramalho, foram assim construídas pelos princípios defendidos pelo processo. Com a intervenção em São Victor, Siza conclui *“que os fragmentos de uma evolução urbana cheia de contradições era possível sobrepor uma malha que, sem as obscurecer, garantia, não só a unidade desejada ao todo, como a clareza tipológica das novas intervenções pontuais”*.¹⁰¹

O processo SAAL no Porto ganhou características muito próprias e conseguiu ter uma linha orientadora, que unia todas as operações apesar da especificidade de cada. Este facto deveu-se também ao envolvimento e entusiasmo dos arquitectos e estudantes da Escola de Belas Artes, nas Brigadas técnicas e nos projectos, nascendo assim a chamada Escola do Porto.¹⁰²

Habitação Social, actualmente

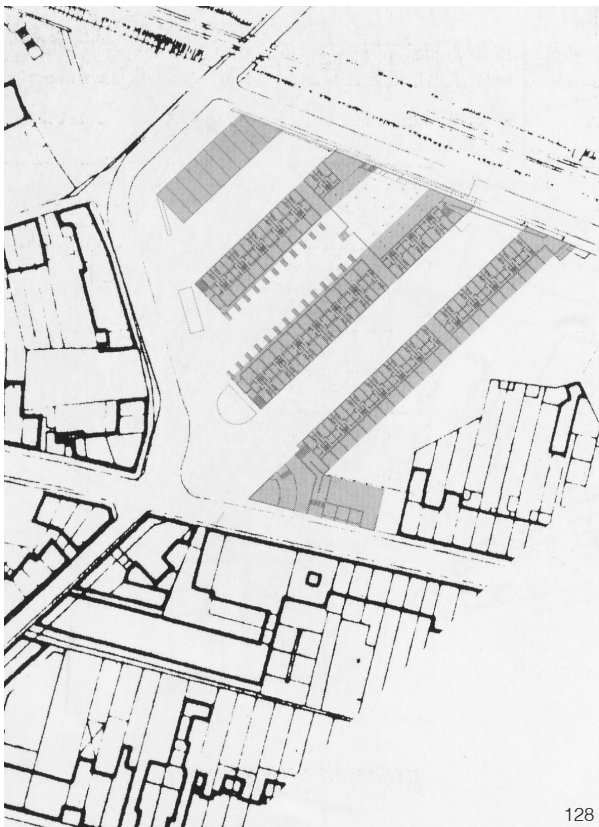
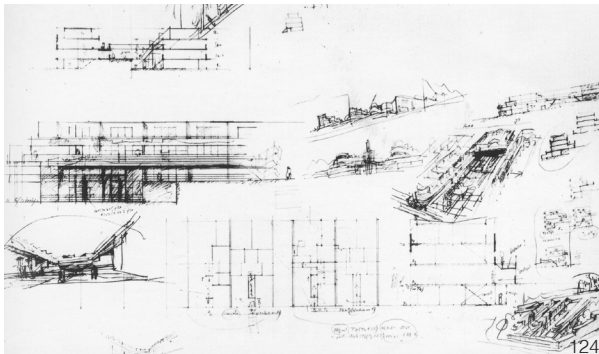
“A primeira dificuldade substancial do programa estava já no próprio nome: habitação social, como se tratasse de uma especialidade autónoma. A habitação é uma presença constante na cidade e é sempre social. A dificuldade seguinte resultava da insuficiente importância dos financiamentos que constituía um duro obstáculo para se alcançar uma qualidade material aceitável. Foi-se espalhando a ideia de que estas construções baratas deveriam ser péssimas, do mesmo

99 Alexandre Alves Costa In Alcino Soutinho, *a vossa casa*, 2009, p. 13

100 Entrevista feita a Alcino Soutinho em Fevereiro de 2011.

101 Alexandre Alves Costa in José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 2007, p. 10

102 Entrevista realizada a Alcino Soutinho em Fevereiro 2011



124 Esquissos de A. Siza para a intervenção na Bouça. **125 a 127** Imagens edifícios Bouça. **128** Planta de intervenção, Bouça.

passo que se associava constantemente a construção popular a algo inconsistente, e sem qualidade. Hoje vivemos esta situação com resignação. (...) É como ligar a limitação económica à ausência de qualidade: por conseguinte, com poucos recursos, os resultados devem ser péssimos. (...) O fim do SAAL, em 1976, transformou de facto a Associação de Moradores em Cooperativa. Por consequência, as famílias mais pobres viram-se de repente excluídas dos novos programas e as experiências mais interessantes tiveram fim."¹⁰³

Após o 25 de Abril¹⁰⁴, o cooperativismo habitacional passou a ser apoiado, legalmente e financeiramente, substituindo a promoção municipal e facilitando assim a aquisição de habitação. No entanto, as cooperativas direccionam-se para uma população economicamente não tão necessitada, pois estas possuem alguns recursos económicos, procurando uma melhor relação preço-qualidade perante a oferta. Assim sendo, as famílias mais carenciadas encontram-se excluídas deste tipo de experiências.

Pontualmente têm sido concretizadas algumas experiências através de algumas instituições, pública e cooperativa como, o Instituto Nacional de Habitação, INH ou com o apoio do Programa Especial de Realojamento, PER. No entanto, estas estão relacionadas com a construção de habitação de baixos custos ou económica, em que este tipo de edificação se define pela construção de fogos a custos reduzidos para famílias de recursos limitados.

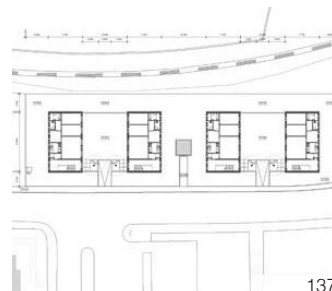
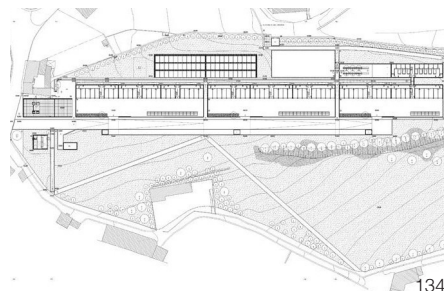
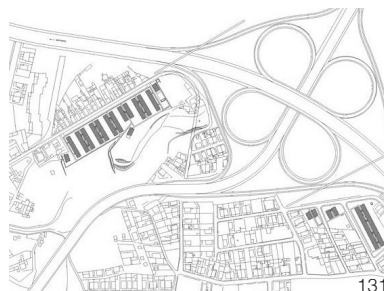
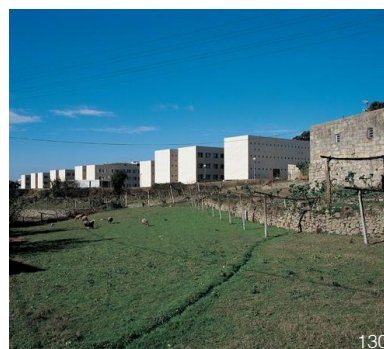
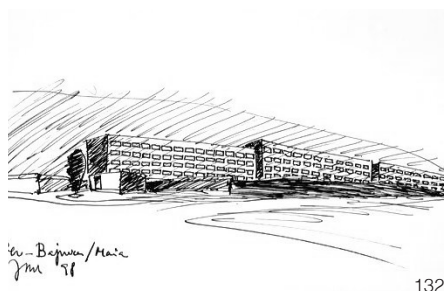
Foi iniciado em 1973, pela Associação de Moradores da Bouça (fig. 124 a 128), com o apoio do FFH, o conjunto habitacional da Bouça. No entanto, foi só em 1974, quando integrado no processo SAAL, que se concretiza. Posteriormente, com o apoio do INH, a obra é finalizada. Assim sendo, este projecto parte das premissas do SAAL, concluindo-se com uma filosofia de cooperativismo, Cooperativa Águas Férreas¹⁰⁵, com o objectivo de reabilitação e conclusão do projecto do arquitecto Álvaro Siza, onde de 128 fogos propostos se pretendia edificar os 72 que não foram feitos, reabilitar os 56 fogos construídos e realizar os arranjos exteriores, comércio e edifícios de equipamentos.

O problema de carências habitacionais que assola tanto o "centro" como a periferia da cidade do Porto reflecte-se, hoje em dia, mais a um nível qualificativo do que quantitativo. A sua resolução passará, no "centro", por reforçar a importância da função habitacional e pela reabilitação dos edifícios existentes. Quando nos afastamos do mesmo, o problema é semelhante, tocando-se com a necessidade de reabilitar lugares com condições debilitadas ou construindo em espaços livres.

103 Álvaro Siza citado por Fátima Fernandes e Michele Cannatá em *Habitação Contemporânea. Formas de Habitar*, p. 7

104 Desde o fim do processo SAAL que pouco tem sido feito no âmbito da habitação de interesse social, segundo os princípios do mesmo. O verdadeiro conceito de habitação social destinado a pessoas com poucos recursos económicos, encontra-se hoje em dia pouco desenvolvido.

105 Fundada em parceria com a Cooperativa Sete Bicas, a Ceta e a Associação de Moradores da Bouça



129 a 131 Esquisto, foto e planta intervenção em Vila Nova da Telha, J. Álvaro Rocha, PER **132 a 134** Esquisto, foto e planta intervenção em Gemunde, J. Álvaro Rocha, PER **135 a 137** Esquisto, foto e planta intervenção na Rua da Seara, Matosinhos, J. Álvaro Rocha PER

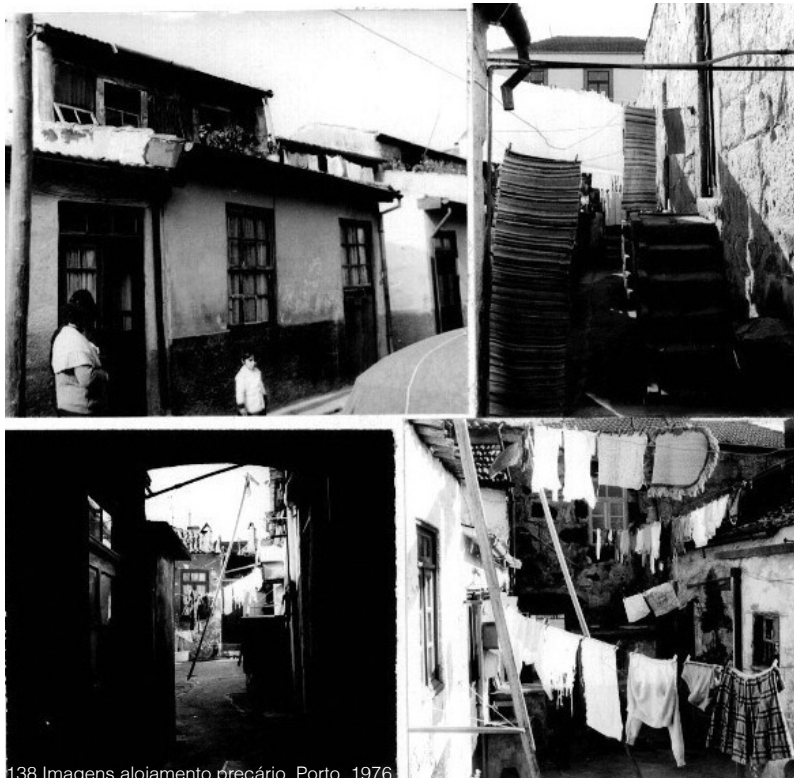
Já durante o processo SAAL a população desejava e ambicionava por casas, por um lar, à semelhança das habitações da classe média. Não se queriam continuar a sentir excluídos por uma casa diferente, de áreas diminutas na periferia, longe do centro do trabalho - estas ambicionavam igualdade. Estes sentimentos mantêm-se apesar das evoluções, transformações e dos novos estilos de vida do homem moderno. George Ferguson acreditava que *“uma escola melhor desenhada leva a um melhor ensino, e uma casa e um escritório melhor desenhados resultam em pessoas mais felizes”*¹⁰⁶.

Sublinhamos aqui a obra de João Álvaro Rocha com as experiências em habitação social que resultam do apoio do PER, tais como a intervenção em Vila Nova da Telha (fig. 129 a 131) e em Gemunde na Maia (fig. 132 a 134), e a intervenção na Rua da Seara, Matosinhos (fig. 135 a 137).

Perante este cenário verifica-se que, apesar de muitas tentativas para a resolução das carências habitacionais que têm assolado as populações ao longo do tempo, especificamente em grandes centros metropolitanos, como o caso do Porto, algumas destas questões ainda se encontram por resolver.

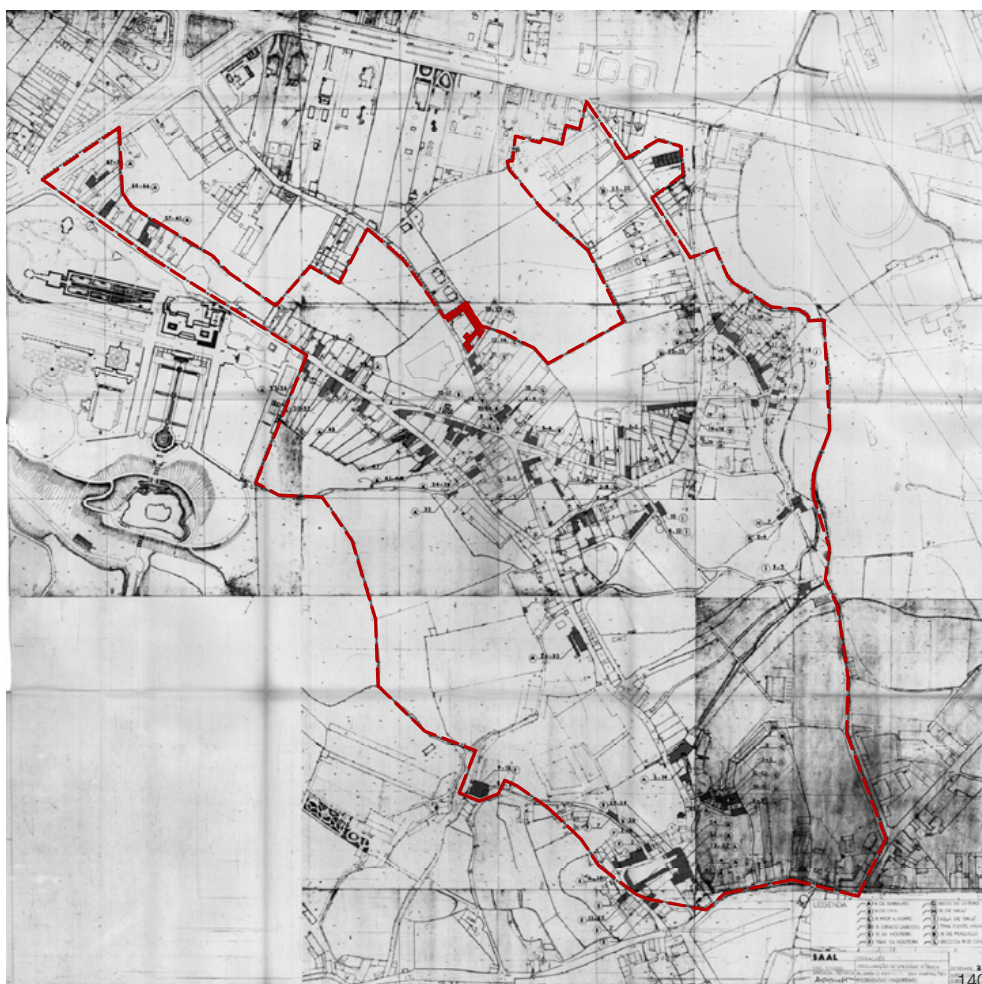
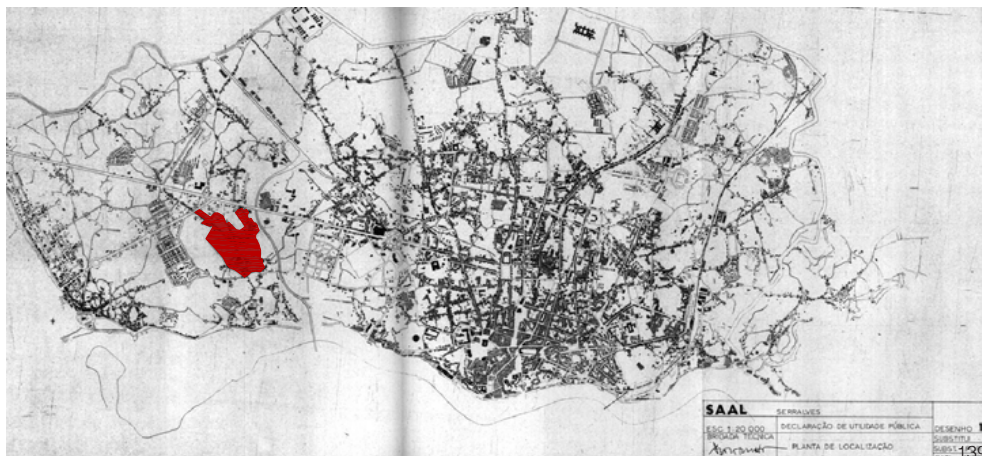
Como tal e sabendo que ainda hoje este problema de carências sociais e carências habitacionais está presente no dia-a-dia, surge a vontade de intervir nele. Assim sendo, nasce a vontade de um projecto prático numa parcela composta por três ilhas na cidade do Porto. Apesar do nosso caso de estudo ter feito parte do processo SAAL, não teve nenhuma intervenção física. A parcela que seleccionamos para intervir ainda hoje se encontra com carências habitacionais desde essa altura. Como tal pretende-se dar condições de habitabilidade a famílias que se encontram em más condições desde o fim desse processo, na tentativa de ajustá-lo à nova realidade.

106 António B. Coelho e Pedro Baptista Coelho, *Habitação de interesse social em Portugal, 1988-2005*, 2009 p. 295



138 Imagens alojamento precário, Porto, 1976

Parte II. Uma Proposta de Habitação Social



139 Planta de localização da Operação de Serralves, 1976, **SAAL 140** Planta com indicação das habitações degradadas inquiridas que inclui o nosso caso de estudo-identificado a vermelho, Operação de Serralves, 1976

1. Serralves

Para seleccionar a operação inacabada do SAAL mais interessante foi efectuada uma investigação no ADP. Esta pesquisa partiu da lista de operações inacabadas, realizada por António Bandeirinha na sua tese, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Após se verificar qual a informação disponível de cada uma delas, a Operação de Serralves destacou-se como tendo as características necessárias para um futuro aprofundamento. Posteriormente, foi ainda realizada uma entrevista ao arquitecto responsável por esta operação, Alcino Soutinho. O intuito seria esclarecer alguns pontos que não se encontravam claros na informação recolhida no ADP, bem como para complementar a mesma com o seu conhecimento.

Para o entendimento e resolução do caso de estudo prático, será feita uma breve abordagem de contextualização da zona de Serralves. Para tal, será exposto um conjunto de estudos elaborados pela Brigada Técnica de Serralves, 1976 pesquisados no ADP.

Abordar-se-á a Operação de Serralves e a proposta da brigada técnica, expondo assim o estado da operação durante o processo SAAL, os problemas identificados e como pretendiam intervir. No sentido de fazer um enquadramento da época.

1.1. O lugar

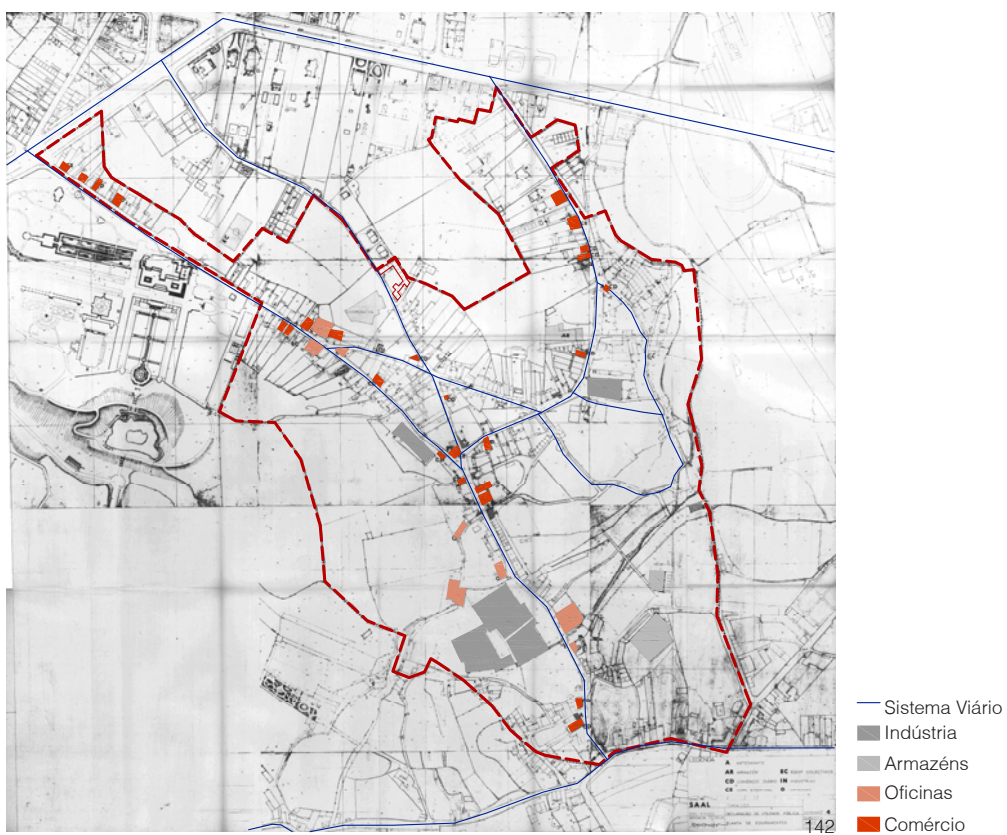
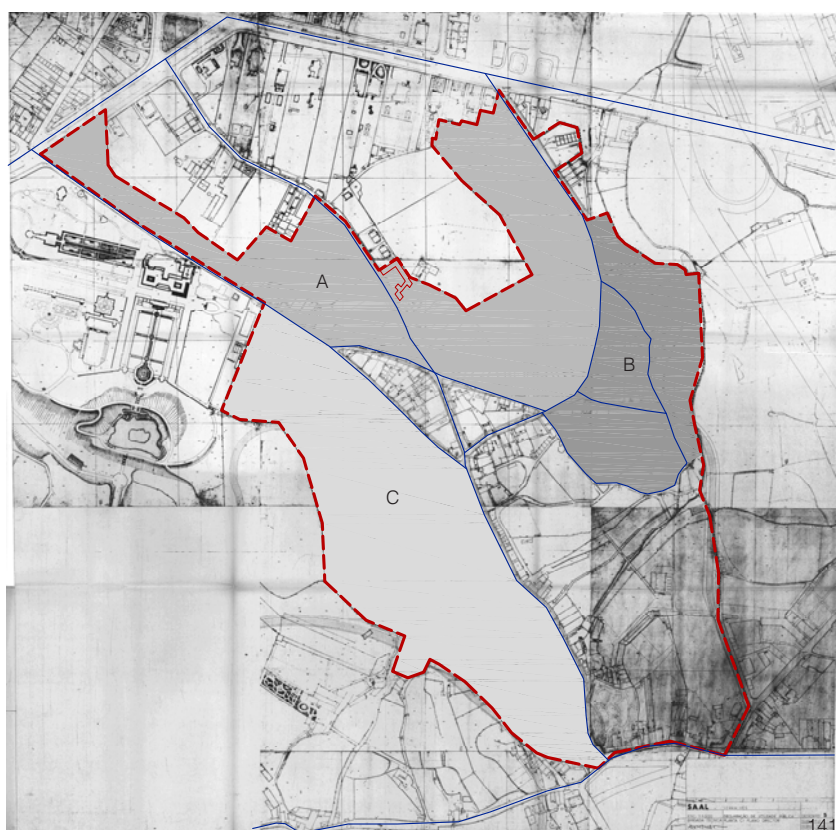
A zona de Serralves (fig. 139), a partir dos anos sessenta, foi sofrendo os efeitos da urbanização que se iam sentindo por toda a cidade. Esta sofreu ainda um abandono gradual da actividade agrícola nas quintas, que progressivamente cedeu lugar à habitação e a outras diversas actividades, particularmente nos terrenos marginais às vias existentes.

Dessa actividade restavam ainda extensas áreas de terrenos livres, não urbanizados, alguns dos quais cultivados, assim como edifícios rurais que foram subdivididos e transformados em precários alojamentos urbanos (fig. 140). A zona de Serralves continha muitos terrenos livres, tornando este lugar da cidade pouco consolidada.

Desta evolução urbana no tempo resultaram edifícios com características muito diversas. Quanto à qualidade, parte deles apresenta, um grau de degradação relativamente acentuado, resultando em zonas degradadas nesta freguesia.¹⁰⁷

Actualmente, Serralves caracteriza-se como um lugar cheio de fortes contrastes. Devido aos desenvolvimentos urbanos e consolidação da zona, coexistem numa área muito próxima conjuntos de habitação social e diversos condomínios fechados com moradias luxuosas.

¹⁰⁷ Arquivo Distrital do Porto FFH-SAAL/N. Textos da Operação de Serralves, SAAL/N. Memória Descritiva e Justificativa da Operação Serralves, 1976, p. 2



141 Planta com projecto director, Operação de Serralves, 1976, SAAL 142 Planta de equipamentos, Operação de Serralves, 1976, SAAL

1.2. Operação Serralves¹⁰⁸

No decorrer dos estudos desta zona pelos alunos da ESBAP e, posteriormente, pela Brigada Técnica de Serralves, para a realização da Declaração de Utilidade Pública, DUP, foram identificados três núcleos. Estes necessitavam de ser urgentemente reabilitados:

- Núcleo da Mouteira (C), a sul, situado entre a Rua do Passeio Alegre e o Ribeiro de Penoucos (fig. 141);
- Núcleo de Grijó (B), que se estende ao longo das ruas de Grijó, Ciríaco Cardoso e viela de Grijó (fig. 141);
- Núcleo Central (A), marginal às ruas de Serralves, Ciríaco Cardoso, Ruas de Cima e Professor Augusto Nobre (fig. 141);

Genericamente, estes núcleos foram caracterizados pela:

- Ausência ou deficiência de infra-estruturas e serviços, nomeadamente rede de esgotos;
- Existência de depósitos selvagens de lixo;
- Carência de áreas livres e espaços verdes de carácter colectivo;
- Sobreocupação, insalubridade e por vezes, precárias condições de segurança dos edifícios.¹⁰⁹

No decorrer da análise da zona verificou-se que o comércio era reduzido e que os armazéns, fábricas e oficinas se espalhavam na zona sem qualquer planeamento prévio (fig. 142). Os transportes públicos eram deficientes, existentes apenas na periferia, como na Marechal Gomes da Costa, Avenida da Boavista e Rua do Campo Alegre. Seria então necessário uma revitalização de equipamentos.

Quanto ao sistema viário local à sua relação com o sistema viário da cidade, concluíram que nenhuma das vias existentes na zona se inscreve no sistema de vias a que chamaram de escala da cidade, sendo o fluxo de trânsito bastante reduzido. Era, assim, proposta a manutenção do esquema viário de acordo com as novas alterações.¹¹⁰

Proposta Brigada Técnica de Serralves

A Brigada Técnica era composta por: Alcino Peixoto Castro Soutinho, Arquitecto Coordenador; Salviano da Cunha Brandão, Arquitecto; Guilherme Dias de Castro, Estudante de Arquitectura; Afonso Pinto de Jesus, Desenhador.

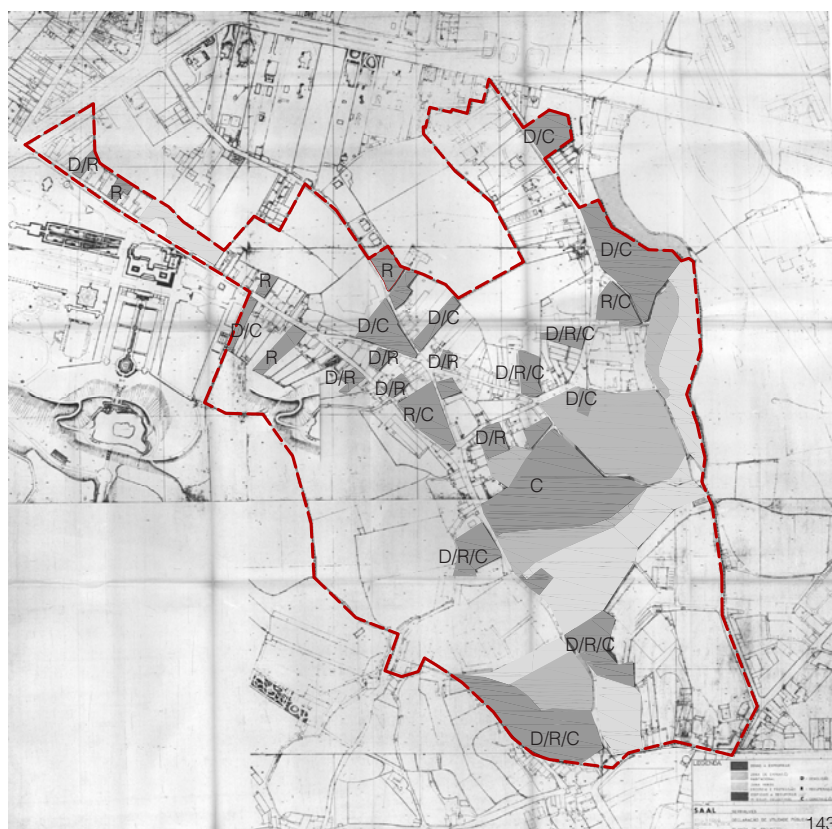
A proposta elaborada pela brigada técnica consistia na renovação urbana da zona, através da:

- Reestruturação urbana do local, baseada na conservação ou recuperação dos elementos funda-

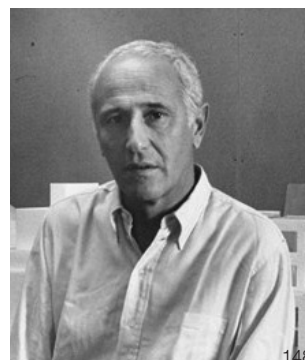
108 Esta operação iniciou a sua actividade a 9 de Fevereiro de 1976, processo Saal. "A zona de Serralves situa-se na freguesia de Lordelo do Ouro, Concelho do Porto. Inscreve-se num polígono irregular, cujos limites nem sempre acompanhando vias ou acidentes geográficos marcantes, se podem no entanto definir do seguinte modo: - A sul, Rua do Campo Alegre e Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres; a norte, Avenidas Marechal Gomes da Costa e Boavista e conjunto residencial de «O Lar Familiar»; a Nascente pelos terrenos que marginam a auto-estrada e pelas ruas de Grijó e Bessa Leite; a poente, pela quinta da Família Delfim Ferreira, dita na zona «Quinta da Marquesa» e terrenos próximos do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres." Arquivo Distrital do Porto FFH-SAAL/N. Textos da Operação de Serralves, Saal/N. Memória Descritiva e Justificativa da Operação Serralves, 1976, p. 2

109 Idem, p. 3

110 Ibidem, p. 7



- D Demolir
R Recuperar
C Construir
- Zonas a expropriar
■ Zonas de expansão habitacional
■ Zonas verdes



143 Planta de projecto, Operação de Serralves, 1976, SAAL **144** Foto de A. Soutinho (esquerda para a direita) com Alves Costa, Sérgio Fernandez, José Grade, Távora, A. Siza, em Itália **145** Foto de A. Soutinho e da sua mulher, Itália **146 a 148** Fotos de A. Soutinho

mentais definidores da zona (fig. 143);

- Expansão residencial nos terrenos ainda livres;
- Criação de vias adequadas com a expansão residencial;
- Correção pontual do esquema viário existente.

O número de habitações envolvidas na operação era superior a 200 fogos e pretendia realojar 913 pessoas, pretendendo-se recuperar 42 habitações e construir 227. Para as novas habitações eram propostas as seguintes morfologias:

- Habitações em banda contínua de dois pisos, com logradouros próprios, intercaladas de arruamentos de peões e trânsito mecânico, bem como espaços livres de convívio;
- Habitações multifamiliares de dois ou três pisos;
- Habitações multi/unifamiliares, de cérceas limitadas.

Ainda como equipamento de apoio à zona, previam-se espaços verdes de protecção ou recreio, nos quais se poderiam integrar instalações de recreio ou instalações de convívio colectivo.¹¹¹

Apesar do processo de Declaração de Utilidade Pública, DUP, se encontrar terminado antes de Março de 1976, esta operação não avança e entretanto o processo SAAL acaba.¹¹²

1.3. Alcino Soutinho o arquitecto

*“Soutinho obriga-nos a (re)conhecer a história, ainda que o faça de uma forma extremamente simples e espontânea. Esta relação com o passado é fruto de um particular interesse pela arquitectura e pela própria vida. Há como um desejo de apropriação do que se experimentou, debitando uma interpretação pessoal da realidade”.*¹¹³

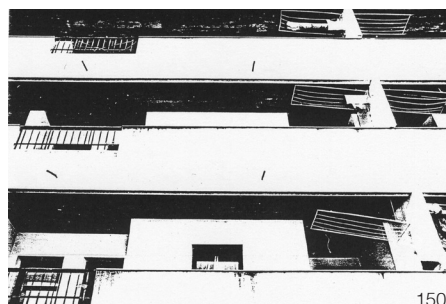
Alcino Soutinho¹¹⁴ (fig. 144 a 148) enquanto estudante (1948-1957), já demonstrava, numa época de censura, um espírito criativo, livre e um forte empenho na reivindicação de um Portugal Moderno e Democrático. Este, integrou movimentos pré-democráticos e pacifistas e contribuiu ainda para a formação da associação de estudantes da ESBAP. Chegou a ser preso pela PIDE, em 1954, durante sete meses, numa operação contra diversos indivíduos ligados a movimentos de Paz.

111 Arquivo Distrital do Porto FFH-SAAL/N. Textos da Operação de Serralves, Saal/N. Memória Descritiva e Justificativa da Operação Serralves, 1976, p. 7 e 8

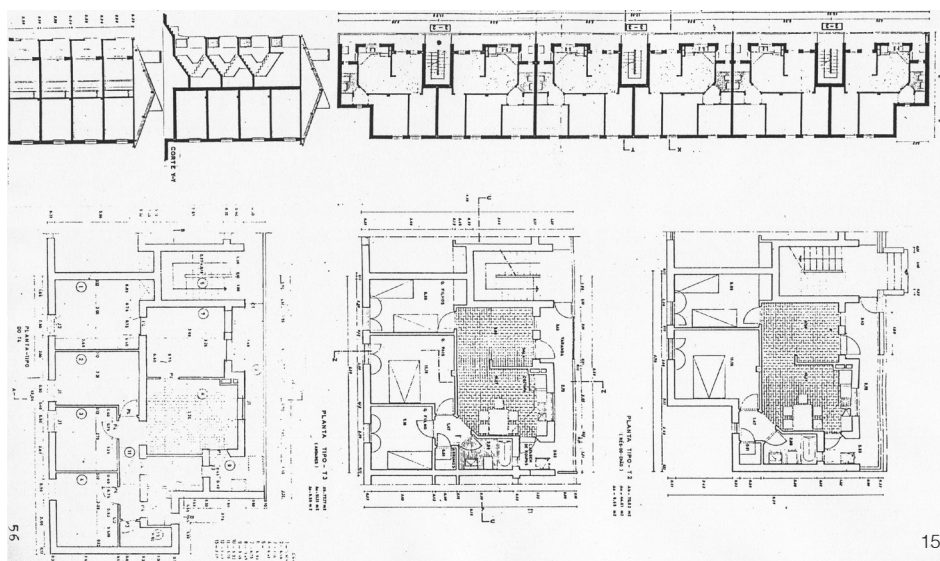
112 *“Tal como já referido em relatórios anteriores o Processo de Declaração de Utilidade Pública encontra-se concluído. Todavia, em face de uma certa indefinição de relações com a Câmara Municipal e /ou o FFH e na sequência da saída do Despacho nº 253 de 28 de Outubro de 1976, a sua entrega tem sido protelada.”* Relatório de 15 de Janeiro de 1977, elaborado pela Brigada Técnica de Serralves. ADP, FFH-SAAL/N

113 Paulo Silvestre, *Alcino Soutinho. Uma cartografia*, 1998-1999, p.19

114 Alcino Soutinho nasce a 11 de Junho de 1930, em Vila Nova de Gaia, forma-se como arquitecto, pela ESBAP, com média de 20 valores e recebe o prémio Rotary, prémio de honra para melhores alunos, 1959. Inicia uma nova fase da sua vida, quando é convidado para professor no curso de arquitectura na ESBAP, leccionando as cadeiras de Projecto, Teoria de arquitectura, Construção, Espaço público e Formas de equipamento. Em 1982, recebe o Prémio Europa Nostra e o Prémio AICA, em 1984.



150



151

149 a 151 Imagens, plantas e cortes do edifício de habitação social em Bragança, Alcino Soutinho

Durante a sua formação na faculdade tem contacto com o Fernando Távora e Carlos Ramos, tendo ambos um papel importante na sua formação como arquitecto, quer seja pelo conhecimento teórico, pouco desenvolvido na altura, quer seja pela nova visão da arquitectura que tinha o homem como medida padrão. Ainda como estudante, trabalhou na equipa de Carlos Loureiro, estabelecendo contacto pela primeira vez com a realidade do trabalho de escritório, iniciando aqui o seu percurso como arquitecto.¹¹⁵

Após finalizar o curso, em 1961, ganhou uma bolsa de estudos em Itália, subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, que consistia no estudo sobre museologia, tema da sua tese de licenciatura. Itália torna-se assim num país marcante para a formação de Alcino, mantendo ao longo da sua vida uma forte e intrínseca relação com a mesma, quer pela sua tradição artística e arquitectónica, quer pelas amizades que conquistou.

A sua formação académica¹¹⁶ é muito larga e diversificada, desde que começou o seu percurso enquanto arquitecto, assim como o seu contínuo crescimento enquanto homem, demonstrando desde cedo a sua vontade de mudar o mundo.

Uma das referências teóricas de Alcino Soutinho é Robert Venturi, pois este revê-se na posição de Venturi quanto ao movimento moderno, ou seja, na sua oposição à simplicidade. O arquitecto não se identifica com a excessiva simplicidade, a depuração arquitectónica. Identifica-se e entende a necessidade de diversidade de relações espaciais, formas, variedade de percepções visuais. “Engraça com a famosa resposta de Venturi, ao ditame de Mies, *Less is bore*.”¹¹⁷

O fim da ditadura termina uma época de pressões intelectuais marcada pela falta de liberdade de expressão. Alcino Soutinho desprende-se, assim, desse regime autoritário, assumindo uma linguagem mais institucional, de sentido democrático, na diversidade das formas e materiais. Adota, deste modo, uma despreocupação com a necessidade de uma fiel contextualização à arquitectura tradicional, antes exigida pelo Estado Novo.¹¹⁸

Vertente Social

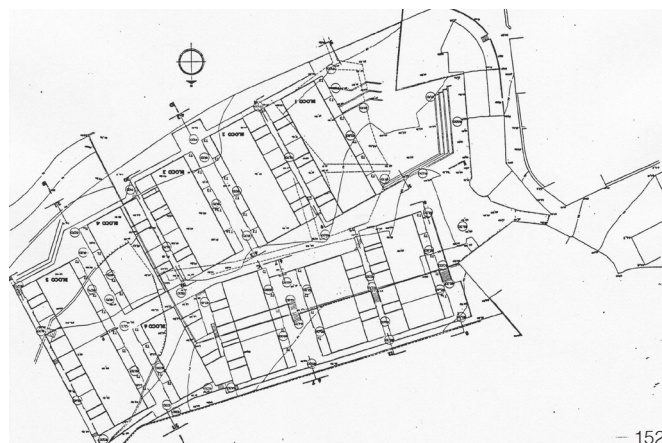
“Não posso deixar passar em branco a passagem, pouco referida, do Alcino, pela Federação das Caixas de Previdência, porque isso correspondeu a um movimento espontâneo onde se incluíram alguns dos nossos melhores arquitectos, também empenhados no plano cívico e político, que decidiram trabalhar nos programas habitacionais do governo, modesta e quase anonimamente. (...) Foi, não só a necessidade sentida e responsável de trabalhar na cidade, como a vontade de servir o povo, os novos habitantes da cidade, os antigos fabris, a classe operária, enfim! A habitação colectiva foi o tema e uma das portas por onde entraram na cultura portuguesa Amesterdão, os ra-

115 Paulo Silvestre, *Alcino Soutinho. Uma cartografia*, 1998-1999, p. 13

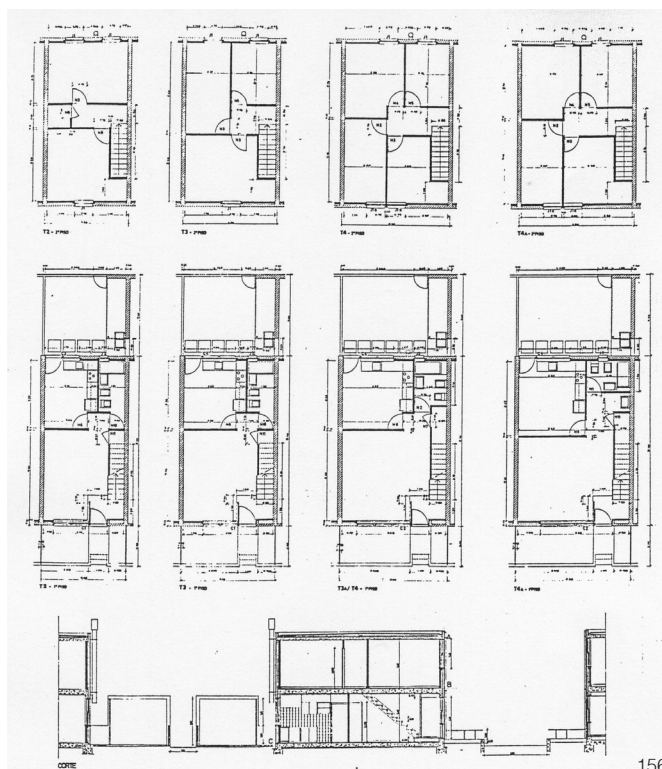
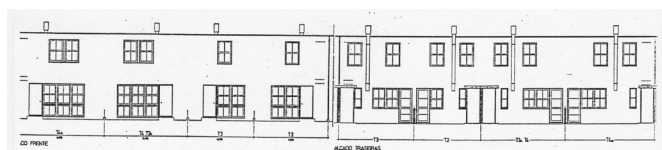
116 Estágia com Arménio Losa, participa nas obras de Viana de Lima, João Andersen, Fernando Távora

117 Paulo Silvestre, op. cit. , p. 19

118 Idem, p. 14



152



156

152 Planta intervenção Maceda, 1975, A. Soutinho **153 a 155** Imagens Maceda **156** Plantas, corte e alçados intervenção Maceda

*cionalistas e os expressionistas, a União Soviética, os Siedlung de Berlim, Bruno Taut, os italianos neo-realistas, as new towns inglesas, as cidades americanas”*¹¹⁹

Alcino Soutinho está durante anos ligado ao programa habitacional. Antes do 25 de Abril, trabalhou também com habitação social, como Bragança (fig. 149 a 151) e Santo Tirso. De 1964 a 1973, paralelamente à actividade liberal, elaborou vários projectos de habitação de baixo custo no norte do País, através da Federação Das Caixa de Previdência - posteriormente Caixa Nacional de Pensões, com o programa de “Habitações Económicas” - desenvolvendo uma disciplina de concepção arquitectónica e, principalmente construtiva.¹²⁰

Realiza também projectos para conjuntos de habitações rurais e conjuntos Habitacionais de Renda Económica, estudando diversas implantações para este tipo de empreendimentos. Apesar das limitações que este tipo de empreendimentos acarreta, quer ao nível de gestão espacial, dos custos e dos materiais, Alcino Soutinho consegue, com uma forte disciplina nos dimensionamentos das áreas, projectar com qualidade e criatividade – área útil de um t2 era de 44m². Alcino Soutinho desenvolve, assim, uma actividade bastante ligada à Habitação Social, participando em diversos Encontros Nacionais e colaborando ainda com o LNEC. São estas experiências que vêm reforçar e enfatizar as suas preocupações com questões sociais, nomeadamente o alojamento digno para todos os cidadãos, o “*Direito à Habitação*”.¹²¹ Estes factos verificam-se quando lemos a sua prova de agregação para professor auxiliar na ESBAP¹²². Constata-se, então, que o seu interesse por questões ligadas ao problema da habitação de interesse social se integrou no percurso e formação enquanto arquitecto e pessoa.

Experiência SAAL, Operação de Serralves.

*“No tecido de cidade consolidada - tabuleiro já pronto e colocado sobre o território - resta ao arquitecto pouco mais que mexer algumas peças do jogo. Embora o acto de construir no construído se afigure também como pretexto e uma oportunidade para reabilitar áreas urbanas em depressão”*¹²³

O processo SAAL, como anteriormente foi referido, decorre entre 1974 a 1976. Durante este período, as brigadas técnicas, juntamente com as Associações de Moradores, elaboraram inúmeros projectos de construção e reabilitação de ilhas em áreas de depressão no centro ou na periferia, em diversas cidades por todo o País.

Após todas as experiências de carácter social em cima referidas, Alcino Soutinho participou também neste processo, ficando como arquitecto responsável em brigadas técnicas de três opera-

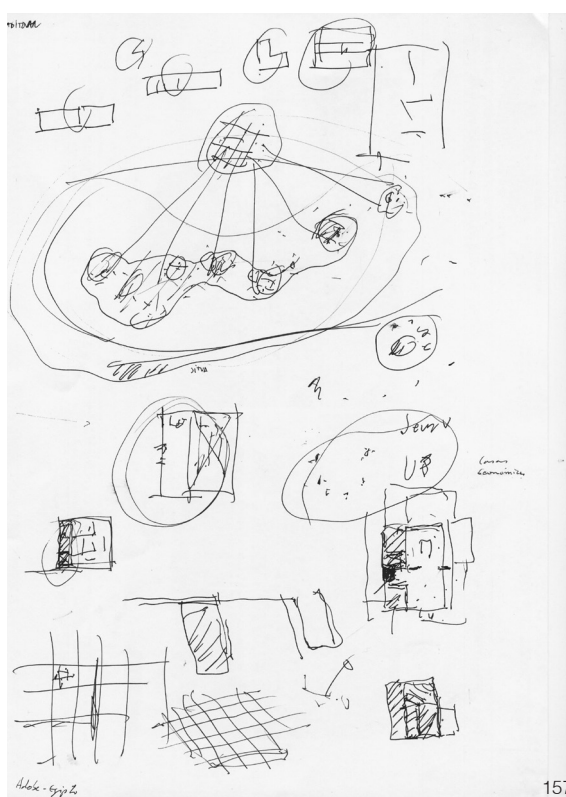
¹¹⁹ Alcino Soutinho, *Alcino Soutinho, a vossa casa*, 2009, p. 13

¹²⁰ Paulo Silvestre., *Alcino Soutinho. Uma cartografia*, 1998-1999, p. 13

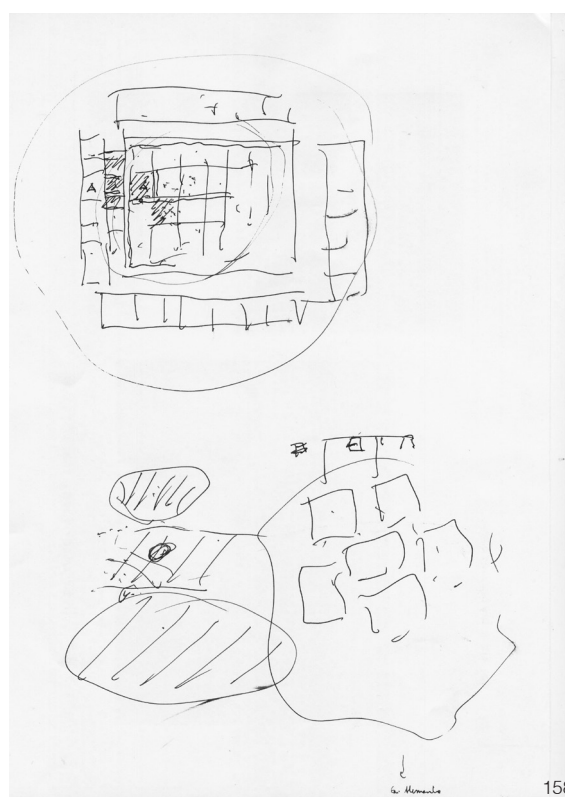
¹²¹ Idem, p. 24

¹²² *Construir Para quem? Em que circunstâncias? Como?*, 1985, onde o arquitecto explora a adequação das técnicas construtivas nos países em via de desenvolvimento.

¹²³ Idem, p. 39.



157



158

157 e 158 Desenhos de Alcino Soutinho elaborados durante a entrevista, Fevereiro de 2011. Explicação da proposta embrionária para a zona de Serralves

ções, mas apenas uma destas acaba por ser construída, a operação da Maceda, em Campanhã. As restantes, Justino Teixeira e Serralves¹²⁴, não chegam a ser desenvolvidas.

A Maceda (fig. 152 a 156) é construída e pensada na cidade, para a cidade. As proporções dos edifícios conjuntamente com os arruamentos que dão acesso aos mesmos conseguem alcançar neste quarteirão uma equilibrada escala humana. Outro aspecto relevante nesta intervenção encontra-se relacionado com o desenho do módulo da fachada, pois também consegue alcançar um equilibrado dimensionamento das aberturas.

Alcino Soutinho identifica-se e é influenciado pelas soluções experimentados no pós-guerra de Pieter Oud, Bruno Taut e Ernst May, aspecto verificado em quase todas as intervenções do processo Saal. Opta, assim, por uma arquitectura repleta de racionalidade construtiva, máxima economia e repetição da unidade base.

Quanto à operação de Serralves¹²⁵, esta não se enquadrava nas operações iniciadas na primeira fase, mas sim na segunda fase, que por consequência não chegou a ter o desenvolvimento das outras operações.

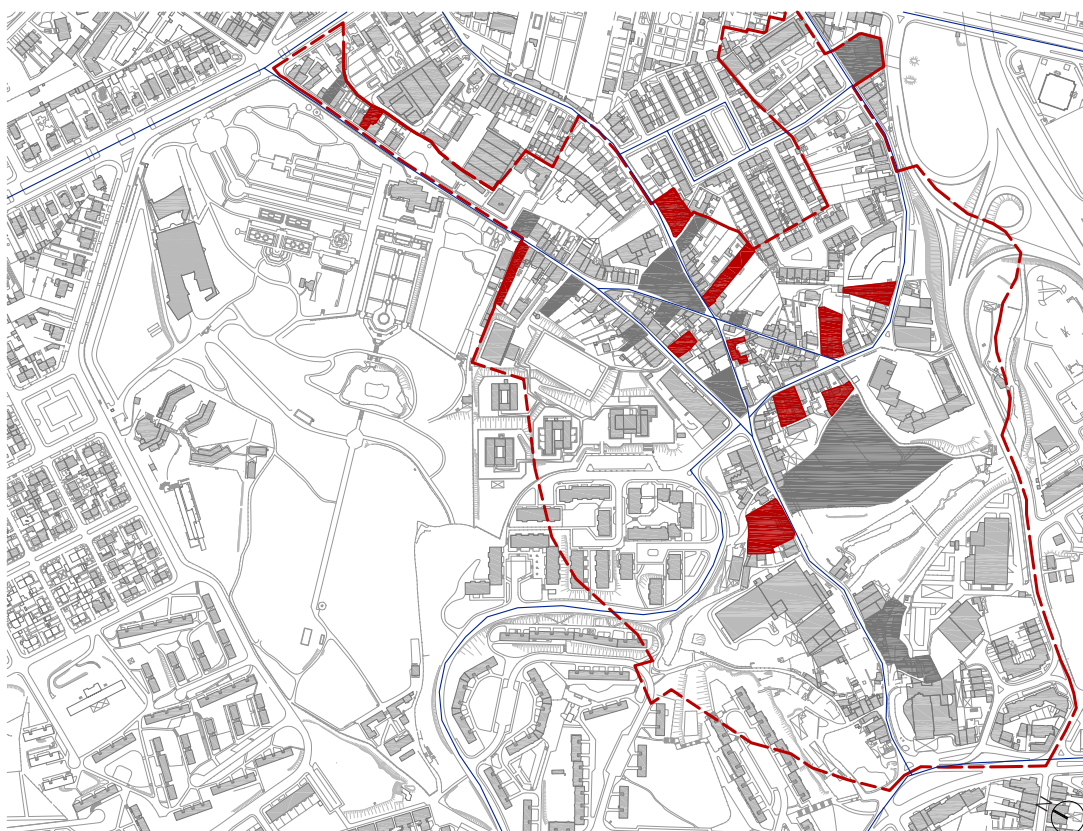
Esta zona era considerada excepcional. Enquanto as outras intervenções realizadas pelas operações do Saal se encontravam em zonas consolidadas e urbanizadas da cidade, Serralves nos anos setenta era pouco edificada, possuindo assim zonas mais libertas.

Durante a entrevista feita a Alcino Soutinho, foi explicada uma das ideias embrionárias para uma parte desta zona (fig. 157 a 158). Essa ideia assentava nas características de uma zona pouco urbanizada e na possibilidade de se construir num quarteirão vazio ou pouco consolidado. Pretendia-se, assim, a criação de um sistema de casas unifamiliares implantadas nos limites de um quarteirão, com um logradouro próprio, bem como a criação de uma malha ortogonal no centro do mesmo, onde cada quadrícula gerada por essa malha se tornaria em mais um espaço individual para cada habitação. Logo, cada habitante teria, para além do seu próprio logradouro, outro espaço para tratar e também se auto subsistir.¹²⁶

124 “A definição da Unidade Operacional foi efectuada em meados de 1975 enquadrada no programa pedagógico da ESBAP.” Relatório de 20 de Março de 1976, elaborado pela Brigada Técnica de Serralves. ADP, FFH-SAAL/N

125 Segundo Soutinho, “Serralves é uma consequência, do alargamento do SAAL, do SAAL original, este aparece como uma operação à posteriori, ou seja na ampliação do Saal.” Entrevista realizada ao arquitecto Alcino Soutinho, Fevereiro 2011

126 Idem.



Desenho 1 Planta de localização das Parcelas visitadas e sistema viário, Serralves, escala 1.8000 **Desenho 2** Planta de localização das Parcelas da zona de serralves mais dinâmicas, escala 1.4000

2. O Projecto

A área escolhida para intervir foi alvo de uma ampla selecção. Os motivos que nos fizeram optar por esta parcela de terreno, constituída por três ilhas, foram vários.

Após o estudo das diversas operações inacabadas do SAAL no ADP, onde se destacou a Operação (inacabada) de Serralves, com mais questões interessantes a resolver, foram feitas várias visitas à zona de Serralves para seleccionar a parcela a intervir. Para tal, fomos verificar o interesse de cada parcela que compunha a operação de Serralves no processo SAAL, identificada nas plantas retiradas no ADP. (fig. 159 a 160)

A Parcela nº 22, composta por três ilhas, situa-se na Rua Professor Augusto Nobre - rua perpendicular à Avenida Marechal Gomes da Costa - na Freguesia do Lordelo, adjacente ao Bairro de habitação em banda do Mário Bonito. Esta, demonstrou-se a mais dinâmica e com mais questões a resolver, dado que:

- Mantém as características tipológicas das ilhas;
- Ainda se encontra habitada, após o processo SAAL;
- As habitações ainda permanecem sem condições de habitabilidade e degradadas, problemas estes que se verificaram nos anos 70;
- Existência da possibilidade de expansão no espaço público.

Como tal, foi proposta a sua reabilitação, perante a ausência dessas condições, premissas que víamos necessárias para seleccionar o caso de estudo e reflectir como é que habitação social dá resposta a estes problemas de carências sociais.

As pessoas que actualmente ainda se encontram a morar nesta ilha, habitam-na há pelo menos meia década. No entanto, é possível dizer que esta já esteja habitada há mais de 100 anos, data que nos remete para a planta de 1892 da cidade do Porto, onde já é visível a primeira ala de casas edificadas perpendicularmente à Rua professor Augusto Nobre.

Outra premissa importante relaciona-se com o lugar, Serralves, que se caracteriza como uma zona cheia de fortes contrastes, onde para além da habitação social, coexistem numa área muito próxima diversos condomínios fechados e moradias luxuosas. Será interessante perceber que, se caminharmos por aquela zona, este contraste é visível e real.



159 e 160 Extracto da planta do Porto, localização das principais indústrias de fição, tecelagem de algodão e de indústrias com mais de 50000 trabalhadores, 1892, Serralves **161 a 163** Extractos da planta do Porto, desenvolvimento da ilha, 1892, 1945 e 1975, Serralves **164** Panorâmica actual das ilhas, rua professor Augusto Nobre

2.1. Memória Descritiva.

Desenvolvimento das ilhas

Como foi referido anteriormente neste trabalho, durante o estudo da habitação social no Porto, as ilhas são uma resposta particular, específica e característica da cidade do Porto, que surgem como resposta à falta de alojamento para a classe operária. Esta falta de alojamento é produto do grande êxodo rural, gerado pelo desenvolvimento e rápido crescimento industrial no século XVIII.

A localização da construção de uma ilha iria depender da localização da indústria, local de trabalho para a classe operária (fig. 161 e 162). Na zona de Serralves, mais especificamente na Rua de Serralves existiram algumas indústrias de carácter relevante, tais como a de fiação e tecelagem de algodão, que impulsionaram o desenvolvimento destas construções na zona.

A forma e tipologia deste tipo de habitação dependeria da estrutura urbana e do lote da habitação burguesa portuense. No entanto, as ilhas do nosso caso de estudo possuem uma forma atípica, devido ao terreno onde se implantaram ser pouco urbanizado e haver muito espaço livre, também explicada por Manuel Teixeira.

Estas desenvolveram-se e foram-se construindo ao longo do tempo, num terreno pouco urbanizado na zona de Serralves. Por consequência, dispuseram-se de forma a ocupar o espaço livre, tendo apenas como referência os limites do terreno.

A construção destas ilhas iniciou-se pela edificação da primeira ala de habitações a norte, perpendiculares à Rua professor Augusto Nobre, construindo-se junto ao limite da parcela. Tal conjunto de edificações já existia na planta do Porto de 1892, (fig. 163) bem como uma habitação do lado oposto. Assim sendo, a forma deste conjunto de habitações é justificada, primeiro, pelos limites da parcela e, posteriormente, pelas primeiras edificações e o restante espaço livre que indicaram o caminho para as seguintes construções (fig. 164 e 165).

A edificação ao longo do tempo das três ilhas do nosso caso de estudo, resultam numa implantação em forma de U, aberto para a Rua professor Augusto Nobre (fig. 166).



166



167



170



168



171



169



172

165 Foto aérea actual das Ilhas. **166** Esquema de identificação, ilhas. **167 a 169** Fotos entrada das ilhas n°234, n°200 e n°138 e espaço público. **170** Foto do Bairro Mário Bonito **171** Foto do beco de acesso às ilhas n° 200 e 198. **172** Foto Rua Prof. Augusto Nobre

As ilhas nº 234, nº 200 e nº 198

Existente

A implantação destas ilhas atípicas resulta num U (fig. 167), como foi referido em cima. Quanto à parcela de intervenção tem uma área de aproximadamente 920 m², onde as habitações têm uma área de 30 m² em média cada uma.

O terreno da parcela destas ilhas encontram-se elevado dois metros em relação à Rua Professor Augusto Nobre e acede-se às habitações da ilha nº 234 através de umas escadas feitas com blocos de pedras irregulares e mal dimensionadas bem como à ilha nº 200.

O espaço público encontrava-se destruído, desorganizado, pouco cuidado e de fraca qualidade, devido à construção de pequenos volumes - instalações sanitárias nesse local (fig. 168). Essas construções partem da iniciativa dos moradores, onde ao optarem por esses pequenos volumes e espaços de convívio individuais ligados ao mesmo, destrói-se a possibilidade de estabelecer um carácter comunitário na população.

A parcela nº 22 é constituída, actualmente, por três ilhas: nº 234, nº 200 e nº 198.

A ilha nº 234 (fig. 169), é composta por:

- Nove habitações, das quais apenas seis se encontram habitadas - de dois pisos, compostas por uma tipologia de dois quartos. Das restantes, duas encontram-se abandonadas - de um piso e eram compostas por uma tipologia de três quartos e a terceira desabitada, dois pisos - de dois quartos;

Na segunda, a ilha nº 200 (fig. 170), existem:

- Duas habitações das quais apenas uma se encontra habitada e a segunda abandonada, ambas de tipologia de dois quartos e de dois pisos. (fig. 173)

Quanto à ilha nº 198 (fig. 171) era composta por:

- Quatro habitações - de um só piso. Actualmente, apenas uma pessoa a habita, tendo alargado a sua casa para as habitações laterais que se encontravam desabitadas, possuindo agora dois quartos, um quarto-de-banho no interior e um quarto para trabalhar em casa. (fig. 174)

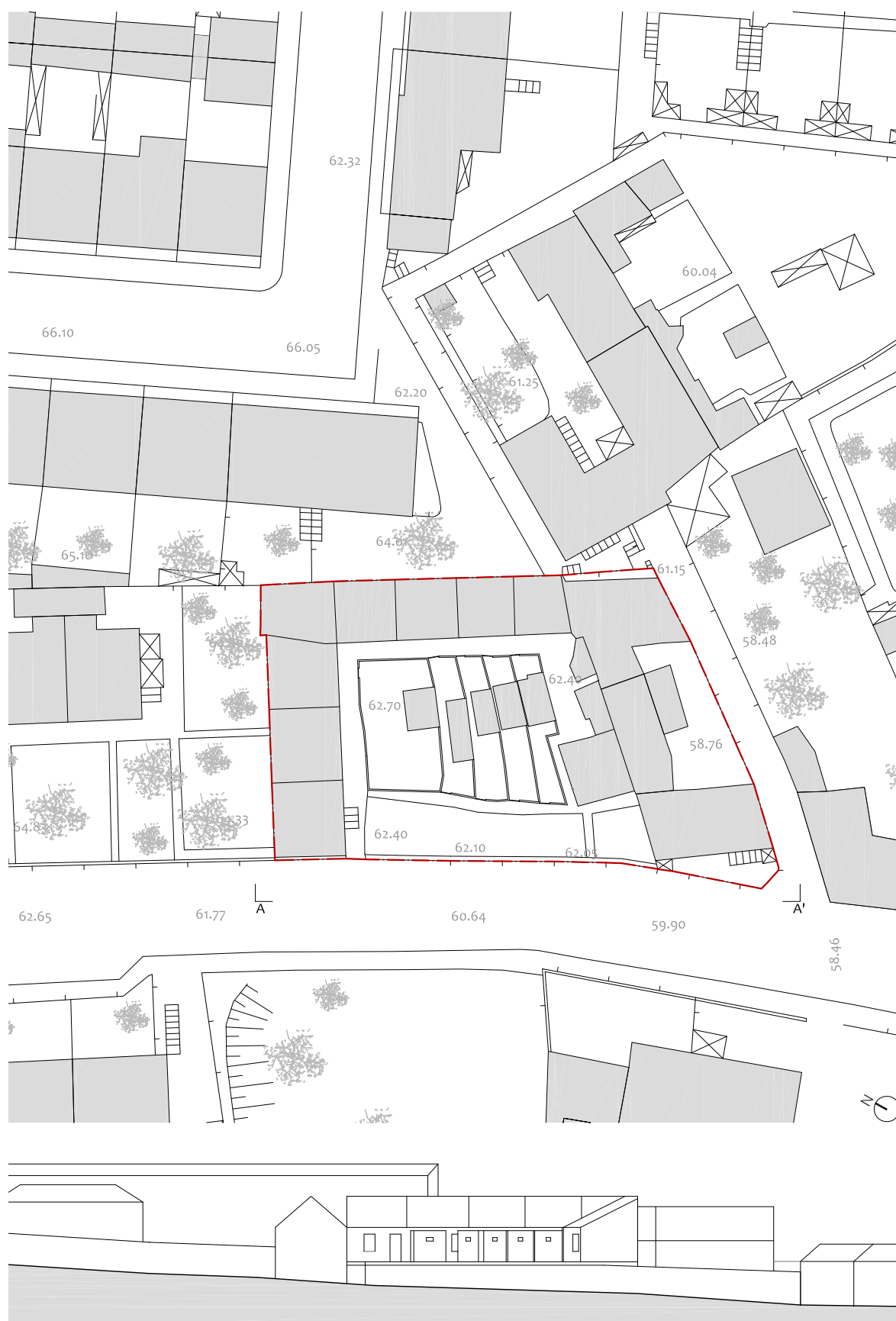
Os seus limites são feitos:

- A Norte, por um terreno privado com uma casa senhorial do séc. XIX;
- Oeste pelo Bairro de habitações em banda do Mário Bonito (fig. 172), 1951-1954;
- A sul por um beco que acede também a uma casa senhorial, também do séc. XIX (fig. 173).

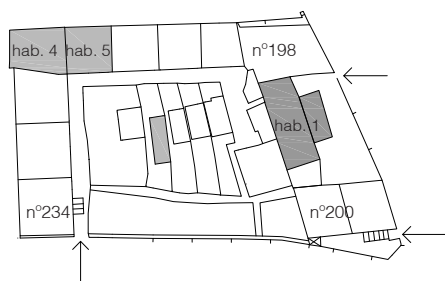
A sua frente situa-se adjacente à Rua Professor Augusto Nobre (fig. 174), perpendicular à Avenida Marechal Gomes da Costa, na freguesia do Lordelo do Ouro.



Desenho 3 Planta actual das ilhas, n.º 234, 200 e 198. Escala 1:2000



Desenho 4 Planta de cobertura das ilhas, n ° 234, 200 e 198 e Alçado da Rua Professor Augusto Nobre. Escala 1.500



173



173 Esquema de identificação das habitações visitadas. **174** Fotos interiores da habitação 4, ilha nº 234 **175** Fotos interiores da habitação 5, ilha nº 234 **176** Fotos interiores da habitação 1, ilha nº 198

As ilhas, hoje

Os seus habitantes e condições habitacionais

As ilhas encontram-se habitadas por um total de oito pessoas. Algumas, habitam a ilha há mais de 30 anos, outras há menos de 20 anos. Alguns habitantes mais jovens demonstram vontade de ficar a morar ali durante a sua vida adulta devido às baixas rendas, e apesar da falta de condições. Quanto aos proprietários, preferiam que estas as desocupassem para poder vender o terreno, devido à sua boa localização na cidade.

No que diz respeito às condições actuais das habitações (fig. 176 a 178), das que foram possíveis visitar quase todas se encontram alteradas pelos seus proprietários, que ao longo do tempo de alguma forma foram investindo nelas¹²⁷, quer seja por uma nova pintura nas paredes, cobrindo o sistema rudimentar de parede portante de pedra, aplicando um novo pavimento, investindo em isolamentos térmicos, colocando novos armários embutidos, adquirindo novos electrodomésticos para a cozinha ou redesenhando os acessos verticais de tiro para L. Tudo de forma a aproveitar o exíguo espaço da melhor maneira.

Nenhuma das habitações da ilha nº 234 possui instalações sanitárias no seu interior. A primeira a ser construída, partiu da iniciativa de um dos seus habitantes e existe há menos de 10 anos. Estas, foram abrigadas em pequenas construções soltas, no espaço exterior em frente às suas habitações, onde antes se tinha espaços de estar da comunidade. Após alguns minutos de conversa, percebeu-se que um dos habitantes da ilha nº 234, antes de perder o espaço exterior para a construção destes volumes, dedicava o seu tempo livre a cuidar do jardim aí localizado.

Entretanto, todos os habitantes foram construindo novos volumes, casas-de-banho individuais¹²⁸ nesse espaço exterior comum, destruindo assim a possibilidade desse espaço ser um lugar de convívio da comunidade ou um espaço individual, um jardim ligado há sua casa.

Nas restantes ilhas, nº 200 e nº 198, os habitantes que tinham espaço construíram as instalações sanitárias dentro da sua casa ou, quando não tinham, anexadas à mesma.

Verificou-se também que algumas habitações com habitantes mais idosos e economicamente mais carenciados ainda não possuem instalações sanitárias, utilizando uma fossa comum.

De um modo geral, as casas que compõem uma ilha variam entre os 9 e os 16 m² de área e, ape-

¹²⁷ Devido ao baixo valor das rendas os senhorios não investem nestas habitações, deixando ao critério do habitante a possibilidade de alterar ou melhorar a sua casa. Note-se que uma das rendas mensais chega a ser apenas de 2 euros, outras de 10 ou 15 euros. Na ilha nº 198 a habitante comprou o terreno com a casa e também a do lado - expandindo assim a sua habitação.

No entanto, alguns habitantes queixavam-se das más condições construtivas da sua habitação: *“temos infiltrações na nossa casa todos os invernos”*. Uma casa situada na rótula da ilha nº 234 não possui luz natural no primeiro piso, à excepção de um pequena clarabóia (40 cm x 40 cm) que ilumina um pequeno espaço da sala. Neste caso, os habitantes não possuem condições económicas para alterar e melhorar a sua própria casa e, como, tal encontra-se muito degradada pelo tempo. ¹²⁸ Só há pouco tempo conseguiram ligar as suas casas às redes de abastecimento de água, electricidade e saneamento. Segundo um dos habitantes da ilha nº 234, a ligação à rede pública de saneamento só foi feita no passado mês de Maio de 2011, porque a rua professor Augusto Nobre se encontra em obras.



Desenho 5 e 6 Levantamento das ilhas, n° 234, n° 200 e n° 198. Planta Rés-do-chão, Planta 1º piso, e. Escala 1.500. 1 Sala-de-estar; 2 Quarto individual; 3 Cozinha; 4 Quarto de casal; 5 Instalações Sanitárias; 6 Quarto de trabalho.

sar de na sua maioria serem casas de um só piso, existem variantes com dois pisos. Especificamente no caso de estudo escolhido, ambos os casos se verificam. Encontramos casas com um e dois pisos, no entanto, as áreas das habitações são mais generosas do que as da típica ilha.

Quanto à organização interna destas pequenas habitações, variavam entre uma tipologia de dois a três quartos. Genericamente, no primeiro piso encontra-se a sala, que dá acesso à cozinha e ao(s) quarto(s); no segundo piso, quando existe, este ocupa a área do quarto e da cozinha correspondendo a um quarto de casal.

A primeira ala de habitações a ser construída, a Norte possuía um só piso com dois ou três quartos no rés-do-chão, enquanto a última ala a ser construída era composta por dois pisos, em que no segundo piso era feito o segundo quarto da casa (fig. 179 a 181).

A localização das caixas de correio é também um elemento de referência neste tipo de habitação precária. Rapidamente se identifica uma ilha pela quantidade de caixas de correio existentes na porta desse espaço. Poderão estar à porta do conjunto de habitações, que é o caso, sendo que, deste modo, antes de entrarmos percebemos logo quantas habitações compõe a ilha.

Como foi abordado anteriormente, devido aos novos modos de vida e ao alterar do uso do espaço doméstico os habitantes necessitam de novos espaços para colocar, agora, electrodomésticos indispensáveis, como microondas ou máquinas de lavar. No entanto, o exíguo espaço da habitação existente não permite tal flexibilidade. Assim sendo, muitos deles não possuem alguns desses electrodomésticos - microondas - ou então precisam de os colocar, como as máquinas de lavar a roupa, no novo volume construído no espaço exterior em frente às suas casas. Na ausência desse novo espaço o uso do tanque é frequente.

Verificou-se que diversas alterações foram sendo realizadas ao longo do tempo por iniciativa dos moradores, no entanto tais alterações na maioria das vezes revelam-se insuficientes.¹²⁹

129 Durante uma conversa com um dos habitantes da ilha, perguntamos-lhe o que mais gostaria de ver alterado para ter melhores condições de vida e habitabilidade ao qual ele responde: *"ter uma casa com mais espaço, uma casa-de-banho dentro de casa e um espaço exterior para poder estar e conviver com a sua família e vizinhos"*.



177 Fotos dos espaços verdes das ilhas **178** Fotos das instalações sanitárias, construídas na zona exterior comum da ilha **179** Fotos dos espaço exteriores das ilhas e pequenos espaços de convívio, na frente e/ ou traseiras das instalações sanitárias

As ilhas.

Objectivos do projecto

A vontade desde o início deste trabalho sempre foi elaborar um projecto de Habitação Social de forma a melhorar o dia-a-dia da população residente nesse local. Partindo de algumas premissas do SAAL pretende-se, assim, dar condições de habitabilidade à comunidade que reside nesta ilha há mais de meia década, mantendo-as no local onde foram criadas, onde cresceram, onde têm as suas raízes e também perto do local dos seus empregos.

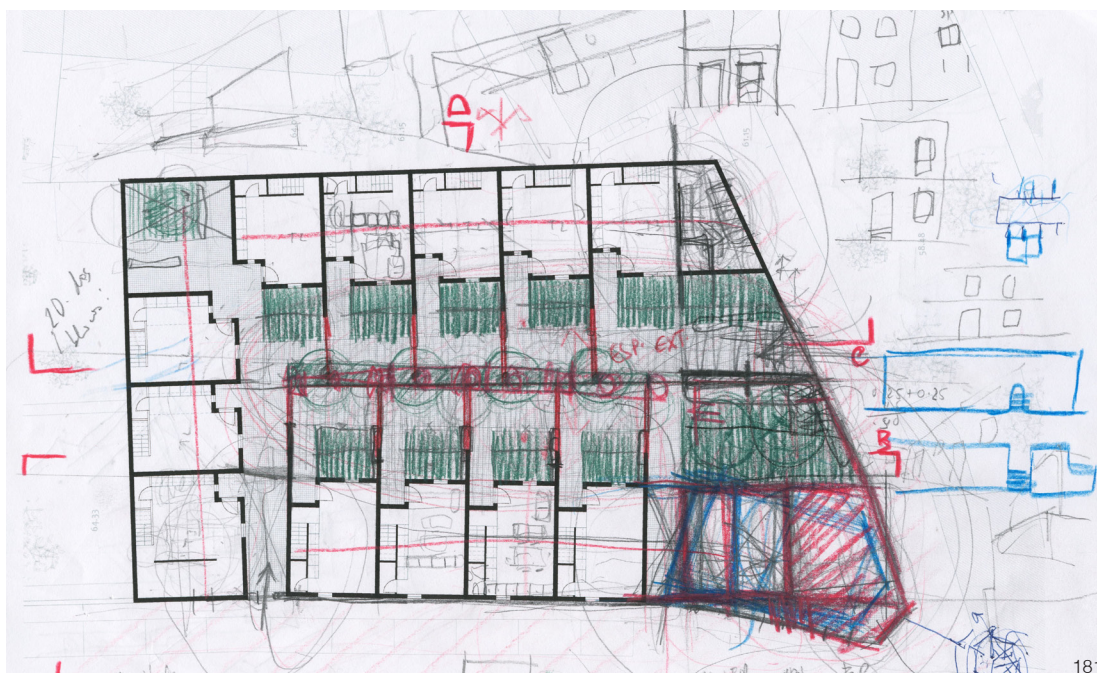
Através de um contacto mais próximo com os habitantes, pretende-se perceber as suas necessidades, o que foi mudando com o tempo e o que gostariam de mudar se tivessem a oportunidade que outras pessoas tiveram com as Operações do SAAL, há 37 anos atrás, como na Maceda, nas Antas ou no Leal.

Este projecto nasce assim da vontade de mudar esta condição, de pegar em algo inacabado, como foi a Operação de Serralves, recorrendo às características do processo SAAL de modo a intervir com a população de forma a dar-lhes uma melhor qualidade de vida.

Propõe-se, assim, a reabilitação deste lugar (fig. 181 a 183) de forma a atribuir-lhe condições de habitabilidade, tendo em conta as novas necessidades do homem e os princípios do SAAL.

Para tal, é proposta a:

- Construção de novas habitações – habitação em banda, realojando os habitantes actuais;
- Criação de espaços exteriores comuns - espaço de encontro da comunidade, através do tratamento do espaço público, de forma a ser usufruído da melhor maneira pelos habitantes desta comunidade;
- Criação de espaços exteriores privados ligados às habitações, espaço de estar - jardim, para os habitantes de cada habitação;
- Ligações e entradas pedestres entre o espaço exterior comum de acesso às habitações e a rua, espaço público;



180 Estudo implantações 181 Estudo do espaço público

2.2. Processo

Implantação

Seguindo as premissas do SAAL, inicia-se o estudo da implantação (fig. 184) para este projecto de habitação social numa parcela de 920 m² na zona de Serralves.

Após alguns estudos de experimentação, optou-se pela implantação de novas construções no lugar das antigas casas degradadas, a Norte e a Este, edificando um novo volume no limite do terreno junto à rua principal - Rua Professor Augusto Nobre. Este seria o primeiro a ser construído albergando a população residente enquanto as suas casas eram construídas, e onde posteriormente habitaria uma nova população, misturando assim classes sociais. Este novo edifício vem definir a frente de rua, conformando o espaço interior da parcela e estabelecendo a transição de cércias com o existente.

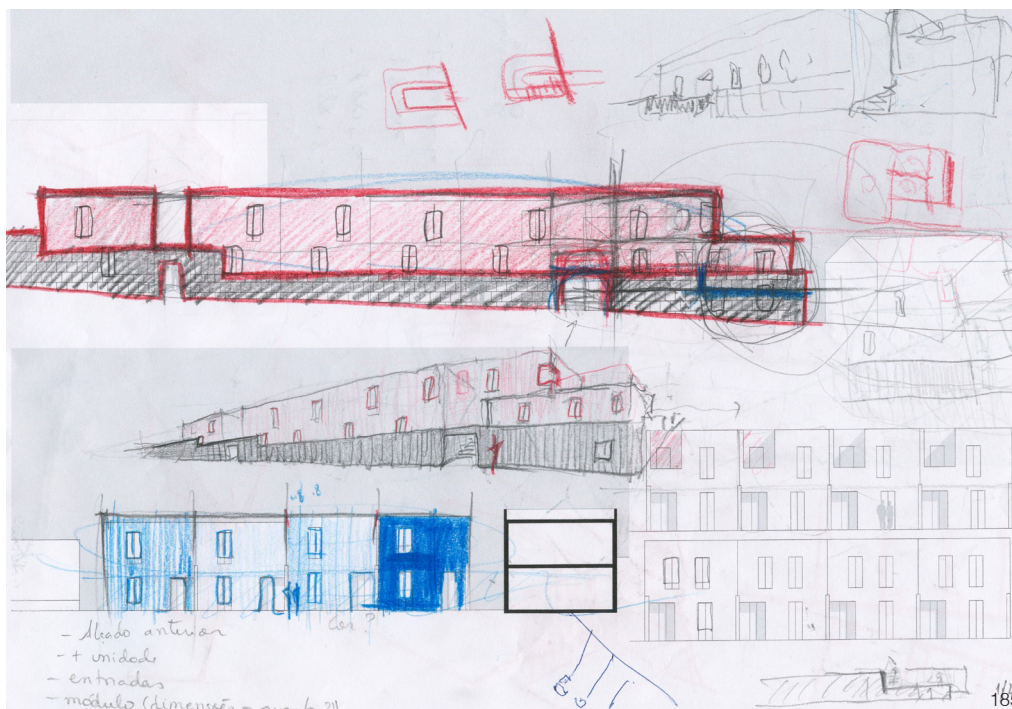
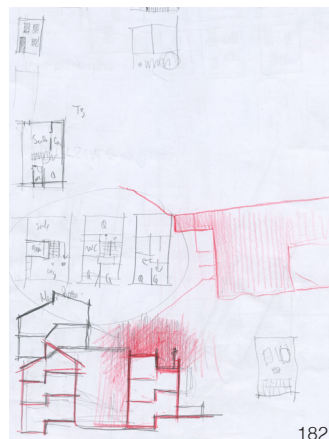
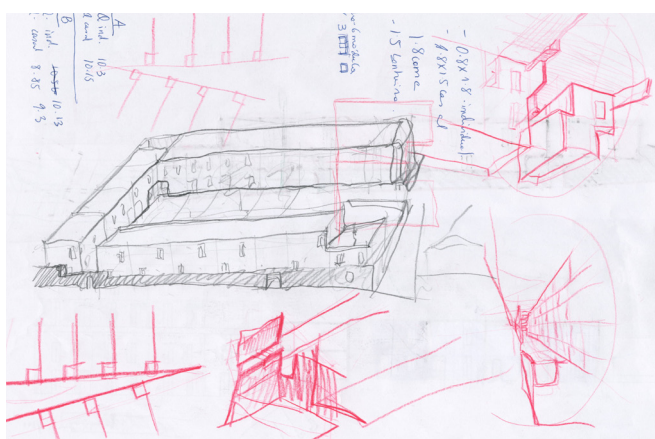
Quanto à topografia, optou-se por baixar a cota do terreno para a cota da rua - esta encontrava-se a 2 m da rua. Pensou-se também em retirar o portão que fechava a ilha, de forma a eliminar a barreira física criada tanto pela diferença de cotas como pelo portão, abrindo este lugar pontualmente para o espaço envolvente.

Espaço público

Os novos edifícios conformam, assim, um novo espaço exterior comum, um pátio (fig. 185) para a comunidade usufruir, fomentando o carácter de comunidade um pouco como a atitude de Aravena, na sua intervenção em Iquique com o ELEMENTAL, sendo o acesso para fogos feito exclusivamente pelo mesmo. Este novo espaço é, deste modo, criado como sendo um lugar privilegiado para o acesso e distribuição dos habitantes desta comunidade, bem como um espaço de estar e convívio da mesma. Este novo espaço colectivo é ainda marcado pelas duas linhas de árvores criadas no meio, ajudando na marcação da entrada de cada habitação e sombreando os bancos – zonas de estar – do mesmo.

A ligação com a rua, espaço público, é feita pontualmente em dois lugares: o primeiro estabelece-se directamente pela rua principal, entre os volumes, e o segundo pela pequena rua lateral de acesso à casa senhorial, marcada pela diferença de planos que delimita o terreno a Sul. Esta opção remete-nos para as intervenções tanto do Alcino Soutinho na Maceda, como do Siza Vieira na Bouça, onde estes vão criando passagens e ligações entre a nova proposta e o existente espaço público, tentando configurar os espaços novos marcando essas entradas.

Foi ainda pensado um alargamento desse pátio, conformado pelo novo volume, criando assim um espaço de estar com visibilidade para a rua. A entrada neste espaço é estreita e marcada por uma árvore, onde se encontra um banco junto ao muro existente que delimita este espaço afunilado.



182 Estudo volumétrico **183** Estudo do módulo **184** Pormenor de remate entre volumes, esquisso elaborado pelo arquitecto José Lage **185** Estudo Alçados

Tipologias e volumetria

Quanto à tipologia, optou-se preferencialmente por T2 (4,8 x 6,8m) de dois pisos, com excepções nos topos dos edifícios com um T3 e um T1 - também de dois pisos, resultando na totalidade 13 fogos, dos quais onze seriam T2 e as restantes as excepções. Assim, oito habitações seriam ocupadas pelos habitantes actuais das ilhas e as restantes para uma nova população - fomentando novas relações da população residente.

A volumetria (fig. 186), tendo em conta a envolvente, é limitada por dois pisos alcançando assim uma escala equilibrada com os mesmos.

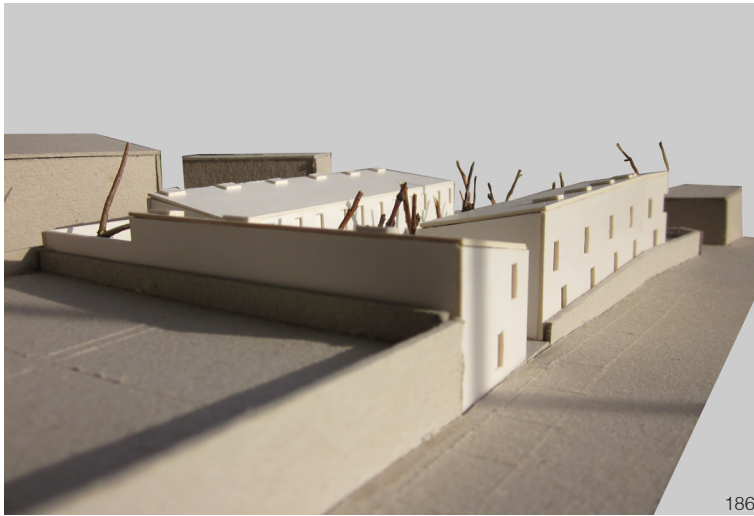
As habitações possuem um pequeno espaço exterior privado, um jardim, ligado directamente à habitação (fig. 187). Este é apenas delimitado lateralmente por planos verticais que resultam da continuação da parede divisória de cada casa, um pouco à semelhança do que Siza Vieira faz em S. Victor. Optou-se por não fechar completamente esse espaço e apenas dar privacidade aos seus habitantes, obtendo assim uma maior continuidade com o pátio comum. Neste plano há também a possibilidade de fornecer aos habitantes um espaço para secar a sua roupa, problema com que actualmente estes se debatem - ao distribuírem estendais aleatoriamente pelo espaço comum da ilha.

Quando o edifício não possui este espaço ligado à habitação, poderá usufruir de um pequeno pátio localizado na rótula dos dois edifícios. A entrada deste pátio é marcada pelo rasgo vertical, criado pela separação dos volumes, bem como pelo recuar das entradas nos fogos (fig. 188). Este lugar de excepção é ainda marcado por um espaço verde e uma árvore a uma cota mais baixa - 0.5 cm, onde o banco em L separa este espaço verde do pavimento duro e introduz um espaço de estar.

Módulo, Alçados e clarabóias

Os módulos dos volumes, apesar de serem da mesma tipologia, são organizados de maneira diferente, pois as condições não são as mesmas. O novo edifício adjacente à rua principal (fig. 189) vai possuir duas frentes, logo terá aberturas em ambos os planos das fachadas. Quanto aos outros dois volumes só têm uma frente, mantendo as paredes que se encontram junto aos limites do terreno - do Bairro do Mário Bonito e do terreno particular, a sul, cegas. Isto acontece devido à diferença de cotas dos terrenos, ficando parte deles enterrada.

Relativamente à sua organização interna, separam-se os espaços comuns de estar|comer, dos espaços privados, dormir, por pisos. No Rés-do-chão encontra-se a sala-de-estar, a kitchenet aberta para a mesma e um acesso vertical - no qual é aproveitado para arrumos. No segundo andar localizam-se os quartos e as instalações sanitárias. Para a concepção do módulo foram consultadas as "Recomendações Básicas para a Habitação Social", o REGEU, como por exemplo no especial cuidado no dimensionamento dos acessos verticais e corredores (0.90m).



186 a 189 Fotos Maqueta

A pertinência dos alçados desenvolvidos encontra-se novamente ligada à relação com as preexistências. O antigo alçado era composto por uma janela vertical e uma porta. Assim sendo, opta-se também por janelas verticais (0.8x1.5m) . Quanto a aberturas no interior, existem apenas dois tipos de portas, a da entrada com 0,9x2,10m e as interiores com 0,8x2,10m. A entrada na casa, por sua vez, é trabalhada como um elemento de marcação da individualidade de cada habitação, como protecção, ritmando ainda todo o conjunto juntamente com os planos verticais que avançam. Estes planos verticais dão origem a bancos, que por sua vez direccionam guias no pátio e que culminam na caleira, onde é colocada a arborização.

À luz das experiências do SAAL e das preexistências, opta-se por uma cobertura inclinada com telha, remetendo-nos para um sentimento de pertence por parte dos habitantes para o que lhes era familiar e conhecido nas antigas habitações. Aqui, encontram-se clarabóias que iluminam os acessos verticais de todos os fogos, pois estes não possuem luz natural.

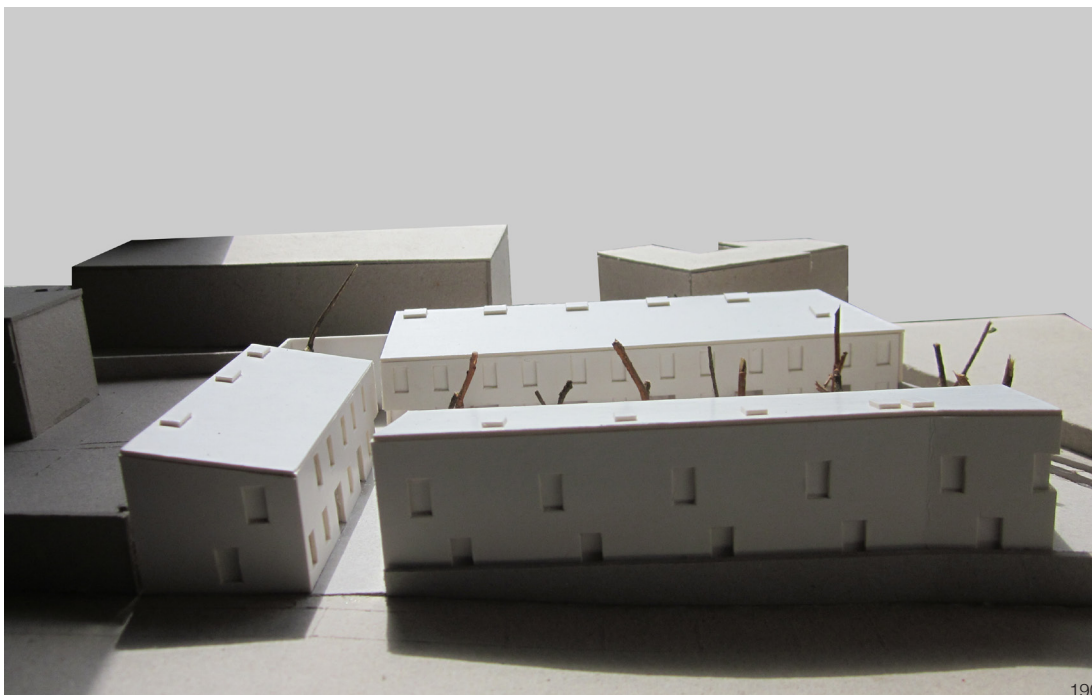
Sistema construtivo

Quanto ao sistema construtivo e tendo em conta que deverá ser um projecto económico, pensou-se no uso de pórticos pilar-viga com laje aligeirada. Quanto aos materiais usados tanto nas paredes interiores como exteriores opta-se pelo tijolo, sendo as paredes de meiação dos módulos de tijolo duplo. Recorre-se ainda ao uso de capoto para o revestimento exterior dos volumes.

Outro aspecto de relevo levado em conta pela sua presença é o muro, que delimitava a parcela da rua. Este é pensado no novo conjunto como um embasamento que se solta do edifício e delimita o terreno a Sul.

Considerando o tempo disponível, a participação de alguns dos habitantes residentes e a sua colaboração e opinião, as opções acima descritas e tomadas levaram-nos a uma solução que perante estas condições foi a que melhor respondia às necessidades de uma população residente.

2.3. Proposta Final



190



Desenho 7 Planta de implantação proposta. Escala 1.2000

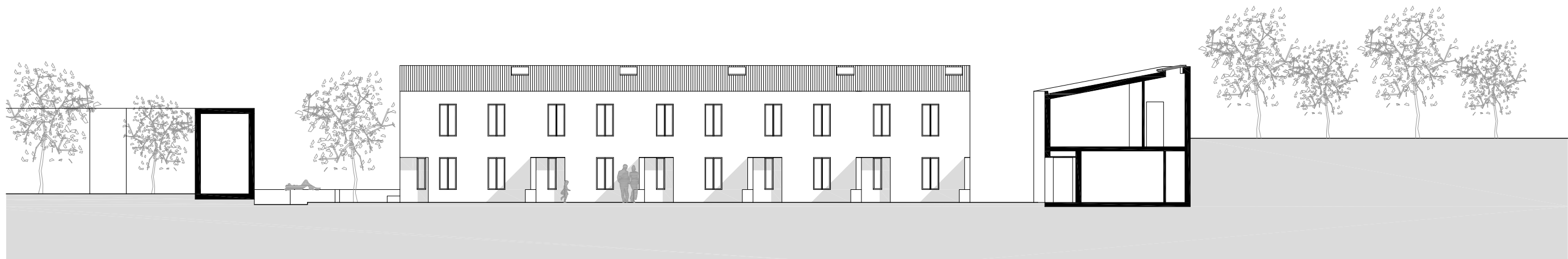
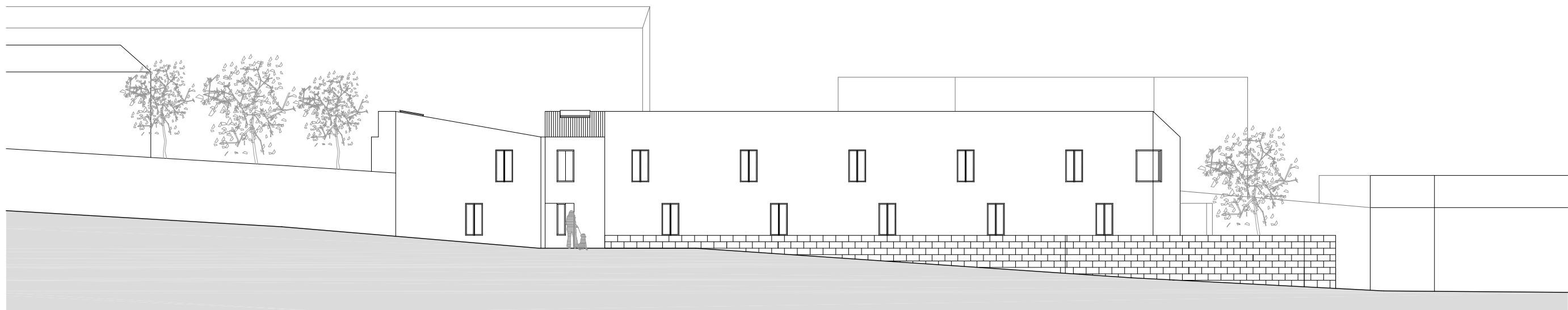
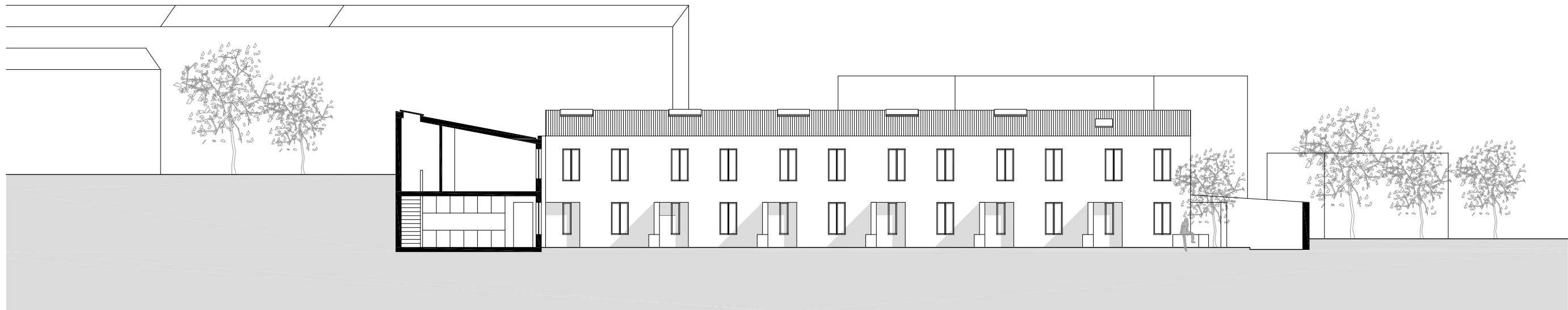


1 Entrada 2 Pátio comum, de distribuição para os fogos 3 Pátio 4 Alargamento do espaço público

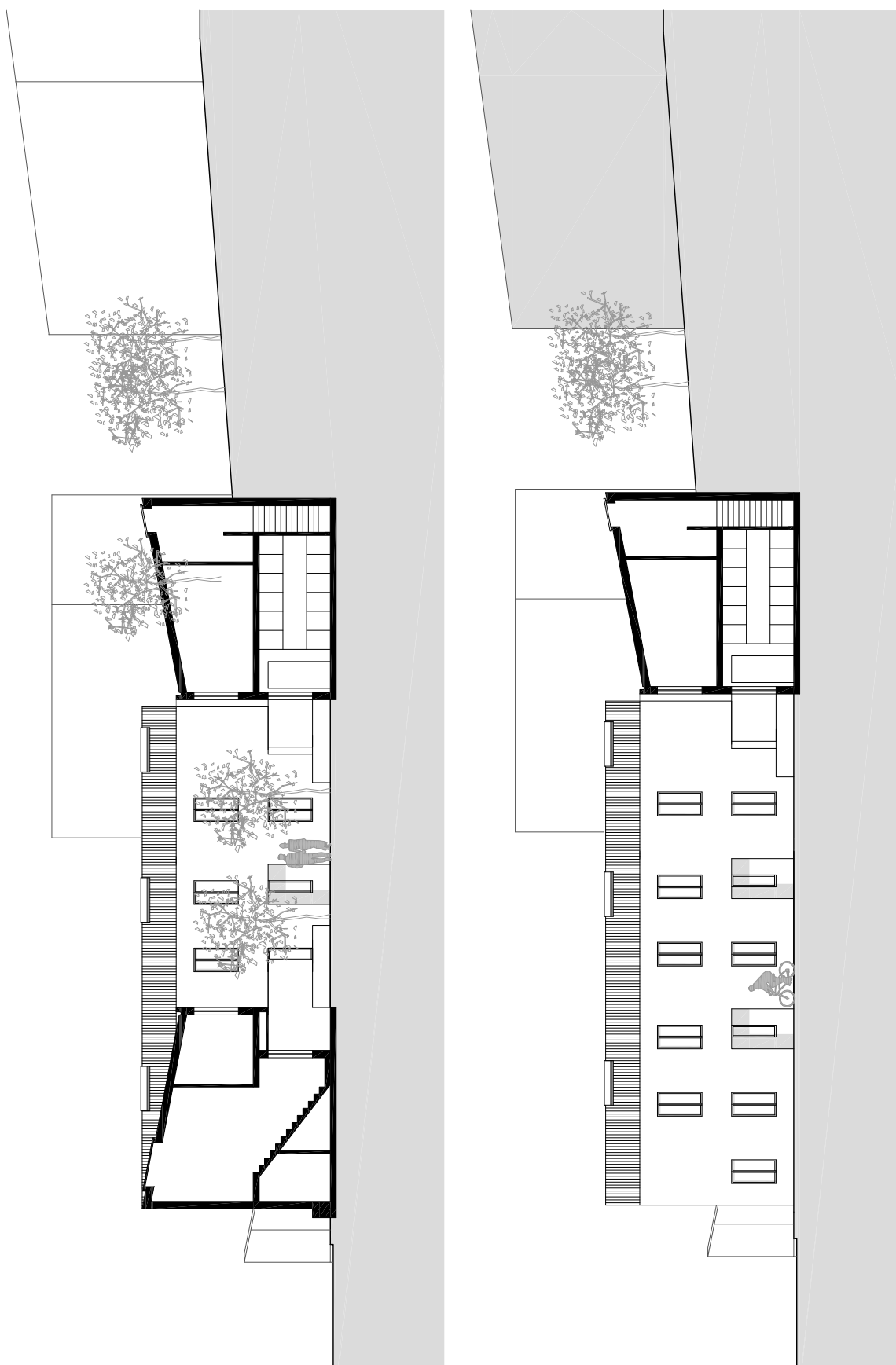
Desenho 9 Planta Rés-do-Chão, Escala 1.200



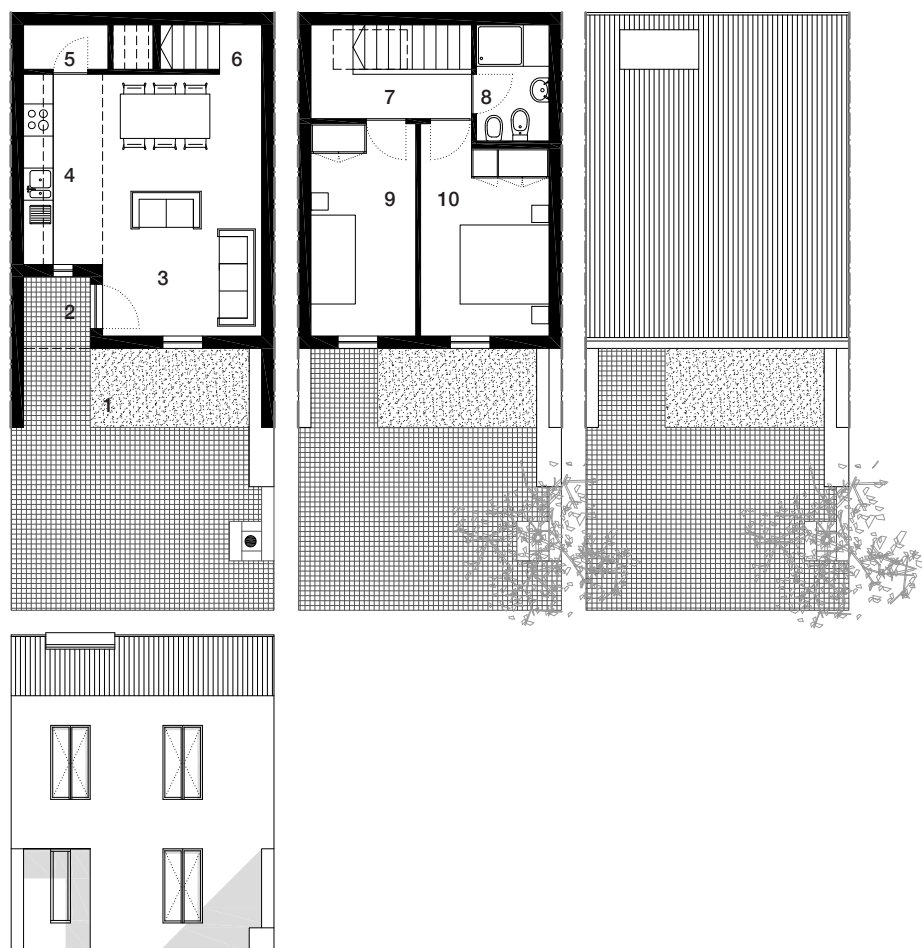
Desenho 10 Planta 1 piso, Escala 1.200



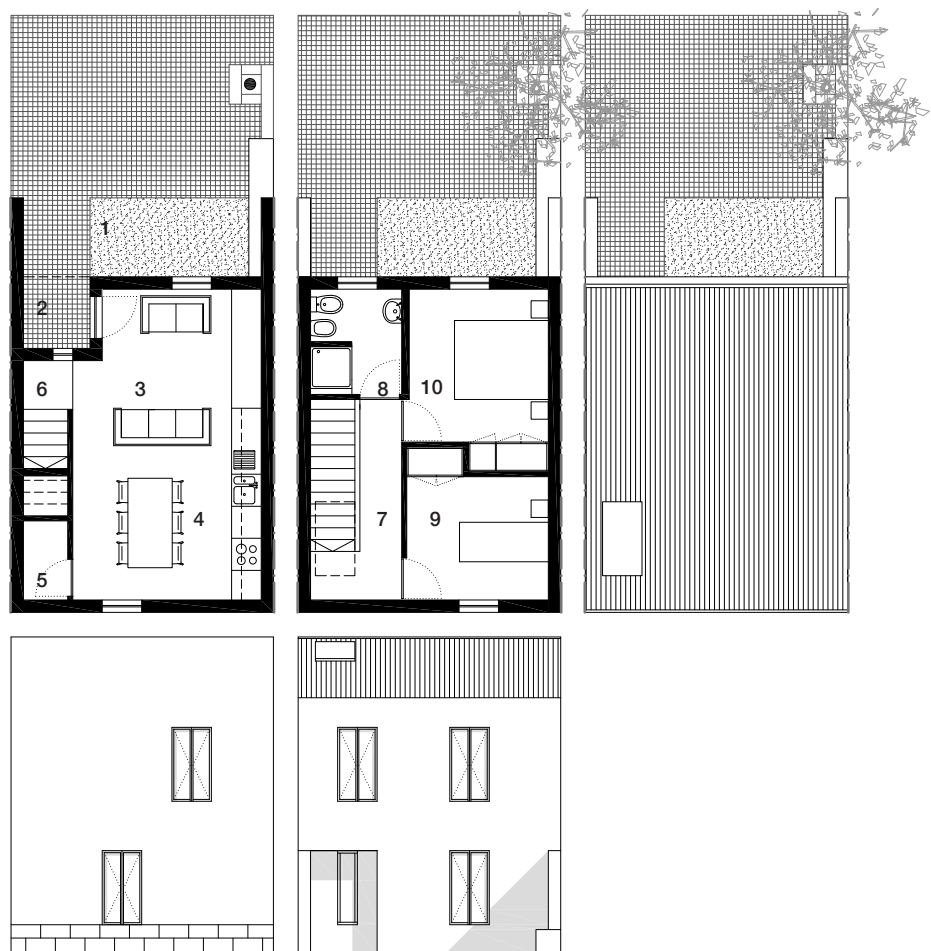
Desenho 11 Alçado C, Alçado A, Alçado B. Escala 1.200



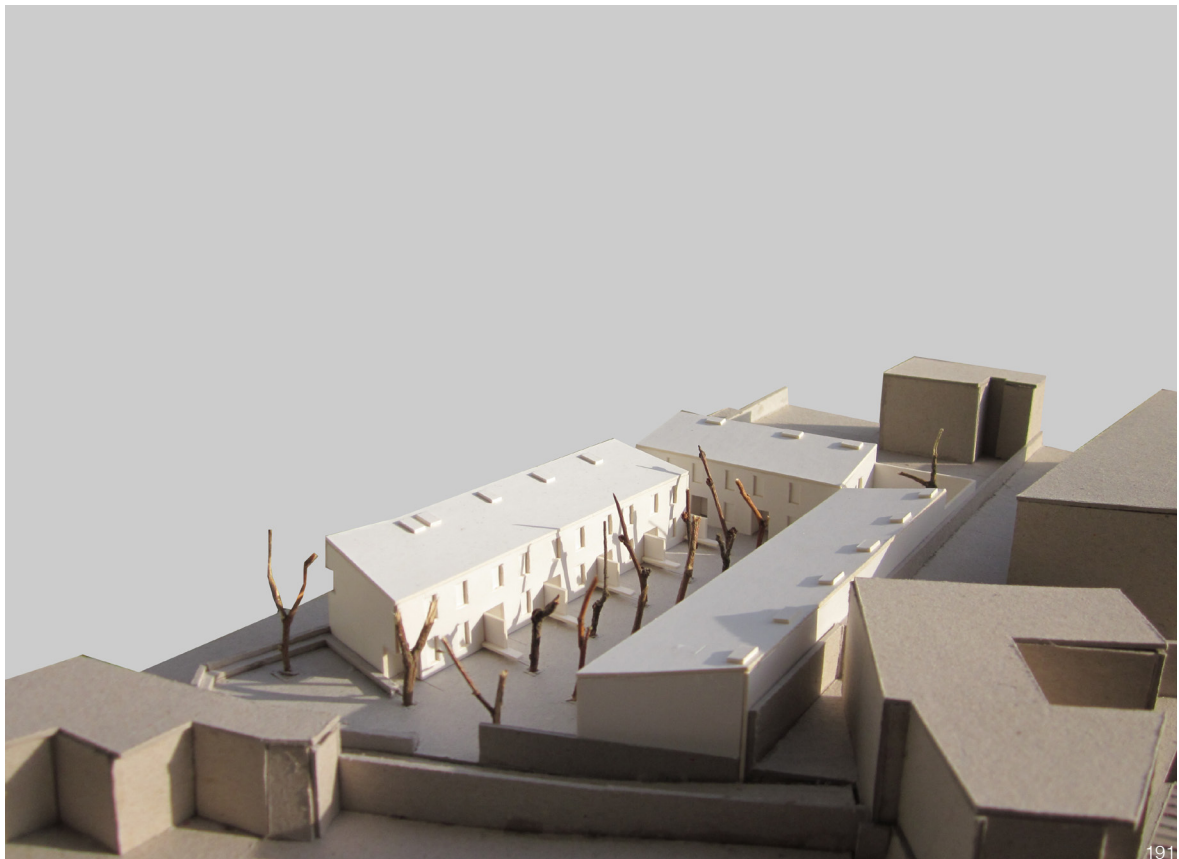
Desenho 12 Alçado B, Corte e Alçado D e D', Escala 1.200

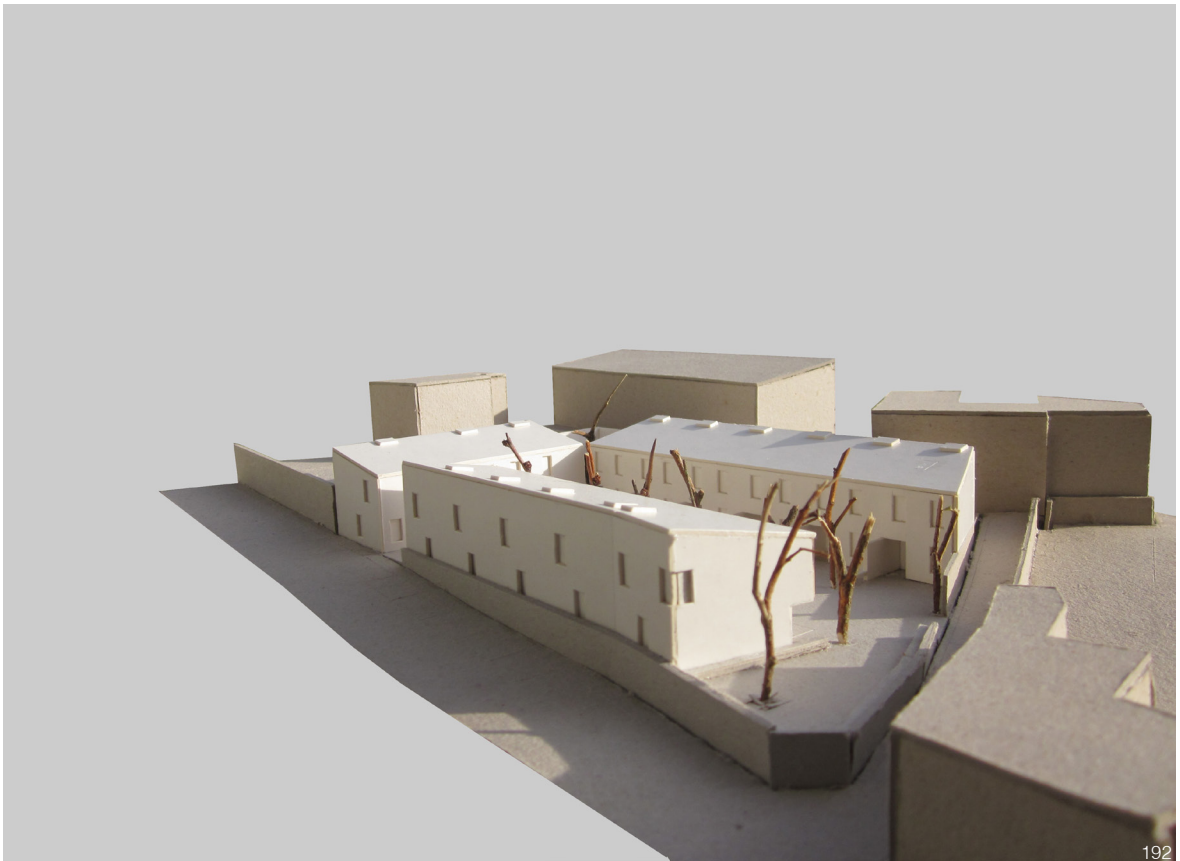


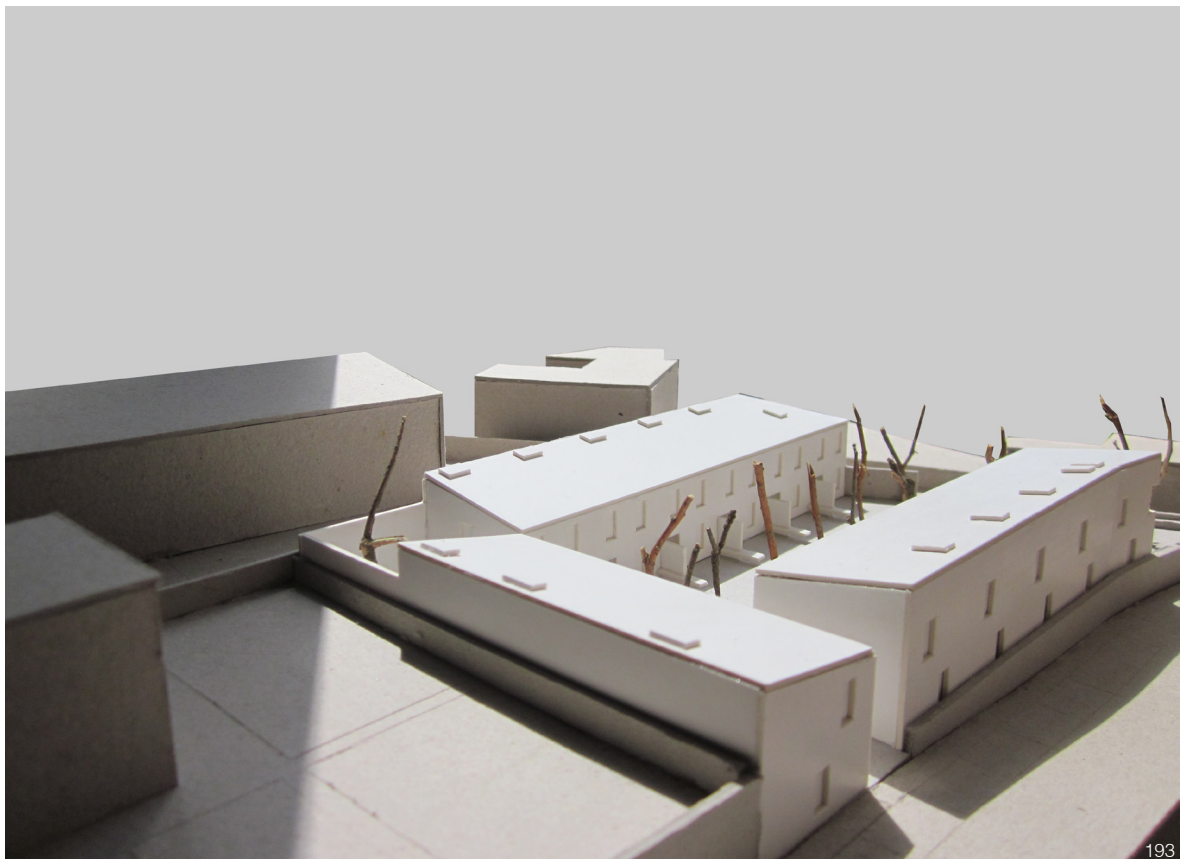
Desenho 13 Módulo A: Planta Rés-do-Chão, Planta 1º Piso, Planta de cobertura e Alçado; Escala 1.150. **1** jardim da casa; **2** Entrada; **3** e **4** Sala-de-Estar; Kitchenet (23,5m²); **5** Arrumos (1,6m²); **6** Acesso vertical; **7** Espaço de distribuição (3,8m²); **8** Quarto-de-banho (3,55m²); **9** Quarto-de-casal (10,5m²); **10** Quarto individual (9,2m²).

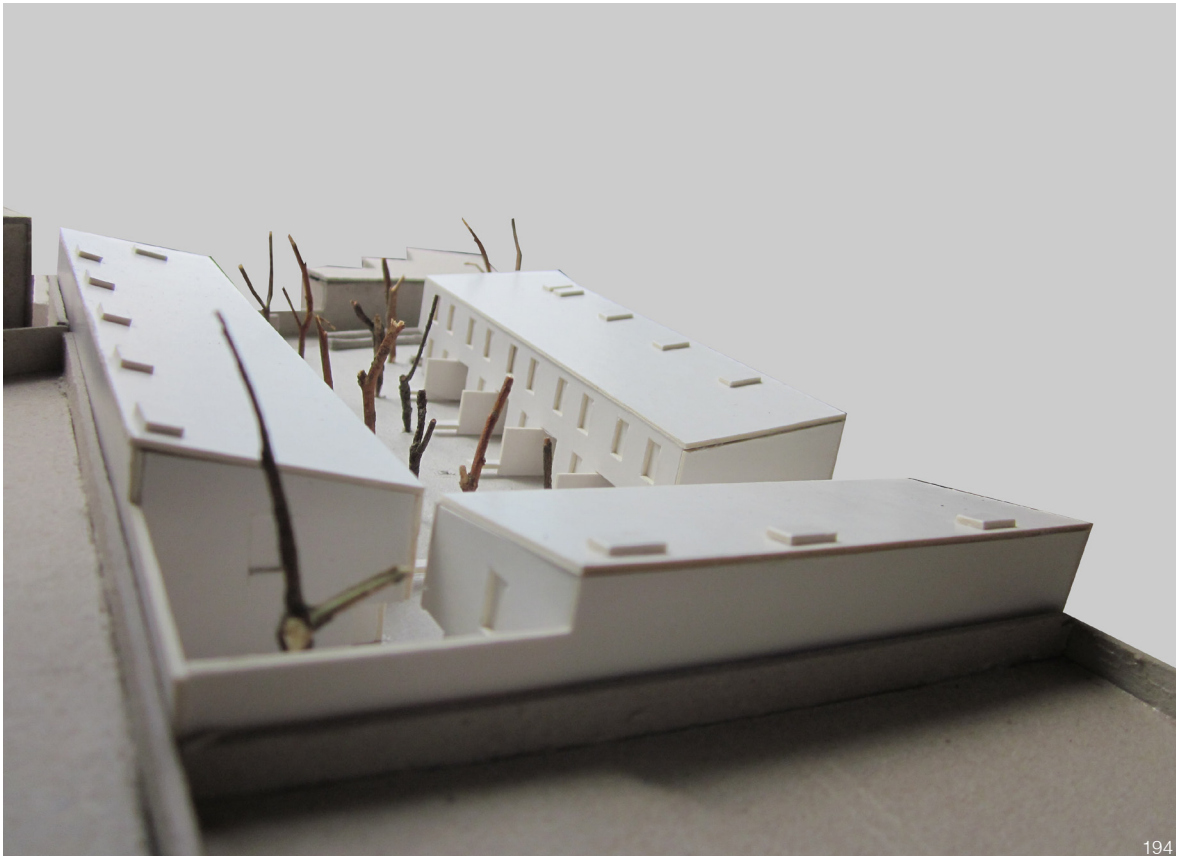


Desenho 14 Módulo B: Planta Rés-do-Chão, Planta 1Piso Planta de cobertura e Alçados. Escala 1.150. **1** jardim da casa; **2** Entrada; **3** e **4** Sala-de-Estar e Kitchenet (23,5m²); **5** Arrumos (1,6m²); **6** Acesso vertical; **7** Espaço de distribuição (4,4m²); **8** Quarto-de-banho (4m²); **9** Quarto individual (8m²) **10** Quarto-de casal (10m²);









194





197



198

Considerações Finais

As questões das carências sociais, do abrigo, do alojamento ilegal e dos assentamentos informais são questões intemporais e universais, já que se encontram presentes no nosso dia-a-dia e no nosso quotidiano, independentemente do lugar geográfico.

As questões do alojamento precário encontram-se tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Nestes últimos a rápida urbanização e a falta de condições da cidade para responder a este crescimento leva à construção de aglomerados de habitações de génese ilegal e precárias, como no Brasil com as favelas ou no Chile com os campamentos. Apesar dos avanços tecnológicos, nos países desenvolvidos existe uma grande parte da população que vive sem acesso a bens essenciais e sem acesso a uma habitação condigna.

A habitação de génese ilegal e precária, é assim produto de vários factores, tanto de ordem natural, como catástrofes naturais, como de ordem social e/ou económica, como a desigualdade na distribuição de recursos económicos. Normalmente, este tipo de habitação não responde às características mínimas de conforto, de segurança e de habitabilidade que uma habitação condigna deverá possuir.

Perante estas premissas, surgiu a vontade de pensar e reflectir sobre estas questões do alojamento. Sendo estas carências tanto habitacionais como sociais, e um fenómeno inerente à vida do homem, é necessária a procura de soluções para este problema, tendo em conta a especificidade do local e das necessidades da população nesse lugar.

O caso de estudo reflecte, assim, a tentativa de solucionar estes problemas na zona em questão, que pode ser considerada como um «esquecimento». A parcela de terreno composta por três ilhas na zona de Serralves é habitada por uma população com poucos recursos económicos e consequentemente com poucas condições de habitabilidade. Apesar de isto reflectir uma realidade presente no nosso quotidiano, pouco é feito para a alterar, tendo em conta as suas principais vontades.

O processo SAAL foi considerado um momento de inovação, de participação da população com os arquitectos, capaz de dar respostas eficazes à carência de habitações, no entanto, desde o fim do mesmo que muitos outros casos acabaram por ser «esquecidos». Apenas alguns projectos, experiências, seguiram em frente após o terminar do processo, como o conjunto habitacional da Bouça, de Álvaro Siza Vieira, em que apesar das circunstâncias não serem as mesmas, houve um finalizar.

Assim, tentamos dar continuidade e atribuir um “closer” a esta população, que desde há 37 anos atrás se encontra estagnada, sem condições de habitabilidade, sem uma habitação condigna. Como seria, se os estudantes e os arquitectos coordenadores continuassem estes projectos nos dias de hoje? Se todas as outras operações que ficaram inacabadas, estagnadas e «esquecidas» tivessem de novo uma oportunidade de participar nestas experiências, numa tentativa de melhoria de condições de habitabilidade? Se as atitudes do processo SAAL foram um momento inigualável no percurso da arquitectura, na habitação social, no encontro de uma resposta eficaz, como seria repeti-lo, continua-lo, nos dias de hoje?

“O diálogo que sempre existiu na construção de habitações unifamiliares, é essencial na história da arquitectura. (...) A construção popular atravessa hoje um período obscuro e é considerada com um certo desprezo por várias razões: uma é certamente a instabilidade das tendências dos arquitectos, que fizeram da participação um assunto na moda nos anos setenta, esquecendo-se dela nas décadas seguintes. Assim, neste período, quem continua a apoiar a importância da discussão é visto com suspeita, porque se associou a participação à má qualidade que o arquitecto passivo, como mão do povo, produziu.

Uma outra motivação para o desprezo relativamente a este tipo de projectos é dada por uma objectiva dificuldade do trabalho, que para além do mais, é pouco valorizado e mal pago. Existe a convicção de que para a habitação social qualquer coisa está bem, inclusive a redução dos honorários do arquitecto.

Contudo, bem pelo contrário, para se alcançar qualidade em projectos tão complexos é necessária uma pesquisa maior.”¹³⁰

130 Álvaro Siza. *Imaginar a evidência*, 2009, p. 111

Lista de abreviaturas

CIAM	Congressos Internacionais de Arquitectura
CODA	Concurso para a obtenção do Diploma de Arquitecto
DUP	Declaração de Utilidade Pública
ESBAP	Escola Superior de Belas-Artes do Porto
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
SAAL	Serviço Ambulatório de Apoio Local
SAAL/N	Serviço Ambulatório de Apoio Local/Norte
CMP	Câmara Municipal do Porto
PER	Programa Especial de Realojamento
INH	Instituto Nacional de Habitação
REGEU	Regulamento Geral das Edificações Urbanas

Bibliografia

- ALCINO**, Soutinho. *Construir para quem. Em que circunstâncias, Como (s)*. Ed. de autor, Prova de Agregação Porto, 1985.
- ÁLVARO**, Siza. *Imaginar a evidência*. Edições 70, Lisboa, 2009
- BERGAMIN**, Antonella trad. *Alejandro Aravena: progettare e costruire*. Ed. Milano : Electa, 2007.
- ARÌS**, Carlos Martí. *Las formas de la residència en la ciudad moderna: vivienda y ciudad en la Europa de entre-guerras*, Ed. UPC Barcelona, 2000.
- BANDEIRINHA**, José António. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.
- BARBOSA**, António Manuel da Silva. *Habitação a Custos Controlados. Prémios INH 1989-2003*. Prova Final para licenciatura em Arquitectura. FAUP 2003-2004.
- BENEVOLO**, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*. Ed. Gustavo Gili, S. A., Barcelona, 1982
- CARVALHO**, Joana. *O espaço da cozinha na habitação holandês do século XX. O comportamento social e a organização do espaço doméstico*. Prova Final para licenciatura em Arquitectura, FAUP. 1999-2000.
- COELHO**, António B. *20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social. 1984 – 2004*. Ed. INH, 2006.
- COELHO**, António Baptista e **COELHO**, Pedro Baptista. *Habitação de interesse social em Portugal, 1988-2005*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2009
- COSTA**, Alexandre. *Guia da Arquitectura Moderna, Porto 1901-2001*. Porto, 2001.
- ENGELS**, Friedrich. *A questão do Alojamento*, Cadernos para o diálogo 3, trad. Ribeiro da Costa, Ed. Poveira, Porto, 1971.
- FERNANDES** Fátima e **CANNATÀ** Michele. *Habitação Contemporânea. Formas de habitar. Contemporary Housing. Ways of Living*, Ed. ASA, Concreta 2003.
- FERREIRA**, José António. *Habitação Social no Porto*. Câmara Municipal do Porto, Porto, 1999.
- FERREIRA**, Vítor Matias. *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política. A Intervenção do SAAL. Em Lisboa*. Ed. Afrontamento, Porto, 1975.
- MACHADO**, Rodolfo, editor. *The Favela-project, Jorge Mário Jáuregui*. Harvard Design School, 2003
- LEITÃO**, Margarida. *O Bairro da Bouça. Um contributo para o entendimento do SAAL no debate da habitação Social, FTCUC*, 2009-2010.
- LEITE**, Vitório. *Arquitectura da participação. O debate sobre o Habitat Participado entre o Primeiro e o Terceiro mundo. 1960-2010*. Dissertação para Mestrado Integrado em Arquitectura, FAUP, 2009-2010.
- Livro Branco do SAAL| Serviço de Apoio Ambulatório Local: 1974-1976. Conselho Nacional do SAAL, 1976.
- MENDES**, Manuel. *Arquitectura Portuguesa Contemporânea. Anos Sessenta/Anos Oitenta*. Ed. Fundação Serralves, Porto, 1991.
- MONTANER**, Josep Maria. *Depois do movimento moderno. Arquitectura da segunda metade do século XX*. Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2001
- MOURA**, Maria Souto. *Ensaio de uma ilha: um estudo sobre a habitação social contemporânea*. Prova Final para Licenciatura em Arquitectura, FAUP, 2007-2008.
- PIMENTA**, Manuel. *As ilhas do Porto. Estudo socioeconómico*, Ed. Câmara Municipal do Porto, Porto, 2001.
- PIMENTA**, Manuel; **FERREIRA**, Leonor Vasconcelos; **FERREIRA**, José António. *As ilhas, as colónias operárias e os*

bairros de casas económicas, Câmara Municipal do Porto, Porto, 2001

RAMOS, Rui. *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, FAUP publicações, Porto, 2010.

SILVA, Pedro Nuno. *O Habitar Contemporâneo. Cinco casas em cabeceiras de basto*. Prova Final para Licenciatura em Arquitectura, FAUP, Porto, 2006-2007.

SILVESTRE, Hugo Almeida. *Casa para todos. Habitação para populações carenciadas*. Dissertação para Mestrado Integrado em Arquitectura, FAUP, Porto, 2008-2009.

SILVESTRE, Paulo. *Alcino Soutinho. Uma cartografia*. Relatório de estágio para Licenciatura em Arquitectura, FAUP, Porto, 1998.1999.

TEIXEIRA, Manuel C. *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996.

TOSTÕES, Ana. *Os Verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*. Ed. FAUP, Porto, 1997.

ARNAU, Joaquín, et al. *Nuevos modos de habitar – New ways of housing*. Ed. COACV, Barcelona, 1996

Periódicos:

J.A. 204 “ A questão do alojamento 1”, Janeiro - Fevereiro 2002;

J.A. 205 “ A questão do alojamento 2”, Março - Abril 2002;

J.A. 224 “Morada”, Julho - Setembro 2006;

Portas, Nuno. “Sociedade e Território”, entrevista em Arquitectura, nº 135, 1979;

José, Gomes Fernandes. Entrevista em Arquitectura nº 132, 1979.

Pereira, Raúl. “ O Problema da Habitação em Portugal: necessidades e sua evolução”. Arq., nº101, 1968
Lotus 13

Referências de internet:

www.vitruvius.com.br

www.jauregui.arq.br

www.arcoweb.com.br

www.elemental.chile.cl

www.dezeen.com

www.plataformaurbana.cl

Arquivos

Arquivo Distrital do Porto - FFH-SAAL/N

Centro de documentação FAUP - CODA de Alcino Soutinho

- Curriculum Vitae de Alcino Soutinho

Legislação

Regulamento Geral das Edificações Urbanas, REGEU

Fontes das imagens

Capa Autoria própria

Figura 1 ARNAU, Joaquín, et al. *Nuevos modos de habitar – New ways of housing*. Ed. COACV, Barcelona, 1996, p. 148

Figura 2 <http://www.bildarchivaustria.at/Bildarchiv//BA/928/B12468236T12468242.jpg>

Figura 3 ADP, FFH-SAAL/N

Figura 4 ARÍS, Carlos Martí. *Las formas de la residência en la ciudad moderna: vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, Ed. UPC Barcelona, 2000, p. 20

Figura 5 ARÍS, Carlos Martí. *Las formas de la residência en la ciudad moderna: vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, Ed. UPC Barcelona, 2000, p. 20

Figura 6 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A. (5ª), Barcelona, 1982, p. 400

Figura 7 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A. (5ª), Barcelona, 1982, p. 403

Figura 8 ARÍS, Carlos Martí. *Las formas de la residência en la ciudad moderna: vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, Ed. UPC Barcelona, 2000, p. 21

Figura 9 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 414

Figura 10 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 410

Figura 11 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 555

Figura 12 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 410

Figura 13 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*. Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 555

Figura 14 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 410

Figura 15 ARÍS, Carlos Martí. *Las formas de la residência en la ciudad moderna: vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, Ed. UPC Barcelona, 2000, p. 33 e 35

Figura 16 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 506

Figura 17 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 506

Figura 18 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 507

Figura 19 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 507

Figura 20 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 521

Figura 21 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 565

Figura 22 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 560

Figura 23 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S. A., Barcelona, 1982, p. 560

Figura 24 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 560

Figura 25 BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*, Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1982, p. 562

Figura 26 COHEN, Jean-Louis, *Le Corbusier*, Ed. Taschen, Lisboa, 2006, p. 57

Figura 27 MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno. Arquitectura da segunda metade do século XX*, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2001, p. 42

Figura 28 COHEN, Jean-Louis, *Le Corbusier*, Ed. Taschen, Lisboa, 2006, p. 61

Figura 29 MONTANER, Josep Maria. *Depois do movi-*

mento moderno. *Arquitectura da segunda metade do século XX*, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2001, p. 42

Figura 30 <http://www.gettyimages.pt>.

Figura 31 <http://www.gettyimages.pt>.

Figura 32 <http://www.gettyimages.pt>.

Figura 33 <http://www.gettyimages.pt>.

Figura 34 <http://www.gettyimages.pt>.

Figura 35 <http://www.dynamicspace.com/dynamicspace/pt/04/01/06/index.html>

Figura 36 <http://choosearoyal.blogspot.com/2010/08/cozinha-frankfurt.html>

Figura 37 FONTES, Isabel. Cozinha corrente: modos de vida e apropriação do espaço, FAUP, 2003-2004, p. 40

Figura 38 FERNANDES Fátima e CANNATÀ Michele. *Habitação Contemporânea. Formas de habitar. Contemporary Housing. Ways of Living*, Ed. ASA, Concreta, 2003, p. 31

Figura 39 ARNAU, Joaquín, et al. *Nuevos modos de habitar – New ways of housing*. COACV, Barcelona 1996, p. 204

Figura 40 <http://www.gettyimages.pt>.

Figura 41 <http://www.gettyimages.pt>.

Figura 42 <http://www.gettyimages.pt>.

Figura 43 Prefeitura da cidade do Rio De Janeiro. *Guia da arquitectura moderna no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro 2000, Ed. Casa da palavra, p. 21

Figura 44 <http://urbanidades.arq.br/2008/11/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-1875-a-1992/>

Figura 45 http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.

Figura 46 Autoria própria

Figura 47 <http://www.vitruvius.com.br>

Figura 48 <http://www.vitruvius.com.br>

Figura 49 <http://www.jauregui.arq.br>

Figura 50 <http://www.jauregui.arq.br>

Figura 51 <http://www.jauregui.arq.br>

Figura 52 <http://www.jauregui.arq.br>

Figura 53 <http://www.jauregui.arq.br>

Figura 54 <http://www.jauregui.arq.br/macacos.html>

Figura 55 <http://www.jauregui.arq.br/macacos.html>

Figura 56 <http://www.jauregui.arq.br/macacos.html>

Figura 57 <http://www.jauregui.arq.br/macacos.html>

Figura 58 <http://www.jauregui.arq.br/macacos.html>

Figura 59 <http://www.jauregui.arq.br/macacos.html>

Figura 60 <http://www.jauregui.arq.br/macacos.html>

Figura 61 <http://www.jauregui.arq.br/macacos.html>

Figura 62 <http://www.vitruvius.com.br>

Figura 63 <http://www.vitruvius.com.br>

Figura 64 <http://www.jauregui.arq.br/rocinha.htm>

Figura 65 <http://www.jauregui.arq.br/rocinha.htm>

Figura 66 <http://www.jauregui.arq.br/rocinha.htm>

Figura 67 <http://www.jauregui.arq.br/rocinha.htm>

Figura 68 <http://www.tripadvisor.com.br>

Figura 69 Elíaz Díaz, Humberto. *Arquitectura y modernidad en Chile : 1925-1965 : una realidad multiple*. Santiago de Chile, 1989, p. 154

Figura 70 <http://www.bildarchivaustria.at/Bildarchiv//BA/928/B12468229T12468235.jpg>

Figura 71 <http://www.portavoz.cl/2010/05/voluntarios-de-utpch-inician-desarme-de-campamento/>

Figura 72 <http://www.minvu.cl/opensite>

Figura 73 <http://www.plataformaurbana.cl>

Figura 74 <http://www.giropais.cl/campamentos-en-chile-un-problema-con-solucion-a-largo-plazo>

Figura 75 Bergamin, Antonella trad. *Alejandro Aravena: progettare e costruire*. Ed. Milano:Electa, 2007, p. 102

Figura 76 Bergamin, Antonella trad. *Alejandro Aravena: progettare e costruire*. Ed. Milano:Electa, 2007, p. 103

Figura 77 Bergamin, Antonella trad. *Alejandro Aravena: progettare e costruire*. Ed. Milano:Electa, 2007, p. 110

Figura 78 Bergamin, Antonella trad. *Alejandro Aravena: progettare e costruire*. Ed. Milano:Electa, 2007, p. 103

Figura 79 Bergamin, Antonella trad. *Alejandro Aravena: progettare e costruire*. Ed. Milano:Electa, 2007, p. 102

Figura 80 Bergamin, Antonella trad. *Alejandro Aravena: progettare e costruire*. Ed. Milano:Electa, 2007, p. 111

Figura 81 <http://monolitho.labin.pro.br/?p=186>

Figura 82 <http://monolitho.labin.pro.br/?p=186>

Figura 83 http://distritoactivo.wordpress.com/2008/04/08/proyecto-iquique_alejandro-aravena/

Figura 84 Bergamin, Antonella trad. *Alejandro Aravena: progettare e costruire*. Ed. Milano:Electa, 2007, p. 92

Figura 85 Bergamin, Antonella trad. *Alejandro Aravena: progettare e costruire*. Ed. Milano:Electa, 2007, p. 92

Figura 86 <http://www.dezeen.com/2008/11/12/quinta-monroy-by-alejandro-aravena/>

Figura 87 <http://www.dezeen.com/2008/11/12/quinta-monroy-by-alejandro-aravena/>

Figura 88 Bergamin, Antonella trad. *Alejandro Aravena:*

progettare e costruire. Ed. Milano:Electa, 2007, p. 99

Figura 89 <http://www.dezeen.com/2008/11/12/quinta-monroy-by-alejandro-aravena/>

Figura 90 Bergamin, Antonella trad. *Alejandro Aravena: progettare e costruire*. Ed. Milano:Electa, 2007, p. 93

Figura 91 TEIXEIRA, Manuel. *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, p. 41

Figura 92 SIZA, Álvaro, *The proletarian island as a Basic element of the urban tissue*, Lotus International 13, p. 80

Figura 93 http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2010_05_01_archive.html

Figura 94 TEIXEIRA, Manuel. *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, p. 16

Figura 95 TEIXEIRA, Manuel. *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, p. 291

Figura 96 PIMENTA, Manuel; FERREIRA, Leonor Vasconcelos; FERREIRA, José António. *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*. Câmara Municipal do Porto, Porto, 2001, p. 8

Figura 97 TEIXEIRA, Manuel. *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, p. 186

Figura 98 TEIXEIRA, Manuel. *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, p. 184

Figura 99 TEIXEIRA, Manuel. *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, p. 192

Figura 100 PIMENTA, Manuel; FERREIRA, Leonor V.; FERREIRA, J. António. *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*, CMP, Porto, 2001

Figura 101 PIMENTA, Manuel; FERREIRA, Leonor V.; FERREIRA, J. António. *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*, CMP, Porto, 2001

Figura 102 PIMENTA, Manuel; FERREIRA, Leonor V.; FERREIRA, J. António. *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*, CMP, Porto, 2001

Figura 103 PIMENTA, Manuel; FERREIRA, Leonor V.; FERREIRA, J. António. *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*, CMP, Porto, 2001

Figura 104 Autoria Própria

Figura 105 Autoria Própria

Figura 106 <http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>

Figura 107 <http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>

Figura 108 <http://avezdopeao.blogspot.com/2009/05/ultimos-dias-para-ver-as-operacoes-saal.html>

Figura 109 <http://sound-vision.blogspot.com/2009/05/arquitectura-revolucao.html>

Figura 110 SIZA, Álvaro, *The proletarian island as a Basic element of the urban tissue*, Lotus International 13, p. 33

Figura 111 SIZA, Álvaro, *The proletarian island as a Basic element of the urban tissue*, Lotus International 13, p. 33

Figura 112 SIZA, Álvaro, *The proletarian island as a Basic element of the urban tissue*, Lotus International 13, p. 33

Figura 113 SIZA, Álvaro, *The proletarian island as a Basic element of the urban tissue*, Lotus International 13, p. 33

Figura 114 SIZA, Álvaro, *The proletarian island as a Basic element of the urban tissue*, Lotus International 13, p. 88

Figura 115 Frampton, Kenneth. Álvaro Siza : tutte le opere , Milano : Electa, 1999, p. 149

Figura 116 Frampton, Kenneth. Álvaro Siza : tutte le opere , Milano : Electa, 1999, p. 151

Figura 117 SIZA, Álvaro, *The proletarian island as a Basic element of the urban tissue*, Lotus International 13, p. 85

Figura 118 Barata, Paulo Martins, *Álvaro Siza : 1954-1976* - Lisboa : Blau, 1997, p. 184

Figura 119 SIZA, Álvaro, *The proletarian island as a Basic element of the urban tissue*, Lotus International 13, p. 85

Figura 120 BANDEIRINHA, José António. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007, p. 424

Figura 121 COSTA, Alexandre Alves. *Porto 1901-2001: Guia de arquitectura moderna*, cap. Processo SAAL

Figura 122 COSTA, Alexandre Alves. *Porto 1901-2001: Guia de arquitectura moderna*, capítulo Processo SAAL

Figura 123 BANDEIRINHA, José António. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007, p. 425

Figura 124 Arquitectura e Arte, *Habitar Colectivo*, nº 58, Junho de 2008, p. 27

Figura 125 Arquitectura e Arte, *Habitar Colectivo*, nº 58, Junho de 2008, p. 27

Figura 126 Arquitectura e Arte, *Habitar Colectivo*, nº 58,

Junho de 2008, p. 29

Figura 127 Arquitectura e Arte, *Habitar Colectivo*, nº5 8, Junho de 2008, p. 30

Figura 128 BANDEIRINHA, José António. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007, p. 416

Figura 129 <http://www.joaoalvarorocha.pt>

Figura 130 <http://www.joaoalvarorocha.pt>

Figura 131 <http://www.joaoalvarorocha.pt>

Figura 132 <http://www.joaoalvarorocha.pt>

Figura 133 <http://www.joaoalvarorocha.pt>

Figura 134 <http://www.joaoalvarorocha.pt>

Figura 135 <http://www.joaoalvarorocha.pt>

Figura 136 <http://www.joaoalvarorocha.pt>

Figura 137 <http://www.joaoalvarorocha.pt>

Figura 138 ADP, FFH-SAAL/N

Figura 139 ADP, FFH-SAAL/N- Operação de Serralves

Figura 140 ADP, FFH-SAAL/N - Operação de Serralves

Figura 141 ADP, FFH-SAAL/N- Operação de Serralves

Figura 142 ADP, FFH-SAAL/N- Operação de Serralves

Figura 143 ADP, FFH-SAAL/N - Operação de Serralves

Figura 144 SILVESTRE, Paulo. *Alcino Soutinho. Uma cartografia*. Relatório de estágio para Licenciatura em Arquitectura, FAUP, Porto, 1998-1999, p. 7

Figura 145 SILVESTRE, Paulo. *Alcino Soutinho. Uma cartografia*. Relatório de estágio para Licenciatura em Arquitectura, FAUP, Porto, 1998-1999, p. 7

Figura 146 SILVESTRE, Paulo. *Alcino Soutinho. Uma cartografia*. Relatório de estágio para Licenciatura em Arquitectura, FAUP, Porto, 1998-1999, p. 3

Figura 147 <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/44>

Figura 148 http://www.facebook.com/note.php?note_id=272634984658

Figura 149 Centro de documentação FAUP, Curriculum Vitae de A. Soutinho

Figura 150 Centro de documentação FAUP, Curriculum Vitae de A. Soutinho

Figura 151 Centro de documentação FAUP, Curriculum Vitae de Alcino Soutinho

Figura 152 Centro de documentação FAUP, Curriculum Vitae de Alcino Soutinho

Figura 153 Autoria própria

Figura 154 Autoria própria

Figura 155 Autoria própria

Figura 156 Centro de documentação FAUP, Curriculum Vitae de A. Soutinho

Figura 157 Desenhos de A. Soutinho elaborados durante a entrevista, Fevereiro 2011

Figura 158 Desenhos de A. Soutinho elaborados durante a entrevista, Fevereiro 2011

Figura 159 TEIXEIRA, Manuel. *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, mapa 10

Figura 160 TEIXEIRA, Manuel. *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, mapa 13

Figura 161 Casa do Infante - Porto

Figura 162 Casa do Infante - Porto

Figura 163 ADP, FFH-SAAL/N. Operação de Serralves

Figura 164 Autoria própria

Figura 165 www.bingmaps.com

Figura 166 a 179 Autoria própria

Figura 180 a 185 Desenhos autoria própria

Figura 186 a 198 Autoria própria

Desenho 1 a 14 Autoria própria

Anexos

Anexo I: Distribuição das operações inacabadas Processo SAAL.

Anexo II: Fichas operações inacabadas Processo SAAL.

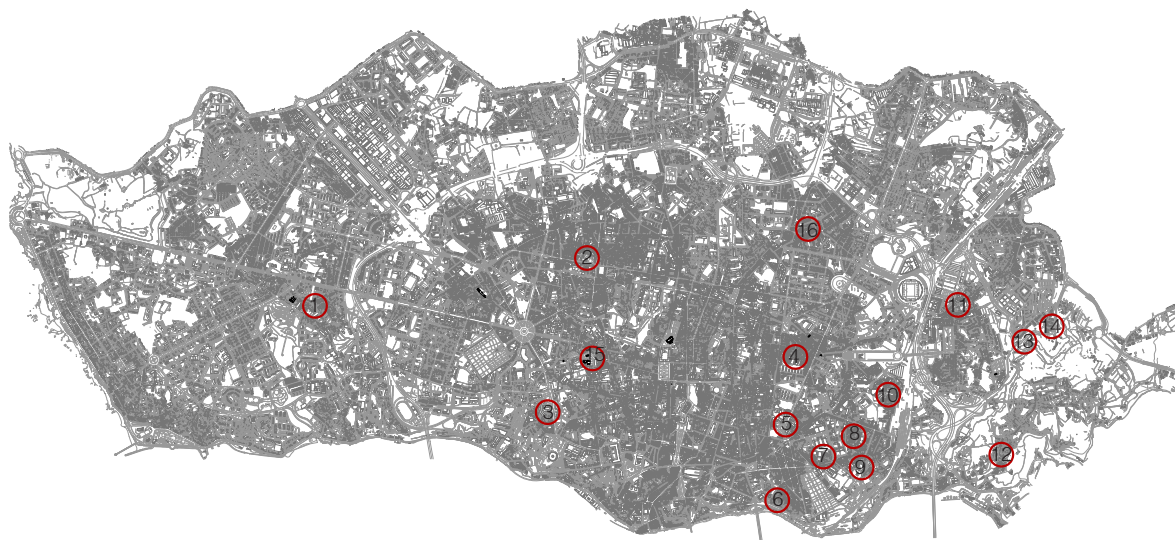
Anexo III': Fichas das parcelas seleccionadas na Operação Serralves

Anexo IV: Entrevista Alcino Soutinho

ANEXO I

Distribuição Operações Inacabadas SAAL, Concelho Porto

- 1 Serralves
- 2 Carvalhido
- 3 Vilar
- 4 Póvoa
- 5 Campo 24 de Agosto
- 6 Fontaínhas
- 7 Heroísmo
- 8 Lomba
- 9 Presa Velha- Formiga- China
- 10 Justino Teixeira
- 11 São Roque
- 12 São Pedro Azevedo
- 13 Tirares
- 14 Pêgo Negro
- 15 Cedofeita - Carvalhosa
- 16 Combatentes



ANEXO II

Serralves

Nome do bairro: Serralves

Concelho: Porto

Distrito: Porto

Serviço: SAAL/Norte

Projecto: Arquitecto Alcino Soutinho

Brigada Técnica: Salviano Brandão, Guilherme Castro e Afonso Jesus

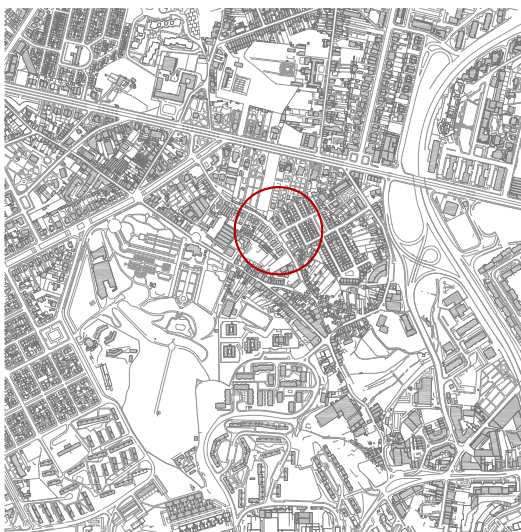
Nome da associação de Moradores:

Associação de Moradores de Serralves

Início da Operação: 75.12.00

Publicação de Estatutos, no D.R.: Não existiu.

Esta operação envolvia 227 fogos a construir e 42 a recuperar.



Desenhos retirados do Arquivo Distrital do Porto, da Operação (inacabada) de Serralves, 1976, SAAL/N

Serralves

Nome do bairro: Serralves

Concelho: Porto

Distrito: Porto

Serviço: SAAL/Norte

Projecto: Arquitecto Alcino Soutinho

Brigada Técnica: Salviano Brandão, Guilherme Castro e Afonso Jesus

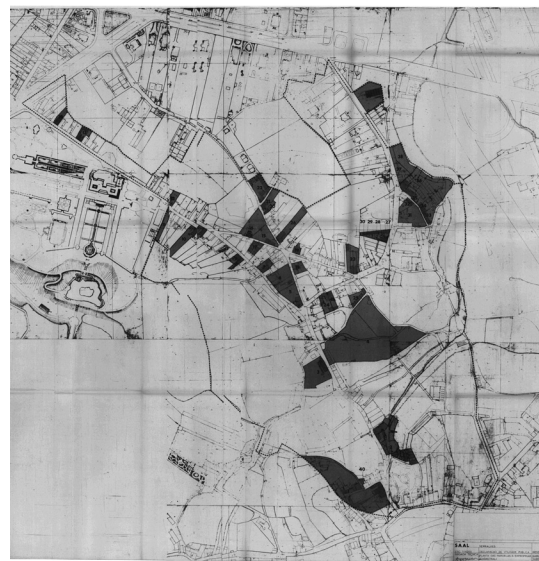
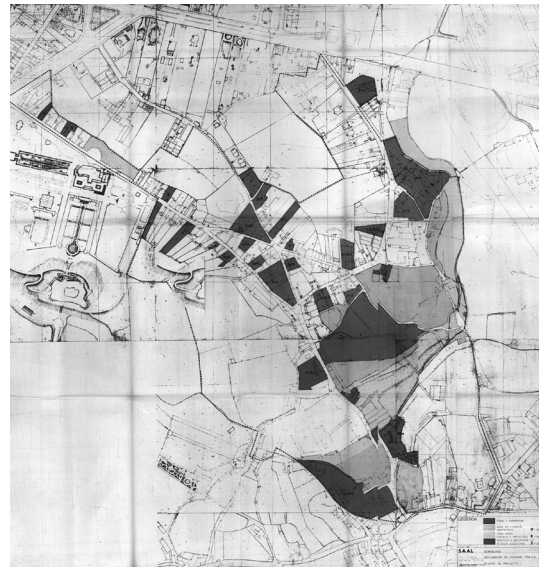
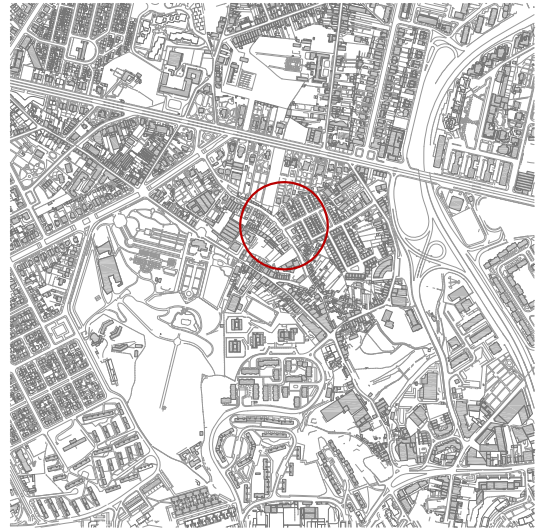
Nome da associação de Moradores:

Associação de Moradores de Serralves

Início da Operação: 75.12.00

Publicação de Estatutos, no D.R.: Não existiu.

Esta operação envolvia 227 fogos a construir e 42 a recuperar.



Desenhos retirados do Arquivo Distrital do Porto, da Operação (inacabada) de Serralves, 1976, SAAL/N

Póvoa

Nome do bairro: Póvoa

Concelho: Porto

Distrito: Porto

Serviço: SAAL/Norte

Projecto: Arquitecto José Alberto Miranda

Brigada Técnica: Pedro M. Cavaco e Luís Casal

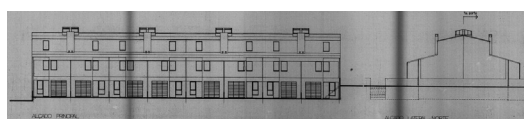
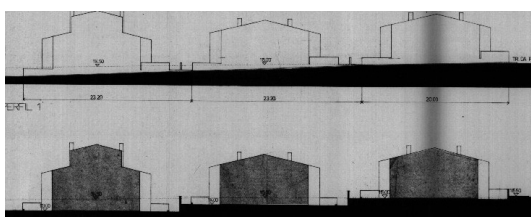
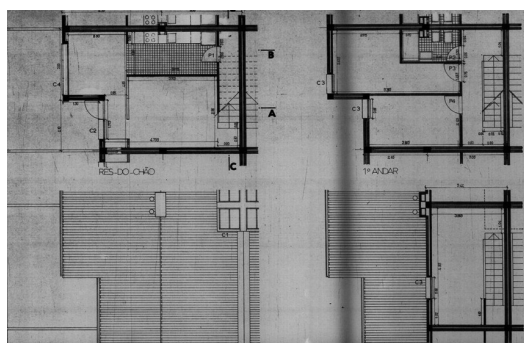
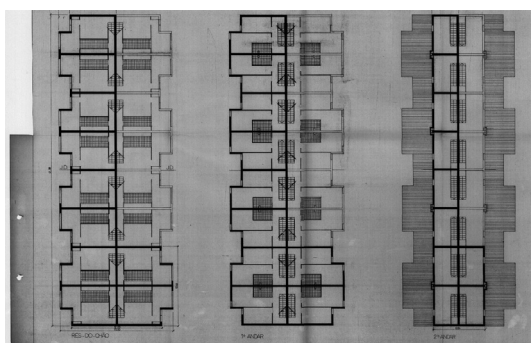
Nome da associação de Moradores:

Comissão de Moradores da Póvoa

Início da Operação: 75.01.00

Publicação de Estatutos, no D.R.: 75.09.22.

Esta operação envolvia 120 fogos a construir e 110 a recuperar.



Desenhos retirados do Arquivo Distrital do Porto, da Operação (inacabada) da Póvoa, 1976, SAAL/N

Heroísmo

Nome do bairro: Heroísmo

Concelho: Porto

Distrito: Porto

Serviço: SAAL/Norte

Projecto: Arquitecto Cristiano Moreira, Arquitecto J. Coutinho e Arquitecto Sousa Monteiro

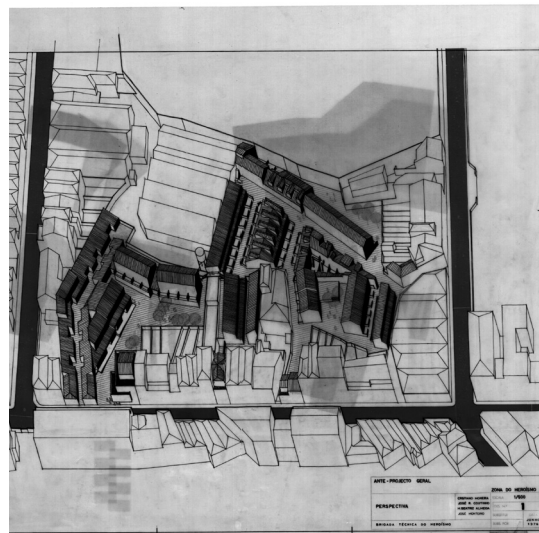
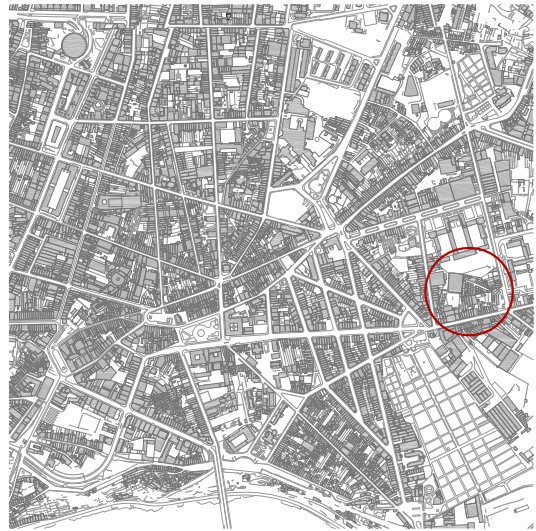
Brigada Técnica: Maria Beatriz Almeida, Mário Ramos e José Lencastre.

Nome da associação de Moradores:

Comissão de Moradores da Rua do Heroísmo

Início da Operação: 75.05.00

Publicação de Estatutos, no D.R.: Não existiu.



Desenhos retirados do Arquivo Distrital do Porto, da Operação (inacabada) do Heroísmo, 1976, SAAL/N

ANEXO III

Parcela nº 27

Localização: Rua Ciriaco Cardoso, nº 213

Proprietários: Maria Aroso Pinto Costa

Área da Parcela m2: 134

Ocupação da Parcela: Edifício

Ocupação do edifício: Habitação

Área de implantação m2: 69

Número de pavimentos: 1

Área construída m2: 69

Estado actual: Degradada e habitada

Esta parcela seria objecto de recuperação e construção.



Parcela nº 26

Localização: Rua Professor Augusto Nobre, nº 116
Proprietários: Maria Helena da Cruz e Serafim Vieira
Área da Parcela m2: 955
Ocupação da Parcela: Edifícios

Ocupação do edifício: Habitação
Área de implantação m2: 161, 13, 40
Número de pavimentos: 1
Área construída m2: 161, 13, 40

Estado actual: Habitada

Esta parcela seria objecto de recuperação e construção.



Parcela nº 25

Localização: Viela de Grijó, nº 9

Proprietários: Emília Jorge Borges Shulze

Área da Parcela m2: 472

Ocupação da Parcela: Edifícios

Ocupação do edifício: Habitação

Área de implantação m2: 151, 54

Número de pavimentos: 1

Área construída m2: 151, 54

Estado actual: Degradada e habitada

Esta parcela seria objecto de recuperação e construção.



Parcela nº 24

Localização: Rua Ciriaco Cardoso, nº 46

Proprietários: Hércules Dias Passos

Área da Parcela m2: 595

Ocupação da Parcela: Edifícios

Ocupação do edifício: Habitação

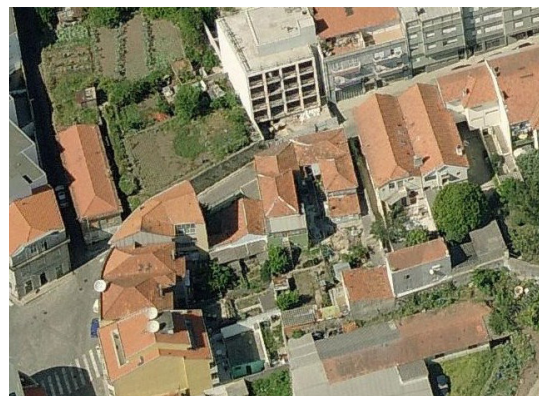
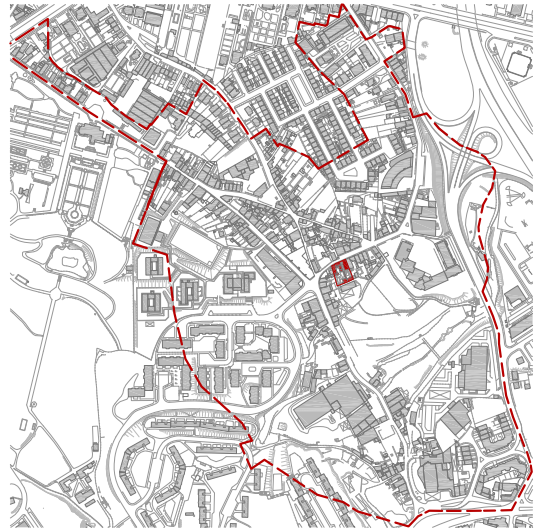
Área de implantação m2: 84, 100, 53

Número de pavimentos: 1, 2, 1

Área construída m2: 84, 230, 53

Estado actual: Habitada

Esta parcela seria objecto de recuperação e construção.



Parcela nº 22

Localização: Rua Professor Augusto Nobre, nº 234

Proprietários: Domingues Pinto de Oliveira

Área da Parcela m2: 920

Ocupação da Parcela: Edifícios

Ocupação do edifício: Habitação

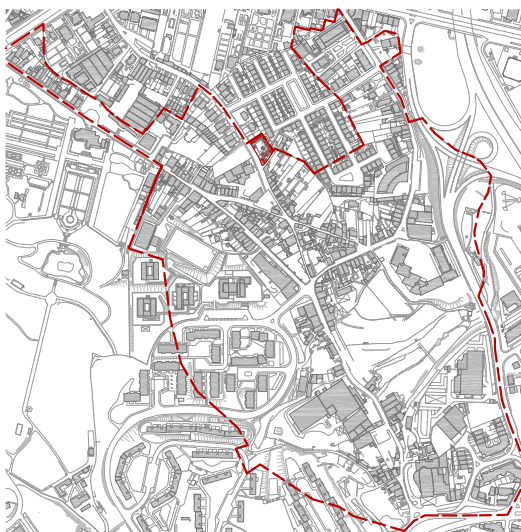
Área de implantação m2: 465

Número de pavimentos: 2

Área construída m2: 465

Estado actual: Degradada e habitada

Esta parcela seria objecto de recuperação e construção.



Parcela nº 20

Localização: Rua Professor Augusto Nobre, nº 178

Proprietários: José Luís Lopes Ferreira

Área da Parcela m2: 160

Ocupação da Parcela: Edifício

Ocupação do edifício: Habitação

Área de implantação m2: 65

Número de pavimentos: 1

Área construída m2: 65

Estado actual: Degradada e desabitada

Esta parcela seria objecto de recuperação e construção.



Parcela nº 18

Localização: Rua Professor Augusto Nobre, nº 64

Proprietários: Paróquia de Lordelo do Ouro

Área da Parcela m2: 393

Ocupação da Parcela: Edifícios

Ocupação do edifício: Habitação

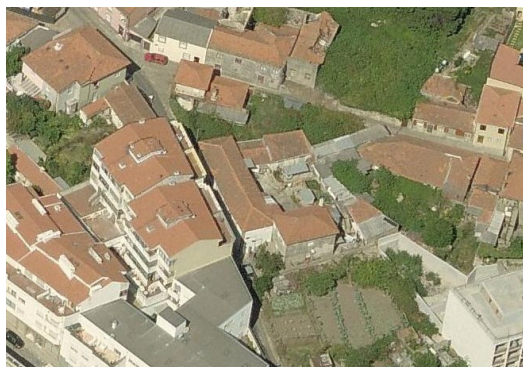
Área de implantação m2: 144, 65

Número de pavimentos: 2, 1

Área construída m2: 288, 65

Estado actual:

Esta parcela seria objecto de recuperação e construção.



Parcela nº 13

Localização: Rua de Serralves, nº 1068 e 1070

Proprietários: João José Fonseca Cardoso

Área da Parcela m2: 425

Ocupação da Parcela: Edifícios

Ocupação do edifício: Habitação

Área de implantação m2: 127, 96

Número de pavimentos: 2, 1

Área construída m2: 254, 96

Estado actual: Habitada

Esta parcela seria objecto de recuperação e construção.



Parcela nº 11

Localização: Rua de Serralves, nº 857

Proprietários: Abel Saraiva da Silva

Área da Parcela m2: 538

Ocupação da Parcela: Edifícios

Ocupação do edifício: Habitação

Área de implantação m2: 90

Número de pavimentos: 2

Área construída m2: 180

Estado actual: Degradada e habitada

Esta parcela seria objecto de recuperação e construção.



Parcela nº 7

Localização: Rua de Serralves, nº 660, 662, 666

Proprietários: Henrique Augusto Rodrigues

Área da Parcela m2: 437

Ocupação da Parcela: Edifícios

Ocupação do edifício: Habitação

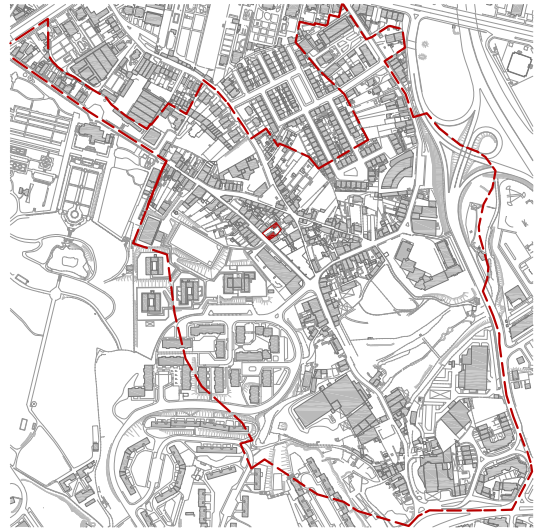
Área de implantação m2: 96, 62

Número de pavimentos: 2, 1

Área construída m2: 196, 62

Estado actual: Degradada e desabitada

Esta parcela seria objecto de recuperação e construção.



Parcela nº 3

Localização: Rua de Serralves, nº 443, 447, 449

Proprietários: Justino Pereira da Silva

Área da Parcela m2: 1986

Ocupação da Parcela: Edifícios e terreno livre

Ocupação do edifício: Habitação

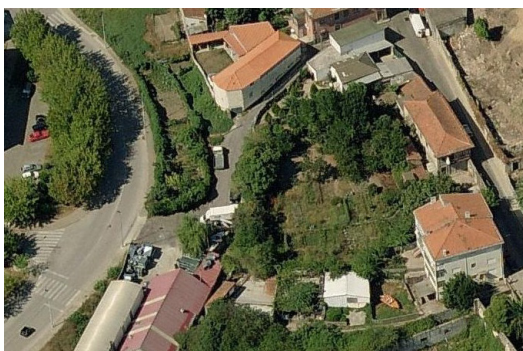
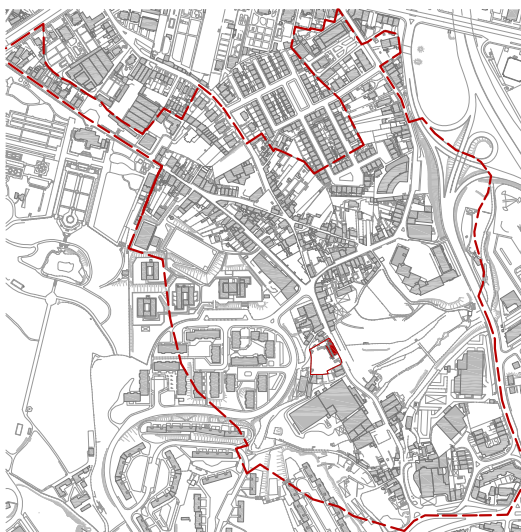
Área de implantação m2: 137, 78, 43

Número de pavimentos: 2, 1, 1

Área construída m2: 274,78,43

Estado actual: Degradada e habitada

Esta parcela seria objecto de recuperação e construção.



ANEXO IV

Entrevista Alcino Soutinho

Fevereiro de 2011

Esta entrevista é realizada com o objectivo de entender algumas questões sobre a Operação de Serralves, iniciada durante o processo SAAL, na zona de Serralves, em que Alcino Soutinho era o arquitecto responsável pela brigada técnica.

Após alguma investigação, percebemos que para este projecto apenas se reuniram as condições necessárias para o seu início no processo SAAL, ao nível dos estudos e das intenções, mas não existiu um projecto final. Esta entrevista surge assim no seguimento do esclarecimento destas conclusões, para perceber a sua veracidade e para entender até que ponto este projecto foi pensado e por quem.

Ariana Faustino – O que me pode dizer sobre a Operação de Serralves?

Alcino Soutinho – Foi um processo que foi iniciado, portanto, foi feito um levantamento de determinadas áreas envolvidas, da área abrangida pelo processo. A área de Serralves era uma área muito particular em confronto com as outras, porque era uma área que não estava muito densificada em termos de construções preexistentes. Por outro lado, também não era uma área tão deprimida como todas as outras áreas, como no Bairro de Acácio, depois chamado de Maceda, e também Justino Teixeira - Campanhã, que também não teve consequências. Voltando a Serralves, era uma zona intercalar entre o Porto e a Foz, e portanto com algumas áreas livres ainda. Em todo o caso, foram feitas várias reuniões com as associações de moradores, todo aquele processo prévio de discussão que era feito na época.

A. F. – Que solução pensaram para aquela zona?

A. S. – Nós na altura tínhamos pensado num sistema de casas unifamiliares, a toda a volta de uma quadra, em que cada uma delas tinha um jardim, um logradouro próprio, porque era uma das reivindicações das pessoas. A habitação multifamiliar não estava muito presente nas intervenções durante o processo SAAL, aqui no Porto, mas sim unifamiliares. Bom, depois, havia uma via, um caminho entre as habitações e a quadra e, no meio, um bocado como acontece na Alemanha, eram criadas parcelas que pertenciam a cada habitação. Deste modo, para além do logradouro directamente ligado a casa, as famílias tinham também um espaço de logradouro central, um bocado na sequência de haver aqui uma realidade ainda semi-rural. Esta ideia, da Foz rural, vinha do facto da zona estar ainda pouco urbanizada. Havia até um certo «celebrismo», pois as pessoas da Foz diziam que iam ao Porto, criando a imagem da Foz como um núcleo. Enfim, isto era uma utopia mas, como se costuma dizer, a utopia é a realidade de amanhã. Esta ideia não chegou a ser propriamente uma realidade, mas quase, deste modo os habitantes da zona, para além do seu jardim próprio, tinham também uma parcela em que poderiam fazer a chamada «horta urbana». Era algo que acontecia muito na Alemanha, às vezes ia-se de comboio e encontravam-se coisas muito engraçadas, umas parcelas com umas casinhas onde se guardavam os artefactos para trabalhar. Lá, essas parcelas situavam-se fora da cidade e as pessoas deslocavam-se para lá nos tempos livres para cultivar num espaço que lhes pertencia, como um lugar

de lazer. Aqui, a situação era mais ligada à produção própria, mantendo um sentido comunitário sem retirar o individualismo de cada um. Bom, esta foi a primeira ideia que houve em relação a essa zona.

O SAAL (foi, portanto, o Serviço de Apoio Ambulatório Local assim chamado), consistia, efectivamente, em permitir ou fornecer uma habitação condigna às pessoas, sem as deslocar dos seus habitats geográficos onde estavam radicados e onde tinham as suas vidas, as suas relações pessoais e humanas e os seus hábitos. Todos nós temos os nossos vínculos no sítio onde vivemos, sejamos ricos ou pobres, e portanto a ideia era fazer um processo de renovação urbana para que fosse possível construir as tais casas unifamiliares sem que as pessoas saíssem de lá. Isto foi o primeiro princípio do SAAL. Pretendia-se criar uma lógica reunindo todas essas operações, ou seja, localizá-las na cidade e considerar todas estas operações SAAL já num todo, embora seccionadas, de forma a constituir o elemento unificador da cidade e permitindo que daqui se fizesse o planeamento da cidade. Isto teria sido uma utopia, evidentemente, mas na altura convictamente que era a partir da renovação de zonas deprimidas, mantendo a radicação das pessoas nesse lugar, que se faria o plano de cidade (o que hoje corresponde ao PDM).

A. F. – Sentiu que existiu algum plano director relativamente a questões de natureza técnica e projectual durante o processo SAAL no porto?

A. S. – Isso no nosso entender seriam os elementos geradores de um plano director, era efectivamente uma ambição, provavelmente desmedida, mas era assim. Para além da autonomia que tinham estas operações, criou-se depois uma estrutura, que nós na altura até lhe chamávamos, por graça, «Comité Central», um conjunto de pessoas, arquitectos, engenheiros, que se reuniam e dirigiam isto com uma realidade organizada, não como pontos separados. De tal maneira que, e isto eu acho que é um aspecto interessante, em determinada altura desenvolviam-se muitas reuniões e debates. Na altura as pessoas falavam muito e gostavam das reuniões, a Democracia era uma aquisição recente e como tal as pessoas sentiam que podiam todas elas falar e era uma novidade. Em determinada altura chegamos à conclusão de que bastava de conversa, era necessário que os arquitectos comessem a cumprir as suas tarefas, que era fazer projectos. Assim sendo, cada brigada e cada arquitecto chefe da brigada recolheu aos seus ateliers para fazer o seu projecto, e em determinada altura, quando as coisas já estavam um bocado avançadas, surgiu da parte do chamado «Comité Central» um pedido para se fazer um documento organizado com todos os projectos, uma pequena publicação. Fez-se então essa publicação e surgiu um aspecto curioso e interessante nos diversos projectos relativos a cada zona, constatou-se que, embora os projectos mantivessem uma personalidade própria, havia uma linha comum que os unia. Os debates e as conversas entre as diversas brigadas estavam de tal maneira sincronizados, que realmente apesar de cada arquitecto ter desenvolvido um conceito para a sua operação, havia algo que os unia entre si. Foi através deste processo que foi construído o embrião da chamada escola do Porto, exactamente por causa dessa irmandade que surgiu.

Quando o SAAL foi criado havia já uma “fervura” muito grande e já se adivinhava o que ia acontecer. Não se sabia como nem de que maneira, mas o regime estava no fim. Na altura, na escola de Belas

Artes havia já uma luta política muito forte e muita gente que trabalhava por iniciativa própria. Deste modo, em determinada altura os trabalhos Académicos que os professores instituíram (na altura eu era assistente na Escola do Porto) passaram a ser temas que antes não eram abordados. Nessa altura, isto ainda antes do 25 de Abril, passou a fazer parte dos temas a análise do existente. Já não era apenas chegar ali, ter um terreno e fazer um projecto com um tema determinado, passou a ser feito um estudo prévio do local, com as suas realidades físicas e humanas, para depois elaborar um programa. Era, portanto, um processo mais complexo, o que deu continuidade à reeducação dos estudantes dessas zonas, que escolhiam o seu próprio trabalho, o que deu lugar a dossiês de análise fantásticos, com fotografias, entrevistas, desenhos. De tal maneira que, quando o 25 de Abril aconteceu e o Nuno Portas foi para Secretário de Estado da habitação, criou o despacho que instituiu o SAAL, sendo a formação das brigadas assentes nos grupos de estudantes que já conheciam os lugares. Quando me foi atribuída a operação da Maceda, juntei os estudantes que já tinham estudado aquela zona, que já tinham feito esse trabalho a nível Académico. Já tinha sido então percorrido um longo caminho graças a esse trabalho já feito.

A.F. – Relativamente ao meu caso de estudo, o projecto para a zona de Serralves, o arquitecto Alcino era o responsável? Foi convidado pelos estudantes para pertencer à brigada de Serralves ou o contrário?

A.S. – O caso de Serralves não se enquadra muito nestes tais que já eram objecto de trabalho e estudo, porque entretanto o SAAL começou com 7 ou 8 operações que não incluíam Serralves. Quando se deu esta tendência, começaram a criar-se novas zonas, por exemplo Justino Teixeira (que se localizava numa rua em Campanhã), mas que estavam completamente fora desta lógica inicial. Serralves também não fazia parte. Serralves é uma consequência, digamos, do alargamento do SAAL, do SAAL original, aparece como uma operação à posteriori, quer dizer, na ampliação do SAAL.

A.F. – Uma curiosidade, relativamente à zona de Serralves representada nas plantas que retirei do arquivo: o bairro do Mário Bonito não aparece nas plantas, é por algum motivo? Quando pensa numa solução para aquela zona, tem em consideração este bairro?

A.S. – O bairro do Mário Bonito era uma coisa respeitável, que estava como uma solução arquitectónica interessante, que nós respeitávamos e estava completamente integrada, e que nós integramos no planeamento desta zona.

Uma coisa interessante, não sei se lhe interessa, mas após o SAAL terminar, ficaram os chamados resíduos, as mágoas, as angústias, Posteriormente foi criada uma cooperativa de habitação clássica em Ovar, que se chamava Habitovar. Eu, o Bernardo Ferrão, o Rolando Tordo e o Pedro Ramalho ficamos encarregues de uma coisa cada um, em que eu optei por habitação em banda contínua de dois pisos, o Ferrão fez a banda contínua de um piso, o Rolando fez tipologia pátio, e o Pedro Ramalho fez um bloco multifamiliar. Implementaram-se ainda os princípios do SAAL, tivemos reuniões com os clientes, e a criação destas quatro tipologias decorre de discussões e debates que levamos até às últimas consequências. Depois, fomos distribuídos e fez-se um plano - quem fez o plano foi o Gigante que foi

encarregado de fazer o plano de urbanização - mas foi uma decorrência do SAAL.

A.F. – Quais as influências conceptuais naquele tempo? Foi influenciado pela arquitectura alemã de Bruno Taut, holandesa de Pieter Oud, ou pela sua via italiana?

A.S. – O que havia era uma grande convicção da arquitectura portuguesa, numa arquitectura portuguesa no sentido de estar ligada ao sítio, que foi sempre uma imagem fundamental ligada à escola do Porto. A questão do sítio nasce aqui. Nós tínhamos uma convicção muito forte relativamente à arquitectura, que não era preciso ir à Alemanha. Sim, sim, estudávamos essas realidades, era preciso apreender, perceber, mas a transposição era para Portugal, pois era à realidade de Portugal que pretendíamos dar resposta, através de uma arquitectura que tivesse a ver com Portugal.